



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

ALINE DO NASCIMENTO CAVALCANTE

**IMPrensa e Educação: O Ensino Primário Rural nas Páginas de
Jornais do Município de Dourados –MT (1948-1974)**

**DOURADOS-MS
2016**

ALINE DO NASCIMENTO CAVALCANTE

**IMPrensa e Educação: O Ensino Primário Rural nas Páginas de
Jornais do Município de Dourados –MT (1948-1974)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação nível Mestrado da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientação: Prof^a Dr^a Alessandra Cristina Furtado

**DOURADOS-MS
2016**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

C376i Cavalcante, Aline do Nascimento.
Imprensa e educação: o ensino primário rural nas páginas de jornais do município de Dourados-MT (1948-1970). / Aline do Nascimento Cavalcante. – Dourados, MS: UFGD, 2016.
f. 111

Orientadora: Prof. Dra. Alessandra Cristina Furtado.
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados.

1. Imprensa periódica. 2. Ensino primário. 3. Educação rural. 4. Sul de Mato Grosso. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

©Todos os direitos reservados. Permitido a publicação parcial desde que citada a fonte.

ALINE DO NASCIMENTO CAVALCANTE

**IMPrensa E Educação: O Ensino Primário Rural nas Páginas de
Jornais do Município de Dourados –MT (1948-1974)**

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Alessandra Cristina Furtado - UFGD
Presidente/Orientadora

Prof^a Dr^a Anaete Regina Schelbauer
Membro titular externo

Prof^a Dr^a Adriana Aparecida Pinto
Membro titular

Prof^a Dr^a Kênia Hilda Moreira
Membro titular interno

Dourados-MS, 16 de maio de 2016

*Dedico este trabalho aos meus filhos Gustavo e Flavio, e meu esposo
Giovani Cavalcante, essência da minha vida.*

AGRADECIMENTOS

Em especial, a minha família, meu esposo Giovani, pelo amor incondicional, apoio e confiança. Aos meus filhos amados Gustavo e Flavio pela compreensão nos momentos de impaciência.

À professora Dra. Alessandra Cristina Furtado, pelas conversas, pelo incentivo e por trilhar esse caminho comigo, muito mais que orientadora, essencial para meu crescimento intelectual e profissional.

A minha mãe, pelo incentivo, apoio emocional e incondicional em todos os momentos de angústia que passei. Á Deus, pelo concedimento da vida.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Educação da UFGD que contribuíram para o meu processo de desenvolvimento intelectual.

Á minha prima Nubea Xavier pelas palavras de ânimo, parceira em diversos momentos.

Às professoras Dr^a Anaete Regina Schelbauer, Dr^a Adriana Aparecida Pinto, Dr^a Kênia Hilda Moreira e Dr^a Rosemeire de Lourdes Monteiro Ziliani pelas importantes contribuições no exame de qualificação e pela participação na composição da banca de defesa desta dissertação. Aos muitos participantes do Grupo de Pesquisa História da Educação, Memória e Sociedade (GEPHEMES), que se alternaram ao longo destes anos, mas especialmente àqueles com quem construí amizades verdadeiras. Aos colegas mestrados da turma de 2014 pela convivência e aprendizagens, em especial a Vivian Iwamoto, Thierry Rojas e Silvano Ferreira de Araújo, pelas contribuições neste trabalho.

Aos profissionais do Centro de Documentação Regional (CDR) que trabalham no arquivo e que colaboraram na seleção dos jornais consultados para esta pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo apoio à pesquisa.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar como a imprensa de circulação geral, mais especificamente, os jornais “O Douradense” e “O Progresso” do município de Dourados, localidade situada no Sul de Mato Grosso, representou o ensino primário rural em suas páginas, entre os anos de 1948 a 1974. O recorte temporal justifica-se, inicialmente, por 1948 corresponder ao período de instalação da Colônia Agrícola de Dourados, devido ao projeto colonizador de Getúlio Vargas, conhecido como a Marcha para o Oeste, que acabou por intensificar o desenvolvimento demográfico e também favoreceu a expansão do ensino primário nessa localidade. O ano de 1974 por sinalizar um período de mudanças nas condições de funcionamento das escolas primárias rurais do município de Dourados, devido à implantação de cursos de magistério rural na localidade, em uma parceria entre o estado de Mato Grosso e o Município. A pesquisa orienta-se na perspectiva da Nova História Cultural, aliada a um referencial teórico voltado para a História, História da Educação, entre outros. A investigação foi realizada por meio da pesquisa documental, mediante a coleta de dados no Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados, das edições dos jornais “O Douradense” e “O Progresso”, que circularam no período pesquisado. As análises das edições dos dois jornais do município de Dourados permitiram constatar que o ensino primário rural não foi uma temática muito presente nos noticiários. Evidenciaram, ainda que, essa temática, quando aparecia nos noticiários, estava representada tanto pelas dificuldades vivenciadas pela escola primária no meio rural quanto por benefícios recebidos, com a construção de novas escolas, recebimento de verbas para melhoria de suas condições de funcionamento e cursos para a formação dos professores dessas escolas. Espera-se que este trabalho, que utiliza a imprensa de circulação geral como fonte de pesquisa, contribua para a escrita de uma história da educação do ensino rural no Sul de Mato Grosso.

PALAVRAS- CHAVE: imprensa periódica. ensino primário. educação rural. Sul de Mato Grosso.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze how the press of general circulation, more specifically, the newspapers "*O Douradense*" and "*O Progresso*" from Dourados, a town in the South of *Mato Grosso*, represented the rural primary school in their pages from 1948 to 1974. The time frame is justified initially because 1948 matches with the period of the installation of the Agricultural Colony of *Dourados*, due to Getulio Vargas' colonizing project, known as the *Marcha para o Oeste*, which eventually enhanced the demographic development and also favored the expansion of the primary education in this locality. The year of 1974 is justified for signaling a period of changes in the operating conditions of rural primary schools in the municipality of Dourados due to the implementation of rural teaching courses in the locality, in a partnership between the State of *Mato Grosso* and the municipality. The research is driven by a perspective from the New Cultural History combined with a theoretical framework focused on History, History of Education, among others. The research was conducted through a documental research by collecting data from the Regional Documentation Centre of the Federal University of the *Grande Dourados*, from editions of the newspapers "*O Douradense*" and from the "*O Progresso*", which circulated in the surveyed period. The analyses from the editions of the two newspapers from *Dourados* allowed us to verify that the rural primary teaching was not a subject really present in the news. They also showed that this issue, when present in the news, was represented both by the difficulties experienced by the primary school in rural areas and by the benefits received from the construction of new schools, from the funds to improve their working conditions and from the training courses for the teachers of those schools. We hope that this work, which uses the press of general circulation as a source of research, will contribute to the writing of an education history of rural teaching in the Southern of *Mato Grosso*.

KEYWORDS: periodical press. primary teaching. rural education. South of *Mato Grosso*.

LISTA DE SIGLAS

CAND	Colônia Agrícola de Dourados
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDR	Centro de Documentação Regional
GEPHEMES	Grupo de Pesquisa História da Educação, Memória e Sociedade
MT	Mato Grosso
MS	Mato Grosso do Sul
PPGEdu	Programa de Pós-Graduação em Educação
SCIELO	Scientific Electronic Library Online

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Jornal O Progresso n.1 (1948).....	55
Figura 2- Jornal O Progresso n.1 (1951).....	59
Figura 3- Jornal O Progresso n. 1379 (1972)	61
Figura 4-Jornal O Progreso n. 1108 (1970)	64

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Teses e dissertações analisadas	16
Quadro 2- População urbana e rural de Mato Grosso entre 1940 a 1970.....	35
Quadro 3- Levantamento das temáticas predominantes nos jornais de Dourados.....	67
Quadro 4- Descrição das notícias encontradas no jornal “O Douradense”.....	82
Quadro 5- Relação dos noticiários selecionados do jornal “O Progresso” de Dourados-MT (1951-1972.....	84

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Distribuição das escolas rurais em Mato Grosso em 1942.....	35
Tabela 2- Relação das escolas rurais primárias do Estado de Mato Grosso em 1955...	45
Tabela 3- Escolas primárias rurais subvencionadas pelo estado (Dourados-década de 1970).....	47
Tabela 4- Escolas primárias rurais subvencionadas pelo Município de Dourados.....	48

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Localização da CAND.....	44
----------------------------------	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPITULO I - A EDUCAÇÃO RURAL NO BRASIL E SEUS DESDOBRAMENTOS EM MATO GROSSO:O CASO DO ENSINO PRIMÁRIO RURAL NO MUNICÍPIO DE DOURADOS	25
1.1 - A educação rural no Brasil.....	25
1.2- A educação primária rural em Mato Grosso.....	35
1.3- A educação primária rural no Município de Dourados no sul de Mato Grosso.....	40
CAPITULO II - A IMPRENSA COMO FONTE PARA A PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: OS JORNAIS “O DOURADENSE” E “O PROGRESSO” DO MUNICÍPIO DE DOURADOS	50
2.1 O jornal como fonte de pesquisa da História da Educação.....	50
2.2 Imprensa de circulação geral no Sul de Mato Grosso: os jornais "O Douradense e “O Progresso do município de Dourados	53
2.2.1 O jornal "O Douradense	53
2.2.2 O jornal "O Progresso.....	57
CAPITULO III - O ENSINO PRIMÁRIO RURAL E SUAS REPRESENTAÇÕES NA IMPRENSA DE CIRCULAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO DE DOURADOS: OS JORNAIS “O DOURADENSE” E “O PROGRESSO”	66
3.1 O ensino primário rural na ótica dos jornais do município de Dourados.....	66
3.2 As representações do ensino primário rural no Jornal “O Douradense”.....	82
3.3 As representações do ensino primário rural no Jornal “O Progresso”	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	102
FONTES	102
BIBLIOGRAFIA	102

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem por objetivo analisar como a imprensa de circulação geral, mais especificamente os jornais “O Douradense” e “O Progresso”, ambos de Dourados, município situado no Sul de Mato Grosso, representou o ensino primário rural em suas páginas durante os anos de 1948 a 1974.

O recorte temporal adotado justifica-se tanto pela história do município quanto pela trajetória histórica da educação em Dourados. O ano de 1948 marca o período de instalação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), devido ao projeto colonizador de Getúlio Vargas, mais conhecido como a “Marcha para o Oeste”, que acabou por intensificar o desenvolvimento demográfico e também favoreceu a expansão do ensino primário no município. Já o ano de 1974 sinaliza um período de mudanças nas condições de funcionamento das escolas primárias rurais do município de Dourados, devido à implantação de cursos de magistério rural nesta localidade em parceria com o Estado de Mato Grosso.

Conforme aponta Piacentine (2012), o Curso de Magistério Rural foi criado em Dourados no ano de 1974 para habilitar os professores leigos que atuavam nas escolas primárias rurais desse município e sua região, a partir de uma parceria com o estado de Mato Grosso. Esse apoio se deu em razão da existência de uma divisão de funções: enquanto o Estado era o Gestor, o Município apenas se encarregava do pagamento salarial dos docentes contratados para ministrar o Curso.

O ano de 1974 está marcado, também, pela vigência da Lei 5.692/71, que reestruturou o ensino e a formação de professores no Brasil. A referida Lei estabeleceu as diretrizes para o ensino de 1º e 2º graus no país, constituindo-se no dispositivo norteador da reforma educacional no início da década de 1970. A reforma do ensino de 1º e 2º graus impactou profundamente o funcionamento das escolas e a organização didático-pedagógica do ensino elementar e médio brasileiro. Essa Lei determinou, ainda, a reorganização da segunda fase do ensino médio, ou colegial, de modo que todos os cursos oferecidos em nível de 2º grau passassem a ser profissionalizantes. No que diz respeito à formação de professor oferecida pela Escola Normal, tal determinação acabou por provocar a eliminação do Ensino Normal Primário ou Complementar, que ainda existia como alternativa de formação de professores em muitos estados brasileiros, e a equiparação da Escola Normal.

A Escola Normal, ao ser contemplada por meio da Lei 5.692/71, “no bojo da profissionalização obrigatória adotada para o segundo grau, transformou-se em uma das

habilitações desse nível de ensino e aboliu de vez a profissionalização antes ministrada em escola de nível ginásial” (TANURI, 2000, p.80).

No que concerne à delimitação espacial, alguns aspectos influenciaram na escolha do município de Dourados e região como ponto de referência deste estudo, mas o principal foi a existência de uma produção historiográfica, ainda que em fase inicial, sobre a educação local. Outra justificativa para tal seleção foi o fato de, no passado, o município de Dourados ter se constituído em uma área de presença significativa de escolas primárias rurais, principalmente após a instalação da CAND, provocando inúmeras modificações nas estruturas política, social, cultural, educacional e econômica da época.

É oportuno ressaltar que a CAND foi relacionada pela historiografia com a política da “Marcha para o Oeste”, ambas caracterizadas como criações varguistas, que surgiram durante o período da ditadura do Estado Novo (1937-1945). No entanto, a colônia somente foi implantada no governo Eurico Gaspar Dutra, no período de 1945 a 1950.

O processo de implantação legal da CAND demorou algum tempo para ser colocado em prática, saindo do campo discursivo de Getúlio Vargas e demarcado apenas com Dutra. Sua criação não foi dedicada apenas à vontade do governo central, mas uma reivindicação por parte de setores da comunidade douradense para efetivação do projeto de colonização em Dourados, que a viam como oportunidade para o desenvolvimento econômico da região. Para discutir essas questões, quando da visita de Getúlio Vargas ao sul do Mato Grosso em 1941, foi formada uma comissão de douradenses notáveis que solicitou a implantação do projeto colonizador (NAGLIS, 2007).

O projeto colonizador de Getúlio Vargas que foi discursado, planejado e posteriormente implantado, circulou por meio de diversas propagandas e meios, principalmente pelo rádio. Assim, as famílias não somente se deslocavam para a colônia com intuito de ocupar essas terras, mas também pelo interesse na gratuidade reforçada pela campanha Marcha para o Oeste. De acordo com Carli (2008, p. 30),

O governo de Vargas veio a definir a *Marcha para Oeste*, também institucionalmente, vinculada a uma nova forma de poder, para garantir, segundo os discursos da época, a implantação do processo de povoamento, colonização e desenvolvimento econômico por meio da expansão das fronteiras agrícolas, de uma região até então considerada desprotegida em sua área fronteira e esparsamente habitada.

A Marcha para o Oeste teve o objetivo de povoar a região de Mato Grosso, mais precisamente na parte sul do Estado, conforme visto anteriormente. A esse respeito, Carli (2008) adverte:

O discurso de Vargas, de fato, tocou os trabalhadores rurais, movimentando a população do país para abrir caminhos, colonizar e ocupar espaços, atraindo, para a região da CAND, pessoas de todos os quadrantes, como paulistas, mineiros, nordestinos, japoneses, paraguaios, todos em busca de realizar seus objetivos, o de adquirir um pedaço de terra, pois ela era para eles seu meio de subsistência por meio da agricultura, e identificação com suas raízes (CARLI, 2008, p. 60).

Portanto, os aspectos do processo da criação da CAND estão contextualizados nessa política de colonização da época, sendo criadas mais sete colônias: a de Goiás, Amazonas, Maranhão, Pará, “General Osório”, Piauí e Jaíba (FREITAS, 2014). Nesse momento, o aumento da população estava vinculado à terra, incentivando o desenvolvimento de algumas regiões do país consideradas, na época, de baixa densidade demográfica e inculta do ponto de vista econômico. Essas colônias ainda sustentariam a expansão do fluxo pelo interior do território brasileiro (CARLI, 2008).

É importante esclarecer o que se entende por educação rural e diferenciá-la da educação do campo. Segundo Rocha (2014, p. 14), a educação rural é definida como “um processo de escolarização de populações pobres, que se molda por suas atividades voltadas para a agricultura, pecuária entre outros aspectos econômicos”. Por sua vez, a educação do campo está envolta em “concepções que vão além de processos de escolarização, e mais precisamente um movimento que está relacionado aos movimentos sociais, ONGs governamentais e não governamentais” (ROCHA, 2014, p. 14).

A temática da pesquisa ora apresentada está relacionada com a minha trajetória acadêmica, iniciada no curso de graduação em História na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), durante uma pesquisa de iniciação científica que tinha o propósito de mapear fontes acerca da formação e da profissão docente em áreas rurais também do município de Dourados. Foi por meio dessa pesquisa que se tornou possível perceber a importância da educação rural nessa localidade, principalmente a partir da instalação da CAND, no final da década de 1940, e mesmo o fato dessa modalidade de educação ainda ser pouco investigada nos estudos acerca da História da Educação.

O privilégio dado à imprensa periódica como fonte desta pesquisa dá-se pelo fato dos jornais de Dourados terem colocado em circulação noticiários cujos temas marcaram a

história da Educação Rural nesse município. Justifica-se, ainda, em razão de sua dinâmica na difusão de importantes informações para os estudos históricos. Cumpre ressaltar, pois, que o uso da imprensa periódica vem crescendo e ganhando cada vez mais espaço, tanto no campo de estudos da História quanto da História da Educação.

No caso da História da Educação brasileira, percebe-se que o estudo de temáticas ligadas à Educação Rural ganhou espaço nas produções científicas dos últimos dez anos, fato que pode ser evidenciado com as inúmeras produções de teses, dissertações, livros, artigos e trabalhos de congressos.

Para situar esta pesquisa no campo de estudo da História da Educação realizou-se uma busca de dissertações e teses disponíveis em alguns sites dos programas de Pós-graduação em Educação¹, entre eles: o da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”/Campus de Araraquara (UNESP/Araraquara), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e UFGD. Dentre os trabalhos encontrados, foram localizadas uma tese de doutorado e três dissertações de mestrado que versam sobre a história da educação rural em Mato Grosso, conforme pode se observar no Quadro n. 1.

Quadro n. 1 - Teses e dissertações analisadas

Autor (a)	Título	Natureza do trabalho	Instituição	Ano
Ademilson Batista Paes	A escola primária rural em Mato Grosso no Período Republicano (1889-1942)	Tese (Doutorado em Educação)	UNESP/Araraquara	2011
Marineide Oliveira da Silva	A escola rural em Mato Grosso (1920-1945)	Dissertação (Mestrado em Educação)	UFMT	2012
Kátia Maria Kuntz Beck	Vivências e memórias: a cultura escolar da escola rural mista municipal Santo Antonio em Tangará da Serra-MT (1965-1983)	Dissertação (Mestrado em Educação)	UFMT	2013
Ana Paula Fernandes da Silva Piacentini	História da Formação de Professores Leigos rurais: o curso de magistério rural em Dourados, na década de 1970	Dissertação (Mestrado em Educação)	UFGD	2012
Clovis Irala	Educação Rural em Dourados-MT	Dissertação (Mestrado em Educação)	UFGD	2013

Fonte: Sites dos Programas de Pós-Graduação em Educação da UNESP, UFMT e UFGD.

¹ No presente trabalho privilegiou-se a busca nestes três sites universitários, porque foram neles que foram encontrados trabalhos que abordam temas ligados à história da educação rural em Mato Grosso.

Conforme se pode observar no Quadro n. 1, a produção acerca da história da Educação Rural em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul ainda é recente, porém vem ganhando espaço no cenário acadêmico. A Tese de Ademilson Batista Paes, defendida em 2011, na UNESP/Araraquara, intitulada “A escola primária rural em Mato Grosso no Período Republicano (1889-1942)”, foi um dos primeiros trabalhos acadêmicos defendidos na área. Em sua pesquisa, o autor buscou analisar as reformas educacionais, os métodos de ensino, a materialidade escolar e a estatística escolar, utilizando como fontes primárias as mensagens de Governadores, por exemplo, considerando o discurso oficial que predominou sobre a educação rural em Mato Grosso.

Marineide Oliveira da Silva defendeu na UFMT, em 2012, a Dissertação intitulada “A Escola Rural em Mato Grosso (1920-1945)”, analisou a constituição do ensino primário rural no Estado utilizando como fontes primárias as Mensagens de Governadores e os Relatórios de Província de Mato Grosso.

Em outra perspectiva da história da educação rural em Mato Grosso, também na UFMT, Kátia Maria Kunntz Beck defendeu, em 2013, sua Dissertação de mestrado intitulada “Vivências e memórias: a cultura escolar da escola rural mista municipal Santo Antonio em Tangará da Serra-MT (1965-1983)”, na qual analisou as representações de escolarização da infância na cultura escolar da Escola Rural Mista Municipal Santo Antonio, criada no espaço rural denominado “Reserva”, durante o período de colonização de Tangará da Serra-MT.

Já na UFGD, Ana Paula Fernandes da Silva Piacentine defendeu, em 2012, a Dissertação intitulada “História da Formação de Professores Leigos rurais: o curso de magistério rural em Dourados, na década de 1970”. Em sua pesquisa, a autora procurou compreender o processo de implantação e funcionamento do Curso de Magistério Rural, na década de 1970, no município de Dourados, situado no sul de Mato Grosso. A autora utilizou fontes como planos de ensino do Curso, os livros didáticos, depoimentos dos professores e diversas práticas educativas.

Em 2013, também na UFGD, Clóvis Irala defendeu a Dissertação “Educação Rural em Dourados MT: A escola Geraldino Neves Correa (1942-1982)”. O autor buscou compreender o ensino rural primário no Sul do antigo Mato Grosso, privilegiando, em sua abordagem, a história da Escola Geraldino Neves Corrêa. Irala (2013) analisa a história dessa instituição escolar rural, examinando o seu processo de instalação e funcionamento na Picadinha, distrito do município de Dourados, caracterizando o perfil de seu quadro discente e corpo docente e, ainda, analisando a sua organização curricular.

Além desses trabalhos produzidos na forma de Teses e Dissertações, foram localizados outros trabalhos que versam sobre a temática aqui em questão. Em 2013, as autoras Elizabeth Figueiredo Sá e Marineide Oliveira da Silva publicaram na Revista Eletrônica Documento/Monumento, o artigo “A Escola Rural Mato-Grossense no Olhar de Gervásio Leite”. Neste artigo, por meio da análise de publicações sobre a educação rural em Mato Grosso, as autoras procuraram refletir sobre a influência do ideário ruralista pedagógico na produção histórica, bem como a vinculação de suas ideias no I Congresso de Ensino rural no Brasil, realizado em São Paulo, no ano de 1937 e no VIII Congresso Brasileiro de Educação, ocorrido em Goiânia, em 1942.

Alessandra Cristina Furtado e Aline Nascimento Cavalcante publicaram em 2014, na Revista Interfaces da Educação, o artigo “Organização e Digitalização de Documentos sobre a formação e a profissionalização de professores das escolas rurais de Dourados e região (1988-1996)”, que objetivou reconstruir a história da formação e profissão de professores de escolas rurais do município de Dourados e região, no período de 1988 a 1996. Para tanto, as autoras realizaram uma análise de documentos localizados num levantamento documental em arquivos das instituições escolares rurais do município de Dourados, Centro de Documentação Regional da UFGD e de acervos pessoais de antigos professores dessas escolas rurais.

Elizabeth Figueiredo Sá e Marineide Oliveira da Silva publicaram, em 2014, na Revista Educação e Cultura Contemporânea, o artigo “O Ruralismo Pedagógico: uma proposta para a organização da escola primária rural”, que teve o objetivo de compreender de que forma o pensamento dos ruralistas pedagógicos influenciou nas decisões sobre a escola primária rural brasileira, especialmente a mato-grossense. Para tanto, as autoras pautaram suas análises em fontes documentais localizadas, principalmente, no Arquivo Público de Mato Grosso e no Acervo Paulo Borrroul (USP).

Em 2015, as autoras Alessandra Cristina Furtado, Anaete Regina Schelbauer e Elizabeth Figueiredo de Sá publicaram no livro “História da Escola Primária no Brasil: investigação em perspectiva comparada em âmbito nacional”, de organização de Rosa Fátima de Souza, Antônio Carlos Ferreira Pinheiro e Antônio de Pádua Carvalho Lopes, o capítulo “Escola Primária Rural: os caminhos percorridos pelos estados de Mato Grosso e Paraná (1930-1961)”. Nele, as autoras analisam as ruralidades impressas nos estados de Mato Grosso e Paraná, com a finalidade de alcançar as nuances do papel atribuído à escola rural nestes estados, bem como da escolarização ofertada infância, que teve como palco de seu desenvolvimento as áreas rurais. Ao mesmo tempo, o capítulo procura compreender as

diferenças e similaridades entre a escolarização da infância da zona rural dos estados eleitos para análise.

Em 2015, Marineide de Oliveira da Silva publicou o artigo “De Escola Isolada a Escola Rural: um desenhar da educação primária em Mato Grosso”, na Revista Eletrônica Documento/Monumento, no qual procurou analisar fatos importantes para a educação primária mato-grossense, bem como publicações que possam delinear como a escola isolada/rural se apresentava no cenário educacional de Mato Grosso na primeira República.

Em 2015, Ana Paula Fernandes Piacentine e Alessandra Cristina Furtado publicaram o capítulo intitulado “História da Implantação do Curso de Magistério Rural em Dourados, no Sul de Mato Grosso, na década de 1970”, que aborda o processo de implantação de um curso de formação de professores leigos rurais, mais especificamente o Curso de Magistério Rural, que funcionou em Dourados, no Sul de Mato Grosso, na década de 1970.

Outros trabalhos ligados à temática da história da educação rural em Mato Grosso também foram publicados em anais de eventos nacionais e internacionais, tanto na área de Educação quanto de História da Educação, como na Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED)², no Congresso Brasileiro de História da Educação (CBHE)³, no Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação (COLUBHE)⁴,

² FURTADO, A. C.; MOREIRA, K. H. . Professores Leigos em Escolas Rurais Primárias no Sul de Mato Grosso (1930-1970). In: 37 Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (ANPED), 2015, Florianópolis. Tensões e Perspectivas para a educação pública brasileira. Florianópolis - SC: UFSC, 2015. v. 37. p. 1-21.

³ FURTADO, A. C. As Políticas para a formação do professor leigo rural primário, no sul de Mato Grosso, nas décadas de 1960 e 1970. In: VII Congresso Brasileiro de História da Educação, 2015, Maringá-PR. Matrizes Interpretativas e Internacionalização. Maringá-PR: SBHE, 2015. p. 1-15.

FURTADO, A. C.; PINTO, Adriana Aparecida . A Escola Rural Primária e o seu Processo de Institucionalização no Antigo Sul de Mato Grosso (1930-1961). In: VII Congresso Brasileiro de História da Educação, 2013, Cuiabá-MT. Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil. Cuiabá - MT: SBHE, 2013. p. 1-15.

SILVA, M. O. No caminho da roça: o processo de expansão da escola rural em Mato Grosso (1927-1945). In: In: VII Congresso Brasileiro de História da Educação, 2013, Cuiabá -MT. Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil. Cuiabá - MT: SBHE, 2013, p. 01-11.

SILVA, M. O.. A Escola Rural sob o olhar de autores Mato-Grossenses. In: VII Congresso Brasileiro de História da Educação, 2013, Cuiabá -MT. Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil. Cuiabá - MT: SBHE 2013. v. 07. p. 01-08.

⁴ SILVA, M. O. ; SÁ, E. F. de . A Escola Rural da povoação de Arruda: transpor barreiras na educação em Mato Grosso. In: X Congresso Luso Brasileiro de História da Educação, 2014, Curitiba. Percursos e desafios na História da Educação Luso-brasileiro, Curitiba – PR, 2014, p.01-10.

SILVA, M. O.; SA, E. F. . A Escola rural da povoação de Arruda: Transpor barreiras na educação em Mato Grosso. In: X Congresso Luso Brasileiro de História da Educação, 2014, Curitiba. Percursos e desafios na História da Educação Luso-brasileiro, Curitiba-PR, 2014, p. 01-10.

MARQUES, I. V. ; IRALA, C. ; FURTADO, A. C. . Dos Acervos Públicos e Arquivos Escolares: fontes para o estudo da história das instituições educativas urbanas e rurais do Sul de Mato Grosso (1940-1977). In: X Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação do Centro-Oeste, 2014, Curitiba-PR. Percursos e Desafios na História da Educação Luso-Brasileira. Curitiba-PR: Editora da PUC-PR, 2014. v. 10. p. 1-10.

no Congresso Iberoamericano de História da Educação Latino-Americana (CIHELA)⁵, entre outros.

O levantamento ora exposto permite compreender que a produção acadêmica acerca da educação rural ainda carece de estudos em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, embora seja evidente que a produção historiográfica educacional está em um processo crescente sobre a temática nestes dois Estados da região Centro-Oeste do Brasil. Como aponta Bastos (1997), adentrar no campo de estudos da educação rural, que permaneceu à sombra na historiografia educacional, “permite vislumbrar as particularidades e as experiências que foram realizadas para atender a população rural, muitas vezes excluída das políticas governamentais” (BASTOS, 1997, p. 7).

Acrescenta-se ao fato da relevância da temática aqui estudada a questão dos jornais se constituírem em uma importante fonte de pesquisa para os estudos históricos. Percebe-se que, atualmente, a historiografia vem dando ênfase aos impressos dentro do campo da História da Educação. O uso dos jornais nessa perspectiva traz novas contribuições, e são diversas as possibilidades de problematização do passado por meio das páginas da imprensa. Os jornais, mesmo os de circulação geral, contribuem para um estudo de reflexão sobre as questões educacionais. Sobre isso, Vieira (2007) aponta que

A imagem da imprensa, tanto ontem como hoje, estava associada ao seu poder de influenciar a sociedade, de formar a chamada opinião pública. Mensurar esse poder algo que vem sendo discutido intensamente, contudo, longe de conclusões consistentes as respostas oscilam da capacidade de amoldar as mentes ao exercício do mero registro da vida social (VIEIRA, 2007, p. 17).

É plausível argumentar que o jornal assume, portanto, diferentes posições no contexto de uma determinada sociedade. Enquanto fonte principal, ele pode “testemunhar a presença, a regularidade e a intensidade que as questões educacionais assumem em contextos determinados, propiciando estabelecer vínculos que unem educação e sociedade” (VIEIRA, 2007, p. 37).

A abordagem teórica que subsidia esta pesquisa privilegia a Nova História Cultural, a qual, segundo Burke (2005), é um campo de pesquisa que tem como objeto de investigação os processos e práticas dos quais se constrói um sentido e se forjam os significados do mundo

⁵ FURTADO, A. C. História da Profissão Docente no Meio Rural: o professor leigo na Escola Primária, no Antigo Sul de Mato Grosso (1940-1977). In: XI Congreso Iberoamericano de Historia de la educación latinoamericana, 2014, Toluca - México. Sujetos, poder y disputas por la educación. Toluca - México: El Colegio Mexiquense ; Universidad Pedagógica Nacional, 2014. v. 11. p. 1-18.

social. Nas últimas décadas, a História da Educação Brasileira tem sido largamente influenciada pelas novas correntes historiográficas, oriundas da Escola Francesa, especialmente pela Nova História Cultural.

A influência da Nova História Cultural na História da Educação fez com que a pesquisa nesta área passasse a se centrar em novos domínios, tal como aponta Carvalho (1998):

[...] apanhando-lhe os dispositivos de organização e o cotidiano de suas práticas; pôr em cena a perspectiva dos agentes educacionais; incorporar categorias de análise – como gênero -, e recortar temas – como profissão docente, formação de professores, currículos e práticas de leitura e escrita -, são alguns dos novos interesses que determinam tal reconfiguração (CARVALHO, 1998, p. 32).

Esses novos objetos e temas, novos problemas e procedimentos de análise se integraram à pesquisa em História da Educação, favorecendo outros caminhos para o seu estudo, como é o caso de objetos e temas ligados à educação rural e de fontes como os impressos pedagógicos de uso escolar e de circulação geral, como revistas, livros e jornais, por exemplo.

A Nova História Cultural privilegia um campo de pesquisa com propostas e ênfases nas diferenças sociais e culturais. Dentro desta vertente, a pesquisa foi embasada pelo conceito de representações, desenvolvida pelo historiador Roger Chartier. Para o autor, as “representações são práticas culturais, isto é, elas são estratégias de pensar a realidade e construí-la” (CHARTIER, 1990, p. 17). As percepções do social, afirma o autor,

não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outras, por elas menosprezadas, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (CHARTIER, 1990, p. 17).

Chartier (1990) construiu sua noção de representação na compreensão de que os sujeitos dão sentidos para suas ações, as quais são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias de seu grupo. São traçados intelectuais que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado. No entender do autor, “as representações do mundo social, construídas são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, é necessário o relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza” (CHARTIER,

1990, p. 17). Portanto, a representação tem linguagem praticada (jornal) e entra em circulação, tendo sentido, função social e formas de ver o mundo. A pesquisa está embasada por esta concepção buscando investigar como era representado o ensino primário rural nas páginas dos jornais “O Progresso” e “O Douradense” do município de Dourados.

A investigação foi realizada por meio da pesquisa documental, mediante a coleta dos dados dos jornais “O Progresso” e “O Douradense”, arquivados no Centro de Documentação Regional da UFGD. O referido Centro é um laboratório da Faculdade de Ciências Humanas, coordenado pelo Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz do Curso e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH/UFGD). Esse Centro é muito conhecido em Mato Grosso do Sul pela documentação que dispõe em seu acervo para a pesquisa histórica a respeito de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso (Uno)⁶.

É oportuno registrar que os jornais coletados nesse Centro de Documentação são provenientes de uma parceria realizada em 2013 entre a UFGD e o Jornal “O Progresso”, com o projeto intitulado “Preservação e Divulgação do Acervo do Jornal O Progresso”. Neste projeto, a digitalização e a preservação do acervo histórico do Jornal “O Progresso” ficou sob a responsabilidade do Centro de Documentação Regional. A maioria das edições desse jornal está digitalizada e disponível para consulta à comunidade acadêmica da UFGD e sociedade geral.

Para esta pesquisa foram consultados os exemplares do “O Progresso” referente aos anos 1951 a 1974 e do jornal “O Douradense” entre os anos 1948 a 1950, período que compreende o tempo de circulação desse jornal no município de Dourados.

Para dar forma às análises das representações do ensino primário rural veiculado na imprensa de Dourados-MT, que circulou entre o final da década de 1940 e início da década de 1970, foi necessário recorrer aos procedimentos metodológicos adotados por Pinto (2013) em sua Tese de Doutorado sobre a análise de jornais mato-grossenses. A referida Tese teve o objetivo compreender a configuração da instrução/educação, com vistas ao ideário de desenvolvimento e progresso, alicerçado no discurso da Modernidade que permeou grande parte dos discursos na transição do regime imperial para o republicano no Brasil, tendo a imprensa periódica de circulação geral de Mato Grosso como sua fonte principal.

Neste trabalho, foram selecionados noticiários do Jornal “O Douradense” e o Jornal “O Progresso” pertinentes à educação, focalizando não apenas os noticiários direcionados

⁶ A expressão Mato Grosso Uno era utilizada antes da divisão do Estado, ocorrida em 1977, que dividiu o estado de Mato Grosso, em parte norte e sul e, com isso, originando o estado de Mato Grosso do Sul (AMARILHA, 2006).

especificamente ao ensino primário rural, já que, em alguns casos, os noticiários relacionados à educação em geral evidenciaram informações importantes sobre o ensino rural primário no município de Dourados. Desse modo, o interesse em selecionar noticiários que tratassem da educação ocorreu, sobretudo, pelo fato deles possibilitarem no decorrer de suas leituras informações ligadas à temática em estudo nesta dissertação. Essa iniciativa possibilitou identificar que no período compreendido entre as décadas de 1940 a 1970, a imprensa de circulação geral no município de Dourados não esteve alijada da discussão sobre o ensino primário rural, apesar da quantidade e a frequência dos noticiários não serem tão abrangentes.

Durante o processo de busca pelas notícias sobre o ensino primário rural procedeu-se à leitura quase que integral dos textos publicados no Jornal “O Douradense” e no Jornal “O Progresso”, pois num primeiro exame não foi possível localizar seções específicas que tratassem do tema em estudo, o que tornou necessário uma leitura mais cuidadosa dos textos que compunham as compunham. Desse exercício, três aspectos emergiram e, posteriormente, orientaram o trabalho com as fontes coletadas:

- Num primeiro momento, para esse processo de seleção levou-se em consideração o tema.

- Em um segundo momento, levou-se em consideração a periodização dos jornais. A organização do recorte temporal, em décadas, se justifica na intenção de demonstrar as lacunas existentes no campo dessa modalidade educacional e ainda direcionar na análise dos noticiários.

- E, por fim, num terceiro momento, para a seleção desses noticiários foi necessário realizar um recenseamento dos textos publicados sobre a educação no município de Dourados, que aparentemente não mantinham relação direta com o tema em estudo.

Desse exame resultou um quadro referente aos noticiários sobre a educação e o ensino primário rural no município de Dourados, conforme demonstrado no terceiro capítulo desta Dissertação.

Após a seleção dos noticiários referentes aos temas relacionados desta pesquisa, foram selecionados aqueles que apresentaram alguma matéria relativa à educação, para, posteriormente, utilizar o ensino primário rural. Para fins de análise, o corpus documental foi separado por temáticas e categorias previamente estabelecidas: estrutura física da escola, organização pedagógica e formação do professor, sendo problematizadas e inseridas na análise de acordo com os referenciais teóricos.

Apesar da riqueza dos dados que foram coletados nos jornais, o pesquisador precisa ficar atento, pois “[...] o documento não é inócuo. É antes de tudo resultado de uma

montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram”. (LE GOFF, 2003, p. 538). O pesquisador deve se voltar para o fato de que os documentos que utiliza são sempre produções humanas, que podem expressar interesses pessoais, muito mais do que a realidade concreta, e, nesse caso, corre o risco de tomar uma realidade desejada como algo já realizado (LE GOFF, 2003). Afinal, “o documento não é um documento em si, mas um diálogo claro entre o presente e o documento, tornando-o uma construção permanente” (KARNAL; TATSCH, 2011, p. 12). Assim, questionar e interrogar os documentos demonstra de que maneira a fonte pode ser viável, no caso os jornais, possibilitando a compreensão das interpretações acerca do objeto de estudo.

É importante analisar proficuamente os noticiários sobre o ensino primário rural, que circulavam nos jornais entre os anos de 1948 a 1974, de modo que seja possível compreender o contexto político, econômico e quais as articulações foram forjadas em torno da educação primária rural.

Campos (2012) explicita que os jornais precisam ser submetidos à operação de crítica interna e externa como qualquer outro documento, pois há uma intencionalidade no que é produzido nos jornais. Assim, trabalhar com fontes documentais ligadas à imprensa, como o é no caso desta pesquisa, exige minuciosa atenção por parte do pesquisador. É preciso delimitar através da crítica à fonte, precisamente a ação dos elementos que estão presentes nos jornais, a posição política, o corpo editorial, o proprietário. A análise do corpo editorial e a linguagem veiculada são também importantes para compreender as intenções pela qual o jornal publica suas notícias, identificando os sujeitos e os grupos produtores das representações sobre o ensino rural noticiadas na imprensa.

Este trabalho está organizado em três capítulos. O primeiro capítulo aborda a história da educação rural no Brasil e, mais especificamente, no Mato Grosso, sobretudo na parte Sul do Estado, com ênfase ao município de Dourados. O segundo discute a imprensa de circulação geral como fonte de pesquisa em História da Educação. Além disso, a especificidade deste capítulo incide sobre a apresentação do Jornal “O Progresso” e do Jornal “O Douradense”. Por fim, o terceiro capítulo trata como os noticiários que circularam nesses jornais no período de 1948 a 1974 representavam, em suas páginas, o ensino primário rural.

CAPÍTULO I

A EDUCAÇÃO RURAL NO BRASIL E SEUS DESDOBRAMENTOS EM MATO GROSSO: O CASO DO ENSINO PRIMÁRIO RURAL NO MUNICÍPIO DE DOURADOS

Para o desenvolvimento inicial deste trabalho, é essencial que esclareçamos alguns aspectos que marcaram a história da Educação Rural no Brasil e mais especificamente no Mato Grosso, uma vez que o município de Dourados, no período pesquisado, situava-se na parte Sul deste Estado.

1.1 A Educação Rural no Brasil

O ideário de que “através da multiplicação das instituições escolares e do acesso à escolarização, o Brasil se tornaria uma grande potência” (ALVES, 1998, p. 21) apareceu no final do século XIX e ganhou expressão nos primeiros anos do século seguinte, precisamente nos anos de 1910, estando presente nos discursos dos dirigentes republicanos. No entendimento destes, a escola seria um veículo de propagação de valores nacionalista, daí a necessidade de se “construir estabelecimentos escolares voltados para a formação dos cidadãos [...]” (ALVES, 1998, p. 27).

Ainda que nos discursos dos dirigentes republicanos brasileiros o ensino primário devesse ser gratuito e obrigatório e a escolarização devesse ser estendida a toda a população, desde os lugares de fácil acesso até as áreas mais longínquas, a educação rural, nas primeiras décadas da República, não possuía um direcionamento com suas especificidades, pois era discutida pela ótica das políticas educacionais e decorria de interesses urbanos industriais da elite brasileira (LEITE, 2002). Nesse caso, a legislação, os materiais e métodos nem sempre foram vinculados para atender essa modalidade de ensino.

Por motivos socioculturais, a educação rural no Brasil sempre foi relegada a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o “elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político ideológica da oligarquia agrária, com a concepção de quem vive na roça não carece de estudos” (LEITE, 2002, p. 14).

Nas escolas rurais, entre os anos de 1910 e 1920, o ensino tinha por objetivo contribuir com o ideário republicano, e por isso priorizava a defesa da nacionalidade e a disseminação de valores capazes de manter a cultura vigente (SILVA, 2011). A esse respeito, Almeida (2005) assinala que

[...] era fundamental a formação de um caráter nacional ao povo brasileiro e a educação deveria colaborar nesta tarefa, num esforço de diminuir ao máximo o analfabetismo, ensinando aspectos da geografia, da história, do folclore do Brasil, bem como noções de Moral e Civismo, enfim, a cultura brasileira deveria se fazer presente e constante nos currículos escolares tanto em escolas do campo, como nas da cidade (ALMEIDA, 2005, p. 38).

Almeida (2005) aponta que mesmo com a expansão das escolas, a educação rural não era a mesma da educação urbana. Nas áreas rurais havia escassez de estabelecimento de ensino, de aparelhos, descaso por parte do poder público que atingia tanto a organização pedagógica das escolas quanto as condições estruturais mínimas para o desempenho da docência. Ainda segundo a autora,

as escolas rurais eram poucas e precárias, umas distantes das outras, dificultando a comunicação, ausência de orientação metodológica e didática, falta de verbas públicas na escolarização, deficiências na formação de professores, currículos por vezes inadequados, poucos materiais pedagógicos, falta de livros, entre outros (ALMEIDA, 2005, p. 286).

A autora ainda acrescenta que outros problemas também faziam parte dessas escolas, como baixos salários, alojamentos insalubres e instabilidade no emprego. Por isso, em muitos casos, estes dependiam da ajuda da comunidade. Essas circunstâncias deixam evidentes as dificuldades que acompanhavam o ensino primário rural brasileiro.

Há de se considerar que a preocupação efetiva com a educação rural no Brasil ocorreu somente a partir dos anos 1920, devido ao forte processo migratório do campo para a cidade relacionado ao processo de industrialização nesse período (LEITE, 2002). Ainda nos anos de 1920 iniciou-se um debate a respeito da escolarização como instrumento para a permanência do homem no campo. No entendimento de Freitas e Biccias (2009), foi

No transcorrer de todo o século XX, a escolarização foi interpretada ora como instrumento adequado para fixar o homem no campo e, com isso, conter índices crescentes de empobrecimento das cidades, ora como instrumento adaptativo ideal para transformar mentalidades arcaicas e rurais em mentalidades cidadinas (FREITAS; BICCAS, 2009, p. 27).

Como também esclarece Schelbauer e Gonçalves Neto (2013), a divulgação da educação escolar primária nas zonas rurais como mecanismo para manter o homem no campo somente ocorreu com “as aspirações da construção da nacionalidade brasileira e sua efetiva organização econômica e social ganhou expressão a partir das primeiras décadas do século XX” (p. 84).

A partir da década de 1920 se deu a propagação e se desencadeou iniciativas para as mudanças institucionais de acordo com o movimento da Escola Nova, o que acabou por revelar uma preocupação com o processo de aprendizagem das novas gerações. No entendimento de Vidal (2003, p. 497), “era pela diferença quanto às práticas e saberes escolares anteriores, que se construía a representação do “novo” nessa formação discursiva. Operavam-se, no entanto, apropriações do modelo escolar negado, ressignificando seus materiais e métodos”.

A defesa de uma escola pública, universal e gratuita tornou-se a grande bandeira do movimento da escola nova. Desse modo, a escola deveria ser

[...] acessível, em todos os seus graus, aos cidadãos a quem a estrutura social do país mantém em condições de inferioridade econômica para obter o máximo de desenvolvimento de acordo com as suas aptidões vitais. Chega-se, por esta forma, ao princípio da escola para todos, "escola comum ou única", que, tomado a rigor, só não ficará na contingência de sofrer quaisquer restrições, em países em que as reformas pedagógicas estão intimamente ligadas com a reconstrução fundamental das relações sociais (AZEVEDO *et al*, 1932, p. 05).

Isso acaba por evidenciar que a educação deveria ser proporcionada igualmente a todos, a fim de oferecer oportunidades na mesma medida. O ensino deveria ser leigo, ou seja, sem a influência e a orientação religiosa que tinham marcado os processos educacionais até então. Nesse sentido, “a função da educação era formar um cidadão livre e consciente que pudesse incorporar-se ao grande Estado Nacional em que o Brasil estava se transformando” (MATIAS, 2009, p. 75).

A nova mentalidade educacional foi sintetizada pela Escola Nova, propondo um tratamento diferenciado para os problemas educacionais com o intuito de superar o ensino tradicional. O projeto educacional buscava “combater o analfabetismo, propagando o abasileiramento não somente nos conteúdos didáticos como também da escola, privilegiando ideias como o serviço militar, o voto e a representação política” (LOURENÇO FILHO *apud* BERTOLETTI, 2006, p. 55). Assim, a educação deveria ser adaptada a uma nova realidade.

Paralelamente à discussão sobre uma escola única, acessível e gratuita para todos os cidadãos do Brasil, protagonizado pelo movimento escolanovista, surge também na década de 1920, o movimento dos ruralistas pedagógicos que buscavam uma escola adaptada às necessidades das áreas rurais. Esse movimento idealizava uma educação diferenciada, composta por instrumentos e técnicas agrícolas, e que tivesse como eixo norteador a oferta de meios para que a população rural permanecesse no campo e que pudesse tirar de sua subsistência. Tal movimento objetivava, além disso, o não esvaziamento da população de áreas rurais, isto é, a fixação do homem no campo, desempenhando um papel do ideal de modernização conservadora.

O Ruralismo Pedagógico difundiu a ideia de uma escola diferenciada das demais escolas (urbanas), fundada metodológica e pedagogicamente em tarefas práticas que pudessem suprir as necessidades imediatas das populações do campo desprovidas de recursos financeiros. O ruralismo constituiu-se, desse modo, em um discurso ideológico bastante aceito e legitimado (PRADO, 1995).

Na concepção de modernização, o ruralismo abrange elementos relacionados aos benefícios das técnicas agrícolas e à diversificação agrícola, constituindo o que Ávila (2013, p. 34) descreve como “civilização agrícola”. Para Silva (2014), o ruralismo pedagógico pressupõe uma educação diferenciada em métodos e técnicas agrícolas para que a população rural permanecesse no campo. Os ideais do ruralismo pedagógico refletiam não apenas nos interesses educacionais, também no campo político e econômico.

Um fator que impulsionou a ação e a propagação do pensamento ruralista foram os problemas gerados pela crescente industrialização, que foi responsável pela migração de parte da população que moravam no campo para as cidades, com intuito de buscar melhores condições de trabalho e de vida. Concomitantemente, nessa época acirraram-se os debates sobre as especificidades da escola na zona rural, emergindo, assim, algumas correntes de pensamento em defesa de uma educação diferenciada que fornecesse subsídios para fixar o homem no campo (SÁ; SILVA, 2014, p. 64).

A escola rural além da sua atuação na esfera educativa, com o trabalho cívico e a fixação do homem no campo, tinha também a “incumbência de divulgar a ideologia oficial que circulava o meio intelectual brasileiro” (SÁ; SILVA, 2014, p. 67). Essa iniciativa implica, portanto, que a educação rural deveria dar condições para capacitar o sujeito a viver no campo e dele tirar o seu sustento, de modo que pudesse, ainda, contribuir para o desenvolvimento do Brasil.

Nesse contexto, pode-se dizer que o Ruralismo Pedagógico também servia aos interesses políticos e sociais, contribuindo para mascarar a preocupante situação provocada pelo esvaziamento da zona rural e pelo aumento populacional das cidades. Por esse motivo, o ruralismo recebeu apoio de parte das elites urbanas, que enxergavam nesse movimento um incentivo para fixar o homem nas áreas rurais e, conseqüentemente, uma maneira de minimizar os problemas sociais advindos do inchaço populacional das cidades (SILVA, 2011).

No entendimento de Leite (2002), o ruralismo no ensino permaneceu até a década de 1930, uma vez que a escolaridade estava vinculada à tradição colonial. Por ser o Brasil um país essencialmente agrário, a primeira vez que a educação rural foi contemplada em uma Constituição foi em 1934. Porém, as ações educacionais para o meio rural foram influenciadas pelo movimento de renovação educacional, movimento esse já tratado anteriormente neste Capítulo. No ano de 1933 inicia-se a Campanha de Alfabetização na Zona Rural⁷, fortemente influenciado pelo ruralismo pedagógico (LEITE, 2002).

Não se pode deixar de registrar que a educação mereceu cuidados especiais em todo o período em que Vargas esteve no poder, permeando as discussões para elaboração das emendas constitucionais expressas no documento de 1934 e, posteriormente, no de 1937. “A escola seria um meio eficiente de propagação de ideias nacionalistas, pregando o amor à pátria com a finalidade de fazer com que os brasileiros contribuíssem para o desenvolvimento do país” (SÁ; SILVA, 2014, p. 66-67). No que diz respeito à educação rural, no Estado Novo, em 1937, foi criada a Sociedade Brasileira de Educação Rural. Pode-se assim dizer que foi nesse período que as discussões em torno da escolarização para a população das áreas rurais se fortaleceram.

De 1930 a 1945, intensificou-se o debate sobre a educação rural, pois no projeto político de Getúlio Vargas essa acabou ocupando um lugar estratégico, uma vez que a preocupação com a educação rural esteve associada nesse momento ao “projeto autoritário” do governo do Presidente Getúlio Dornelles Vargas de modernização da sociedade brasileira. Nesse contexto, as questões educacionais encontravam-se entrelaçadas com as de cunho econômico, podendo resumir esse debate à defesa de uma escola adaptada à zona rural. Desse modo, a escola rural ora foi concebida para “instruir, civilizar, moralizar, higienizar e

⁷ Embora tenha sido realizado um levantamento nas Mensagens dos Governadores de Mato Grosso da década de 1930 e na produção acadêmica a respeito da educação rural primária em Mato Grosso, em trabalhos como de SILVA (2014); SÁ; SILVA (2014) e PAES (2011), não foi possível levantar se essa Campanha de Alfabetização na Zona Rural prescrita para o ano de 1933, tenha afetado o ensino primário rural em Mato Grosso.

nacionalizar, ora como instrumento de modernização e fixação do homem no campo e sendo apresentada como elemento de estabilidade e de segurança nacional” (RAMOS, 2014, p. 22) A educação rural foi vista como um meio de contenção do fluxo migratório, de saneamento do interior e de formação técnica. (BARREIRO, 1997).

Nesse período, a educação rural tornou-se, também, objeto de discussão tanto na Conferência Nacional de Educação, realizada no Rio de Janeiro em 1941, quanto no 8º Congresso Brasileiro de Educação, promovido pela Associação Brasileira de Educação, em Goiânia, recém-criada capital do estado de Goiás, cujo tema geral foi a educação primária fundamental (ÁVILA, 2013). A respeito do 8º Congresso Brasileiro de Educação, ocorrido em 1942, Werle (2007) registra que uma de suas pautas foi a Educação Primária Rural. De acordo com a autora, neste momento as discussões anteriores acerca da questão foram sintetizadas da seguinte forma:

A educação rural foi discutida sob diferentes enfoques e sua valorização inspirou debates em várias das conferências nacionais de educação. A importância da educação rural, a vinculação da escola e seu meio, a formação pedagógica docente associada a conhecimentos de educação sanitária, higiênica e agrícola, eram debates que vinham, portanto, se configurando desde o 1º Congresso de 1927 (WERLE, 2007, p. 161).

Em linhas gerais, pode-se dizer que o 8º Congresso Brasileiro de Educação, no que diz respeito à educação rural, objetivava discutir os problemas das escolas das áreas rurais, mobilizando governantes e intelectuais brasileiros. A Educação Primária Fundamental representou de maneira muito expressiva o panorama de discussões travadas naquele momento acerca das questões educacionais no meio rural, entretanto, fazia-se urgente organizar uma instituição de ensino adaptada e adaptadora do homem ao seu meio. Seus objetivos nem sempre eram aqueles da escola liberal - universal, gratuita, leiga - presentes nas maiores democracias modernas. Tratava-se de outra escola, referida a outro meio e a outro homem.

Para Silva (2014), os trabalhos apresentados buscavam demonstrar a importância de uma escola rural, com condições adequadas à realidade de sua localidade e que o homem fosse adaptado a esse meio social. Em 1942 foi criado o Fundo Nacional de Ensino Primário, instituído pelo governo federal mediante ao Decreto nº 4.958, de 14 de novembro. No referido Fundo, o governo estabeleceu planos de cooperação financeira e técnica para com os estados da Federação para a ampliação e melhoria do sistema escolar do país e “juntamente com o Convênio Nacional do Ensino Primário sob a supervisão do Instituto Nacional de Estudos

Pedagógicos (INEP) possibilitou o investimento na construção de escolas rurais em várias regiões do país” (SOUZA, 2013, p. 64).

De acordo com o Fundo Nacional de Ensino Primário, “os Estados, por sua vez, deveriam aplicar pelo menos 15% de sua receita e celebrar convênios com o município para que as prefeituras aplicassem a conta de 10%” (ROCHA, 2014, p. 15). Desse modo, esse Fundo acabou descentralizando da União os recursos destinados para o Ensino Primário, subtraindo as suas responsabilidades administrativas e pedagógicas com essa modalidade de ensino. Isso fez com que os Estados assumissem a responsabilidade pelo Ensino Primário, os quais, por sua vez, acabaram assumindo a responsabilidade das escolas localizadas nas áreas urbanas e delegaram aos municípios a responsabilidade das escolas situadas em áreas rurais (ROCHA, 2014).

É importante destacar que de 1937 a 1946 ocorreram as discussões a respeito da criação das Leis Orgânicas do ensino, nos níveis secundários (formação geral e profissionalizante) e do ensino primário, significando, pela primeira vez, a intervenção mais efetiva do Estado na organização da educação brasileira. Outro aspecto histórico no que diz respeito à educação primária no Brasil foi a Lei Orgânica do Ensino Primário (Decreto-lei n. 8.529 de 02/01/1946) de 1946. A referida Lei foi a primeira iniciativa concreta do Governo Federal para este nível de ensino e entrou em vigor num momento de crise política, com o fim do Estado Novo e o retorno à democracia. Até o ano 1946, o ensino primário carecia de diretrizes nacionais, o que demonstra o desinteresse do governo para com a educação popular que dispensava, num modelo agrário-exportador, uma formação escolarizada ao trabalhador. Somente com o desenvolvimento industrial, a política educacional passa a dar prioridade à formação da classe trabalhadora, do primário aos diversos cursos profissionalizantes. Instituiu o ensino gratuito e obrigatório, definindo como finalidades do ensino primário, conforme o

artigo 1º: (a) Proporcionar a iniciação à cultura que a todos conduza ao conhecimento da vida nacional, e ao exercício das virtudes morais e cívicas que mantenham e a engrandeçam, dentro de elevado espírito de fraternidade humana.

(b) Oferecer de modo especial, às crianças de sete a doze anos, as condições de equilibrada formação e desenvolvimento da personalidade.

(c) Elevar o nível dos conhecimentos úteis à vida na família, à defesa da saúde e à iniciação ao trabalho (BRASIL, 1946, p. 1).

A Lei Orgânica do Ensino Primário de 1946, em seu artigo 10, definia os princípios do ensino primário:

no artigo 10, define os princípios, sob os quais o ensino primário, deveria organizar e pautar as atividades educativas: desenvolver o ensino de forma sistemática e graduada, de acordo com o interesse da infância; primar pelas atividades dos alunos; no planejamento das atividades; levar em conta a realidade em que a escola estava inserida; desenvolver a cooperação e o sentimento de solidariedade social; revelar as tendências e aptidões dos alunos, para um melhor “aproveitamento”, visando o bem-estar individual e coletivo; e primar, em todos os momentos, pelo sentimento de unidade nacional (patriotismo) e fraternidade humana (BRASIL, 1946).

Entretanto, é clara a destinação do ensino primário à classe trabalhadora, sendo legalmente articulado às escolas de aprendizagem técnico-profissionais nas áreas industrial, agrícola e de artesanato. Apenas os que completassem o curso primário complementar poderiam pleitear por vaga no curso ginásial para a continuidade dos estudos para além dos cursos profissionalizantes (art. 5º) (BRASIL, 1946).

A Lei também estabeleceu que o ensino primário devesse obedecer aos programas mínimos, elaborados pelos técnicos do Ministério da Educação e Saúde, com a cooperação dos estados. Ressalta, ainda, que os programas podem ser adaptados à realidade regional, desde que respeitados os princípios gerais do decreto-lei (art. 12). A educação religiosa retorna ao currículo, mas sem constituir objeto de obrigação dos professores e frequência obrigatória dos alunos (art. 13) (BRASIL, 1946). Essa Lei visou estruturar e organizar o ensino primário, estabelecendo diretrizes gerais nas quais foram traçados programas mínimos seguidos das prescrições de organização curricular, dos exames e da avaliação da aprendizagem (ÁVILA, 2013). Essa Lei enfatizou, além disso, a necessidade de se realizar adaptações às questões regionais.

Diante de tais circunstâncias, pode-se dizer que o Estado Novo (1937-1945) fez com que o Brasil avançasse significativamente no sentido de constituição de um aparato burocrático estatal, inclusive no que se refere à educação escolar. No que diz respeito à escola rural, Ávila (2013) e Souza (2009) registram que datam nesse período as primeiras políticas educacionais visando a massificação da educação escolar na zona rural.

Entretanto, após a queda do Estado Novo, foi eleita a Assembleia Constituinte que elaborou e aprovou a Constituição de 1946. Nesta Constituição foi definido como competência da União fixar as “diretrizes e bases da educação nacional” (Art. 5º, inciso XV, alínea d). Contudo, o Ensino Primário Rural nem se quer foi mencionado nesta nova Constituição. A nova Constituição Brasileira de 1946 propõe modificações para a educação, nos artigos que seguem 166, 167 e 168:

A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana.

O ensino dos diferentes ramos será ministrado pelos Poderes Públicos e é livre à iniciativa particular, respeitadas as leis que o regulem.

A legislação do ensino adotará os seguintes princípios: I - o ensino primário é obrigatório e só será dado na língua nacional; II - o ensino primário oficial é gratuito para todos; o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos; III - as empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos destes; IV - as empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores, pela forma que a lei estabelecer, respeitados os direitos dos professores; V - o ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável (BRASIL, 1946).

Ao observar a Constituição, é perceptível que o Estado transferiu toda a responsabilidade pela educação rural às empresas agrícolas. Apesar disso, a Constituição de 1946 foi o passo fundamental para a construção de uma lei única que regulasse, em todo o território nacional, a educação em todos os níveis. Foram 13 anos de debates até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases em 20 de dezembro de 1961, Lei n. 4.024/61 (LDB/61). Até esta data o que regulou a educação do país foram as reformas feitas por Capanema no período do Estado Novo.

No entendimento de Saviani (1999), LDB/61 configurou-se como uma solução intermediária entre os extremos representados pelo projeto original e pelo substitutivo Lacerda. O autor se refere a uma comparação entre o projeto de 1948, o substitutivo Carlos Lacerda de 1958 e o texto da Lei n. 4.024/61, tendo em vista a necessidade de se estabelecer um único ponto de vista ideológico sobre a questão educacional.

Na LDB/61, os objetivos do ensino primário são apresentados de maneira sintética. Na Lei de 1946: “Art.25: O ensino primário tem por fim o desenvolvimento do raciocínio e das atividades de expressão da criança, e a sua integração no meio físico e social” (BRASIL, 1962a, p. 5). Quanto à organização, manteve as quatro séries, podendo estender a sua duração por seis anos. Os dois anos complementares tinham por objetivo a ampliação do conhecimento do aluno e a formação para o trabalho pela iniciação em técnicas de artes aplicadas, adequadas ao sexo e idade (art. 26). Assim, ao aluno que havia concluído a 6ª série primária era permitido o ingresso na 2ª série do ginásio, mas mediante exame de admissão (Art.36, § único) (BRASIL, 1962a).

Portanto, a LDB/61 mostrou-se preocupada com a escolarização primária da população rural, na medida em que preconizava facilitar a frequência das crianças das áreas rurais e propiciar a instalação de escolas públicas nessas áreas.

Por sua vez, a Carta de 1967 preceituou e manteve na Emenda Constitucional de 1969 a proposta de que as empresas convencionais agrícolas e industriais oferecessem o ensino primário gratuito a seus empregados e aos filhos destes. (PAES, 2011).

Para atender as demandas do ensino primário e médio foi necessária uma nova reforma, instituída pela Lei n. 5.692/71 (LDB/71) que alterou a sua denominação para ensino de 1º e 2º graus. Desta forma, as disposições previstas na LDB/61, relativas ao primário, médio e superior foram revogadas e substituídas pelo disposto nas duas novas leis sancionadas pelo Congresso.

Assim, a LDB/71 abriu espaço para a Educação Rural, porém, restrita em seu próprio meio e sem contar com recursos humanos e materiais satisfatórios. Dessa forma, não conseguiu atingir os objetivos pretendidos. Para Leite (2002), essa Lei esteve distanciada da realidade sociocultural do campesinato brasileiro, uma vez que não incorporou as exigências do processo escolar rural em suas orientações fundamentais, nem mesmo cogitou possíveis direcionamentos para uma política educacional destinada exclusivamente aos grupos camponeses.

Acredita-se que a partir de tal situação em torno da Educação Rural na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional é possível compreender, conforme menciona Saviani (1989), que a proposta de sociedade no cenário brasileiro no momento da criação da LDB/71 não foi outro senão este que é relatado: o de uma sociedade pautada pelos mandos e desmandos dos governos autoritários vinculados com as classes que ditavam o desenvolvimento econômico, político e social, como forte influência direta no cenário educacional do país, que continuou sendo relegado a segundo plano ante um desenvolvimento técnico industrial da sociedade. De acordo com o autor, “toda a tarefa política toma a direção desta ordenação da sociedade, deste controle da sociedade, desta planificação da sociedade de modo a visar uma racionalidade do projeto de desenvolvimento” (SAVIANI, 1989, p. 197).

É desse modo que se configura a história da educação rural das primeiras décadas da República até os anos de 1970 no Brasil. Marcada por iniciativas educacionais que procuraram melhorar as condições do ensino rural, como foi o caso do Ruralismo Pedagógico da década de 1920, que buscava uma escola adaptada às necessidades das áreas rurais, pressupondo uma educação diferenciada em métodos e técnicas agrícolas para que a população rural permanecesse no campo; a Constituição de 1934 que contemplou pela

primeira vez a educação rural; a criação da Sociedade Brasileira de Educação Rural durante o Estado Novo; a Conferência Nacional de Educação de 1941 que teve como um dos objetos de discussão a educação rural; o 8 ° Congresso Brasileiro de Educação que colocou em pauta, a educação rural primária; além da LDB/61, que se mostrou preocupada com a educação rural e a reforma do ensino da década de 1970, marcada pela LDB/71, que abriu espaço para a educação rural, mesmo que de forma restrita em seu próprio meio, sem contar com recursos humanos e materiais satisfatórios.

Contudo, não se pode deixar de registrar que neste período a história da educação rural no Brasil também foi marcada por uma Constituição, no caso a do ano de 1946, que não privilegiou o ensino rural em sua pauta, deixando essa modalidade de ensino a cargo das empresas agrícolas.

Em suma, pode-se dizer que a história da educação rural, das primeiras décadas da República até os anos de 1970, foi configurada por um período marcado por muitas iniciativas que tiveram o interesse em melhorar as condições do ensino rural brasileiro, interesse esse prescrito em Constituição, Leis de Diretrizes e Bases, Movimentos Rurais, Conferências e Congressos na área de Educação.

1.2 A Escola Primária Rural em Mato Grosso

Com uma área de 1.261.094 km², o que corresponde a 14,81% da área do Brasil, Mato Grosso, no período em estudo, possuía uma população majoritariamente rural, segundo os dados dos censos do IBGE de 1940, 1950, 1960 e 1970, conforme pode se observar no Quadro 2.

Quadro 2 - População urbana e rural de Mato Grosso entre 1940 a 1970

Anos	Urbana	Rural
1940	128.727	303.538
1950	177.830	344.214
1960	364.004	546.258
1970	684.189	912.901

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 1940/1950/1960/1970

Um dos grandes problemas enfrentados por Mato Grosso era o povoamento. Em 1940, por exemplo, de acordo com os dados do recenseamento demográfico, era um dos estados

brasileiros de mais reduzida população, já que apresentava um total de 432.265 habitantes dispersos numa área de 1.261.094 km². Isto representava uma densidade média de apenas 0,33 habitantes por quilômetro quadrado. Contudo, no Estado a população se agrupava em áreas bem definidas, formando núcleos populacionais em que os habitantes rurais eram sempre em maior número que os urbanos, tal como no período aqui em estudo.

No que se refere à instrução pública, na primeira década do século XX já perdurava a ideia de que por meio do ensino se promoveria o progresso do Estado. Em 1910, no governo do presidente de Estado Pedro Celestino, foi organizada a reforma do ensino primário e normal. “Pelos discursos a Reforma possibilitaria a formação de quadros para atender aos serviços públicos e comerciais, a educação popular rural e urbana e a manutenção [...]” (ALVES, 1998, p. 24).

O Regulamento do Ensino Primário (1889) em Mato Grosso, primeiro da Era Republicana, revelava um aspecto saneador como tentativa de conceder um novo perfil à instrução. Dentre seus artigos, merece destaque o 2º artigo, que classificava as escolas em três tipos: as escolas de 3ª classe, localizadas na Capital “havendo para cada sexo quantas forem necessárias”; as escolas de 2ª classe com funcionamento em vilas ou cidades do interior “que fossem sede de comarca”, sendo uma para cada sexo; e, finalmente, as escolas de 1ª classe, localizadas em locais ermos e isolados, “só podendo haver uma em cada localidade... mas se ministrará o ensino conjuntamente”(PAES,2011,p.55). A tipologia das escolas, denominando-as diferentemente de acordo com a localização, admitia a não igualdade de condições materiais e regulamentares.

Para Paes (2011), a Instrução Pública de 1889 em Mato Grosso visava muito mais marcar o antes e o depois no novo período político do que reformar e modificar a situação drástica em que se encontrava o ensino, em estado de abandono e composto “por número reduzidíssimo de alunos, de escolas e de professores, quase inexistentes nesse período, a instrução passou a ser estruturada como ensino primário e secundário” (p. 56).

Entretanto, foi somente no Regulamento de 1927 que se propôs várias mudanças, principalmente referentes à organização das instituições escolares, como o desmembramento das escolas isoladas, que a escola rural primária foi contemplada pela primeira vez nos documentos oficiais em Mato Grosso. A partir desse Regulamento, o ensino primário, que antes era oferecido somente em duas modalidades, escolas isoladas e grupos escolares, passou a ser ministrado em escolas isoladas rurais, escolas isoladas urbanas, escolas isoladas noturnas, escolas reunidas e grupos escolares (SÁ; SILVA, 2014, p. 76).

Embora a Reforma de Instrução Pública de 1927 tenha demonstrado certa preocupação com a criação das escolas rurais, estas continuavam funcionando no estado de Mato Grosso em condições precárias. Para Furtado e Pinto (2013), as análises das fontes documentais indicaram que a escola rural primária no Sul de Mato Grosso, instituição designada como escola isolada rural, sofria com a escassez de estabelecimentos, instituições com estruturas físicas precárias, falta de condições de atender à demanda de crianças em idade escolar, carência de materiais pedagógicos, falta de professores habilitados, entre outros.

Não se pode deixar de registrar que durante a Primeira República, nos documentos oficiais de Mato Grosso, houve menção à escolarização rural somente em três momentos. O primeiro é o relatório do professor da Escola Mista de Lagunita (MATO GROSSO, 1916), de Ponta Porã, enviado ao inspetor daquele período; o segundo, na “reforma da Instrução Pública, em 1927, quando deixam oficialmente de ser designadas de escolas isoladas, para serem classificadas como escolas rurais e o terceiro nos relatórios e mensagens a partir de 1930, de forma mais precisa e pontual” (PAES, 2011, p. 73).

Ainda que no Brasil o ensino primário tivesse se tornado gratuito e obrigatório desde a Constituição de 1934 e fosse uma preocupação dos governadores de Mato Grosso, conforme registrado nos relatórios desse período, o ensino primário apresentava problemas em todo o Estado. A escola primária rural neste período era marcada pela precariedade de instalações físicas, falta de professores ou então a presença destes com nenhuma formação.

A Escola rural em Mato Grosso, na década de 1930, deixa transparecer as inúmeras restrições para se trabalhar nas escolas rurais, principalmente no interior do país. Tal situação acarretava dificuldade de se encontrar um professor que propusesse ministrar aulas nestas localidades, passando a se constituir como o último lugar a ser escolhido para se trabalhar. Assim, a escola rural acabava por absorver os professores em início de carreira e que almejavam obter experiência e currículo, visto que lecionar na zona rural era pré-requisito para que pudesse pleitear uma vaga nas escolas da cidade e/ou professores leigos (SÁ; SILVA, 2014).

Outro fator importante a ser destacado diz respeito ao provimento de professores efetivos para ministrarem aulas nas escolas rurais. As instituições escolares rurais teriam professores efetivos somente “depois de um ano de funcionamento com provimento interino, verificando-se que o número de crianças existentes no raio escolar é suficiente para alimentar a frequência legal da escola” (SILVA, 2013, p. 110).

Ao abordar a relação de escolas públicas destinadas ao ensino primário, percebe-se o quanto eram exíguas, atendendo um número bem reduzido de crianças. Decorridos

praticamente trinta anos do início do regime republicano, Mato Grosso ainda não conseguira estabelecer uma ampla rede de instituições escolares. Ao que parece “os cuidados eram grandes e atingiam até mesmo a Capital, mesmo sendo considerada vitrine política e administrativa das lideranças governistas” (PAES, 2011, p. 78).

A escola primária rural era a que se apresentava em maior número em Mato Grosso. No início da década de 1940, o número dessas escolas ampliou-se ainda mais no Estado, pois em 1941 um decreto do governador criou 100 escolas, que se espalharam por diferentes lugares das divisas geográficas mato-grossenses (MENSAGEM DE GOVERNADOR DO ESTADO DE 1941). Para demonstrar o aumento dessa modalidade de escola, é apresentado o número delas e como estavam distribuídas, no ano de 1942. A tabela está organizada de acordo com o Relatório do Diretório Geral da Instrução Pública:

Tabela 1 – Distribuição das escolas rurais em Mato Grosso em 1942

Cidade/Localidade	Quantidade
Cuiabá	38
Diamantino	3
Rosário do Oeste	16
Livramento	11
Poconé	11
Cáceres	12
Mato Grosso ⁸	4
Santo Antônio	21
Corumbá	7
Miranda	3
Bela Vista	3
Aquidauana	4
Porto Murtinho	4
Nioaque	1
Herculânea	9
Campo Grande	12
Paranaíba	4
Ponta Porã	3
Poxoréu	5
Três Lagoas	4
Entre Rios	2
Guajará-Mirim	6
Araguaiana	7
Lageado	2
Maracaju	2
Alto Madeira	3
T o t a l	200

Fonte: Com base nos dados do Relatório do Diretório Geral da Instrução Pública Professor Francisco A. Ferreira Mendes (MATO GROSSO, 1942).

⁸ Denominada de Vila Bela da Santíssima Trindade, próxima à fronteira com a Bolívia, é atualmente uma cidade histórica com forte presença de descendentes de africanos.

Como é possível verificar nos dados da tabela acima, o número de escolas primárias rurais estava distribuído em diferentes partes do Estado de forma bastante diferenciada. Os municípios que tinham mais escolas primárias rurais eram Cuiabá (38 escolas), Santo Antônio (21 escolas), Rosário do Oeste (16 escolas) e Campo Grande (12 escolas).

Em 1942, o governador do Estado registrou em seu Relatório que “como nos anos anteriores, a situação do ensino primário mato-grossense foi no ano de 1942, de franca prosperidade, obedecendo em tudo as leis e regulamentos vigentes e realizando, dentro dos moldes pedagógicos, o objetivo visado” (MENSAGEM DE GOVERNADOR, 1942, p. 15).

Ainda que ocorressem discussões relacionadas à educação no meio rural em âmbito nacional desde o início da República e a escola primária rural estivesse em expansão no Estado durante os anos de 1940, é importante notar que essa modalidade de escola foi marcada por dificuldades em seu funcionamento. Isso permite entender que muitas discussões em torno na educação rural no Brasil ficavam no plano do discurso, mas na prática não se efetivavam a contento.

A situação da educação escolar em Mato Grosso ocasionava a preocupação dos governadores do Estado. Em 1940, o governador Júlio Müller registrava em mensagem a sua preocupação com a situação das escolas em Mato Grosso:

Posso assegurar que tem mesmo sido uma das preocupações máximas e constantes, por parte do meu governo, dotar o Estado de um sistema adequado e cabal de escolas primárias, assim, urbanas como rurais, segundo as condições locais e sociais, provendo ainda cada uma delas de material didactico suficiente e de boa qualidade (MENSAGEM DE GOVERNADOR, 1940, p. 7).

Em 1949, a mensagem do governador Arnaldo Estevão de Figueiredo registrava a alteração do Regulamento da Instrução Pública de 1927, ressaltando a necessidade dessa mudança devido “ao carinho” que o governador tinha pela educação no Estado:

O governo tem procurado tratar com carinho o ensino em nosso estado, principalmente o ensino primário, pois, é este o mais importante de todos. Este ramo de ensino está necessitando de um novo regulamento eis que o atual Regulamento da instrução pública Primária de Mato Grosso, baixado pelo decreto nº 759, de 22 de abril de 1927, além de obsoleto, ainda ocorre a circunstância de se achar anexada ao mesmo diversas leis especiais, uma revogando seus artigos e outras alterando-as, o que determina dificuldades no seu cumprimento (MENSAGEM, 1949, p. 19).

Silva (2014) discute essa questão assegurando que as Reformas de Instrução Pública em Mato Grosso não passaram de ideias inovadoras que não levaram em conta as especificidades do homem e os problemas rurais como transporte, colonização, educação e fixação dessa área. Além disso, “as propostas acabavam por se transformar em mistificações grosseiras, porque preconizadas em gabinetes, longe da trágica realidade, despregadas de premente realidade do meio” (SILVA, 2014, p. 78). Assim, pode-se dizer que as alterações, ou mesmo o desenvolvimento educacional foi uma constante nos Relatórios, bem como a precariedade da instrução pública, descrita nos relatórios de governadores em razão de poucas providências e investimentos feitos, ficando assim, muitas questões no plano do discurso dos governadores matogrossenses e pouca efetivação na prática.

Desse modo, a escola rural primária chega à década de 1970⁹ com um número significativo de escolas distribuídas por todo o Estado de Mato Grosso, mas marcada, sobretudo, por dificuldades em seu funcionamento, tanto em termos de estruturas físicas e materiais didáticos quanto de professores não habilitados para atuar no ensino primário, pois a maioria desses professores ainda atuava na condição de leigos, muitas vezes com a formação escolar apenas de 1º Grau incompleto, com até 4ª série. Apesar dos problemas e das dificuldades que essas escolas primárias rurais passavam, elas se constituíram estabelecimentos de ensino de vida longa, sobretudo se comparado a outras localidades brasileiras.

1.3 A Educação Rural Primária no Município de Dourados, no Sul de Mato Grosso

O Distrito de Paz de Dourados foi criado no dia 15 de junho de 1914 pela Lei n. 658. Porém, esse Distrito ficou subordinado à Ponta Porã até 20 de dezembro de 1935, quando ocorreu a sua emancipação político-administrativa por meio do Decreto n. 30, assinado pelo governador Mário Corrêa, tornando-se, então, município. O decreto assinalava que

O governador do Estado de Mato Grosso, tendo em vista a representação que lhe dirigiram os habitantes de Dourados sobre a necessidade de ser elevado aquelle districto a município, e considerando que o districto de Dourados, possuindo uma população superior a 15 mil almas, vem assignalando o seu crescente desenvolvimento pela exportação em grande escala de herba-matte, gado-vacum, cereaes e outros productos, considerando que, o referido districto, além de sua situação geographica, está

⁹ A referência aqui ainda é feita a Mato Grosso Uno, pois foi somente, no dia 11 de outubro de 1977 que o presidente Ernesto Geisel assinou a Lei Complementar nº 31 dividindo Mato Grosso e criando o estado de Mato Grosso do Sul.

ainda dotado de elementos necessários à sua elevação a município, considerando que ao poder público cabe prover as necessidades dos núcleos de população para a sua pronta expansão formando os municípios como célula da grandeza do Estado, usando das faculdades de que são conferidas por lei. DECRETA: Art. Único – Fica criado o município de Dourados [...].

De acordo com Gressler (1998), nesse período Dourados contava com uma população estimada em aproximadamente 20 mil habitantes e compreendia 21.250 km² de território, limitando-se com os municípios de Ponta Porã, Maracaju, Entre Rios (atual Rio Brillhante) e com o Estado do Paraná.

O crescimento do município de Dourados, no início, foi lento, em virtude das dificuldades de acesso, comunicação e transporte. Esse município com distância da capital Cuiabá sofria com a baixa densidade demográfica e também com as disputas políticas internas.

No que diz respeito à educação escolar no período, esta acontecia nas fazendas da região e/ou nas próprias casas dos professores e alunos. Somente na década de 1930 que se registra, na cidade, a criação de escolas na área urbana, com a criação de instituições de ensino como a Escola Reunida das Professoras Ernani Rios e Antônia Cândido de Melo; a Escola Moderna (escola ativa com método visual-auditivo); a escola do professor Laucídio Paes de Barros; a escola do Professor Gonçalo e a da Professora Antônia da Silveira Capilé. (FERNANDES; FREITAS, 2003).

Nessas circunstâncias, a educação em Dourados era marcada pela presença da iniciativa privada no ensino, e somente nos anos de 1940 que a ação pública na oferta do ensino primário ganhou espaço. No início da década de 1940, o município criou sua primeira escola municipal e ampliou sua atuação nos anos subsequentes. Outra escola criada em Dourados que oferecia ensino primário público foi a Escola Mista Joaquim Murinho criada em 1947¹⁰.

Em 1941, a Igreja Católica criou a Escola Paroquial “Imaculada Conceição”. Apesar da criação dessas escolas públicas e privadas, o município de Dourados não conseguia atender a demanda educacional para as crianças, o que aumentava preocupação em instalar novas unidades escolares para o acesso à educação¹¹.

¹⁰ Cabe esclarecer que a Escola Mista Joaquim Murinho somente foi elevada à condição de Grupo Escolar Joaquim Murinho no ano de 1948.

¹¹ No que se refere ao ensino ministrado por instituições confessionais, a partir de 1939, Dourados passou a contar com a Escola Presbiteriana Erasmo Braga, que inicialmente atuava como extensão de uma escola assentada na Missão Caiuá, a qual atendia os filhos dos missionários.

No início de 1940, o município de Dourados estava em uma área de 19.688 km², englobando as áreas dos atuais municípios de Itaporã, Caarapó, Naviraí, Glória de Dourados, Fátima do Sul, Jateí, Ivinhema, Deodápolis, Angélica e Douradina (SANTANA JÚNIOR, 2009).

Mesmo com todas as dificuldades apresentadas e a precariedade de recurso básico para habitação, a região chamou a atenção de muitas pessoas em busca de riqueza e de novas terras, principalmente pela qualidade do solo, cuja fertilidade fez com que Dourados se tornasse um município em ascensão, com grande aumento populacional. Esse aumento ocorreu em consequência do processo migratório provocado pelos avanços no contexto nacional e também pela vinda de pessoas de diferentes regiões do país (CAMPESTRINI; GUIMARÃES, 1991), fato que será tratado mais adiante neste Capítulo.

Esse momento de grande crescimento populacional em Dourados foi marcado, durante o governo de Getúlio Vargas, período denominado Estado Novo, pelo lançamento da Campanha “Marcha para o Oeste”, que consistia na política de incentivo ao povoamento da parte oeste brasileira. De acordo com Arakaki (2008),

A campanha se assentava nos fundamentos da geopolítica, concepção que remonta às vésperas da primeira guerra mundial, quando os países envolvidos lutavam em busca de expansão territorial, denominada de “espaço vital”. A Marcha para o Oeste, diferentemente daquela concepção, buscava a expansão interna, isto é, dentro do território brasileiro (ARAKAKI, 2008, p. 26).

Entre os objetivos dessa política estava a nacionalização das fronteiras. Além disso, o governo Varguista pretendia fortalecer o poder do Estado e, para isso, as oligarquias regionais deveriam ser combatidas, resultando em maior relação entre as regiões do Brasil, o que culminaria em uma maior força da economia. No caso de Mato Grosso, onde o município de Dourados estava situado, um dos objetivos da “Marcha para o Oeste” era o povoamento dessa região, tendo como objetivo enfraquecer o monopólio da Empresa Mate Laranjeira.

A Companhia Mate Laranjeira foi efetivamente erigida em 5 de setembro de 1891 na cidade do Rio de Janeiro, sendo constituída por 15.000 ações no valor de 3 mil contos de réis cada uma. Na mesma data foi fundado o Banco Rio Branco, que recebeu 14.540 ações, sendo o Mantenedor dessa Companhia. A partir de então, a ação de Francisco Mendes Gonçalves, Thomás Laranjeira e de outros sócios se converteu numa ação Empresarial. A extração da erva-mate era o negócio mais lucrativo do sul do Estado de Mato Grosso, pois já tinha um mercado consumidor seguro.

Cumprir lembrar que a Companhia Mate Laranjeira manteve o seu domínio nos ervais do Sul do antigo Mato Grosso até meados da década de 1940, quando o governo de Getúlio Vargas passou a não renovar mais o contrato de direito à Companhia para a exploração da erva-mate nessa região. A não concessão de exploração da erva-mate à Companhia Mate Laranjeira deve ser compreendida dentro do contexto de suas propostas de política estadonovista. A política de “Marcha para o Oeste” tinha como objetivos a nacionalização das fronteiras e o povoamento da região Centro-Oeste. No caso da parte Sul do Antigo Mato Grosso, onde a referida Companhia explorou, por décadas, a erva-mate, pode-se dizer que política de Getúlio Vargas foi “parte integrante de um projeto nacionalizador que possibilitou, ao governo federal, um maior controle na fronteira com as repúblicas vizinhas do Paraguai e da Bolívia” (OLIVEIRA, 2013, p. 23), favorecendo, ainda, o povoamento da região e desencadeando o desenvolvimento econômico, não mais marcado pela exploração dos monopólios, como foi a atuação da Companhia Mate Laranjeira na região.

Neste contexto foi desenvolvido o projeto da “Marcha para Oeste” e criadas as Colônias Agrícolas Nacionais, entre elas a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND). A CAND foi implantada em 1944 e sua criação se deu pelo Decreto-Lei nº 5.941 de 28 de outubro de 1943 como parte do projeto “Marcha para Oeste”. Na prática, o que possibilitou a implantação desta colônia foi a adesão dos milhares de migrantes que chegavam ao sul de Mato Grosso ansiosos pela terra própria.

No entendimento de Galvão (2011, p. 2) tem-se que,

Na perspectiva - estadonovista, o quadro de estagnação econômica do oeste brasileiro se devia tanto a fatores humanos quanto à existência de barreiras naturais, que dificultavam a expansão econômica e demográfica das regiões do interior. Com a centralização do poder político, o Governo buscou tomar para si a responsabilidade pelo bem-estar da população e pelo desenvolvimento econômico do País. A incorporação desses territórios, através da Marcha, liderada pelo Poder Público, acabaria por proporcionar um impulso no desenvolvimento do nacionalismo, na medida em que incentivava o fascínio pelo nosso habitat e pela exuberância da nossa natureza (GALVÃO, 2011, p. 2).

O território da CAND englobava os atuais municípios de Dourados, Fátima do Sul, Vicentina, Glória de Dourados, Jateí, Douradina e Deodópolis. A área total delimitada pelo Governo Federal à CAND era de 300.000 ha, mas acabou sendo reduzida para 267.000 ha, divididas em duas zonas: uma à esquerda do rio Dourados, com 68.000 há, e a segunda com 199.000 há, à direita do rio (QUEIROZ, 2008).

Mapa 1 - Localização da CAND



Fonte: GRESSLER (1998)

O mapa mostra a localização da CAND e os distritos de seu alcance, contudo, nota-se que as regiões que não fizeram parte da Colônia Nacional Agrícola de Dourados também tiveram escolas primárias rurais, relacionadas, por exemplo, com os Japoneses no Distrito de Guassu. Com a instalação da CAND, a região passou por um grande avanço demográfico e conseqüentemente um notável desenvolvimento, principalmente, econômico. De acordo com Fernandes e Freitas (2004),

A colonização mudou o cenário rural e urbano do município e da região, à medida que provocou a vinda de um grande número de trabalhadores e de famílias (principalmente nordestinas) extremamente pobres. Nesse novo cenário, em razão das exigências da acumulação capitalista – entre elas, a reprodução da força de trabalho, a socialização desta e a produção da “harmonia” social necessária – e em sintonia com o projeto nacional, é que se vai verificar a promoção de políticas sociais na região, entre as quais a política de educação (FERNANDES; FREITAS, 2004, p. 45).

Foi com as transformações ocorridas no espaço urbano de Dourados, devido ao progresso motivado pela colonização, que ocorreram mudanças significativas na área da educação, o que acabou por incentivar a oferta de instrução e a atuação federal na região de Dourados na construção de escolas e expansão das escolas primárias rurais existentes. Conforme assinala Gressler e Swenson (1988),

[...] em 1946, o Decreto Municipal nº 70 estabelecia o regulamento da Colônia Agrícola Municipal de Dourados e, no seu art. 22, determinava a oferta de “instrução primária” gratuita para os filhos de colonos, com frequência obrigatória. Além disso, o artigo 38 estabelecia multa de Cr\$ 100,00 para pais de menores não frequentes e comparecimento intermédio da autoridade policial (GRESSLER; SWENSSON, 1988, p. 100).

A obrigatoriedade do ensino na Colônia Agrícola de Dourados, objetivando o ensino para todos, principalmente o ensino primário, já estava em vigor mesmo antes da implantação definitiva da CAND em 1948. Na década de 1950, quando a CAND já estava em pleno funcionamento na parte Sul de Mato Grosso, as Mensagens de Governadores permitiram entrever os reflexos propiciados para a educação rural no município de Dourados, conforme revelam os dados da tabela 2:

Tabela 2 – Relação das Escolas Rurais Primárias do estado de Mato Grosso, em 1955

Municípios	Quantidade	Municípios	Quantidade
Amambaí	23	Jardim	03
Acorizal	24	Ladário	01
Alto Garças	02	Mato Grosso	08
Arenápolis	02	Maracaju	04
Alto Araguaia	13	Miranda	14
Alto Paraguai	09	Nioaque	06
Aquidauana	20	Nortelândia	02
Aparecida do Tabuado	04	Nossa Senhora do Livramento	40
Barão de Melgaço	11	Ponte Branca	02
Barra do Garças	17	Porto Murtinho	11
Bonito	12	Ponta Porã	35
Barra do Bugres	05	Poxoréu	33
Bela Vista	22	Poconé	58
Chapada dos Guimarães	38	Paranaíba	26
Corguinho	02	Rochedo	08
Coxim	25	Rondonópolis	06
Camapuan	06	Ribas do Rio Pardo	03
Cáceres	38	Rio Brillhante	17
Campo Grande	59	Rosário Oeste	73
Corumbá	33	Rio Verde de Mato Grosso	05
Diamantino	16	Santo Antonio do Leverger	60
Dourados	65	Sidrolândia	03
Itaporã	03	Torixoreu	01
Itiquira	01	Tesouro	02
Jaraguari	07	Terenos	02
Total de escolas			880

Fonte: Organizada pela autora com base na Mensagem de Governo do Estado Mato Grosso de 1955.

Os dados da tabela apontam um número significativo de escolas rurais concentradas no município de Dourados no ano de 1955, quantidade essa que superava o número de instituições em municípios como Santo Antônio de Leverger (60 escolas), Nossa Senhora do Livramento (40 escolas) e Poconé (58 escolas). Com relação à tabela das escolas rurais em 1942 percebeu-se um aumento significativo das escolas rurais primárias em mais de uma década. Em realidade, o município de Dourados, de acordo com os dados, era superado somente por Rosário Oeste (73 escolas). Acredita-se que esse crescimento desencadeado no número de escolas rurais em Dourados no ano de 1955 tenha ocorrido, sobretudo, devido à instalação da CAND, que promoveu um grande crescimento demográfico no município com a vinda das famílias de colonos de diferentes regiões do país e até mesmo do exterior.

Apesar da expansão das escolas primárias rurais nas áreas de atuação CAND, as dificuldades do Estado na organização do ensino em Mato Grosso, a Mensagem de governador do ano de 1956 demonstrava que

No ensino primário, é ainda muito sensível a nossa falta de classes, apesar das anomalias verificadas, de existirem 1.350 professores orçamentados na lei Estadual de meios para este exercício, enquanto, por outro lado, existem 1.853 percebendo pela rubrica respectiva, o que força, sem dúvida a suplementação da verba, além de contrariar a Lei respectiva. Mas, ainda assim, precisaremos dotação para 1.200 professores, a fim de atender de maneira mais eficiente, as reais necessidades, eis que, só em Dourados, nada menos de 50 classes, antes custeados pelo CAND foram transferidas á responsabilidade do Estado, em virtude do convênio assinado no final da passada gestão com INIC (MENSAGEM DE GOVERNADOR, 1956, p. 18).

A Mensagem de Governador colabora para ressaltar a questão da precariedade do ensino público e sobre a falta de professores, sem deixar de lado a importância da escola primária rural. Talvez essa decadência da escola rural pudesse estar associada ao fato de não ter recebido a atenção devida do poder público de Mato Grosso (FURTADO; PINTO, 2013).

Na década de 1970, o município de Dourados possuía um número significativo de escolas primárias pertencentes ao poder público estadual e municipal, situadas em fazendas, pequenas vilas, travessas, núcleo colonial, entre outros, conforme se pode observar na tabela 3:

**Tabela 3 - Escolas Primárias Rurais Subvencionadas pelo Estado
(Dourados - Década de 1970)**

Nome da Escola	Localização
Grupo Escolar General Rondon	Missão Caiuá
Escola Reunida Ruy Barbosa	Douradina
Escola Reunida Potrerito	Potrerito
Escola Reunida Barão do Rio Branco	Douradina
Escola Reunida São José	Núcleo Colonial
Escola Reunida Novo Barreirão	Barreirão
Escola Reunida Novo Panambi	Novo Panambi
Escola Reunida Metodista	Laranja Lima Travessão do Triunfo
Escola Rural Mista Fazenda Primavera	Fazenda Primavera
Escola Rural Mista Vila Vargas	Mercado
Escola Rural Mista Esperança	Distrito de Panambi
Escola Rural Mista Metodista	Travessa do Varjão
Escola Rural Mista Monteiro Lobato	Douradina-Travessão 44
Escola Rural Mista Alto de Mercado	Cruzaltina
Escola Rural Mista Nova Esperança	Colônia Esperança
Escola Rural Mista Quadra 46	Douradina
Escola Rural Mista Iguassu	Linha Iguassu
Escola Mista Pindaíba do Bocajá	Bocajá
Escola Rural Mista Colônia Italiana	Iguassu
Escola Rural Mista Potrerito	Potrerito
Escola Rural Mista	Castelo
Escola Rural Mista Farinha Seca	Farinha Seca
Escola Rural Mista Noronha	Distrito Picadinha
Escola Rural Mista Picadinha	Picadinha
Escola Rural Mista Capão Alto	Itahum
Escola Rural Mista Taquaral Mimosa	Guaçu
Escola Rural Mista Jaguapiru	Jaguapiru
Escola Rural Mista Serrito	Serrito
Escola Rural Mista Moronha	Distrito Picadinha
Escola Rural Mista Associação	Castelo
Escola Rural Mista Rainha dos Apóstolos I	Bocajá
Escola Rural Mista Rainha dos Apóstolos II	Bocajá
Escola Rural Mista Rainha dos Apóstolos III	Bocajá
Escola Rural Mista Rainha dos Apóstolos IV	Bocajá
Escola Rural Mista do Mercado	Núcleo Colonial Dourados
Escola Rural Mista do Mercado	Mercado (N.C.D)
Escola Rural Mista Potreiro da Cruz	Potreiro da Cruz
Escola Rural Mista de Angélica	Bairro São João
Escola Rural Mista Laranja Lima Varjão	Travessão de Macaúba
Escola Rural Mista Novo Panambi	Novo Panambi
Escola Rural Mista Barreirão	Linha Barreirão
Escola Rural Mista do Barreirinho	Douradina
Escola Rural Mista Lago Rica	Douradina
Escola Rural Mista Lagoa Rica	Douradina
Escola Rural Mista Alto Café	Alto Café- Panambi
Escola Rural Mista Triunfo	Travessa Triunfo
Escola Rural Mista São José	Fazenda Primavera
Escola Rural Mista São Pedro	Vila São Pedro
Escola Rural Mista Bocajá	Braço Morto

Escola Rural Mista de Guassu	Fazenda Guassu
Escola Rural Mista Ministro Pestana	Douradina
Escola Reunida São Pedro	Vila São Pedro
Escola Reunida São Pedro II	Vila São Pedro
Curso de Alfabetização de Adultos	Rua Santa Catarina,1504
Total de escolas:	55

Fonte: Relatórios da Delegacia Regional do MT, 1970. Acervo do Centro de documentação Regional UFGD.

É possível notar acima que o poder público estadual subvencionava no município de Dourados um grande número de escolas situadas no meio rural, que iam desde grupos escolares, escolas reunidas, escolas mistas até curso de alfabetização de adulto. No entanto, o que se pode perceber é que o Estado de Mato Grosso subvencionava no meio rural de Dourados, em áreas tanto pertencente à CAND quanto fora de seus limites, sobretudo, escolas mistas rurais que se despontavam em maior número do que as escolas reunidas e grupo escolar.

Já a tabela 4 ilustra a relação das escolas primárias situadas em áreas rurais no município de Dourados, pertencentes ao poder público municipal:

Tabela 4 - Escolas Primárias Rurais Subvencionadas pelo Município de Dourados

Nome da Escola	Localização
Escola Reunida Presidente Vargas	Vila Vargas
Escola Reunida Vila Formosa	Vila Formosa
Escola Rural Mista Italianos	Colônia dos Italianos
Escola Rural Mista Metodista	Laranja Lima Travessão do Triunfo
Escola Rural Mista Duque de Caxias	Cerâmica Arakaki
Escola Rural Mista Panambi	Travessa do Euzébio
Escola Rural Mista Travessa Lagoa	Travessa Lagoa
Escola Rural Mista Macaúba	Macaúba
Escola Rural Mista Figueira Castelo	Figueira Castelo
Escola Rural Mista João da Câmara	Fazenda Jateí
Escola Rural Mista do Amade	Laranja Lima
Escola Rural Mista Bolicho Queimado	Bolicho Queimado
Escola Rural Mista Fazenda Myia	Fazenda Myia
Escola Rural Mista Itahum	Itahum
Escola Rural Mista Indápolis	Indápolis
Escola Rural Mista Cruz Alta	Laranja Doce
Escola Rural Mista Vila Formosa	Vila Formosa
Escola Rural Mista Angélica	Linha 24
Escola Rural Mista Laranja Doce	Laranja Doce
Escola Rural Mista Laranja	Laranja Lima
Escola Rural Mista Barreirinho	Barreirinho
Escola Rural Mista Lagoa Rica	Lagoa Rica
Escola Rural Mista Alto Café	Colônia Federal
Escola Rural Mista São Pedro	São Pedro Cooperativa (4 linha)
Escola Rural Mista Triunfo	Travessa Triunfo

Escola Rural Mista São José	Travessa Euzébio
Escola Rural Mista Bocajá	Braço Morto
Total de escolas:	27

Fonte: Relatórios da Delegacia Regional do MT, 1970. Acervo do Centro de documentação Regional UFGD.

Essa tabela permite entrever que a iniciativa pública municipal em Dourados embora mantivesse em menor número o funcionamento de escolas primárias rurais do que o poder público estadual, o município, na década de 1970, era responsável tanto pela subvenção de escolas rurais mistas quanto escolas reunidas situadas, em áreas tanto pertencentes à CAND quanto fora de seus limites, em vilas, travessas, fazendas, pequenos distritos do município de Dourados¹², como Indápolis e Itahum.

Embora o número de escolas com ensino primário em Dourados fosse superior na zona rural, segundo dados levantados em Relatórios de Delegacia do município do início da década de 1970, as instituições existentes em maior número nesses locais eram as escolas rurais mistas, conforme elencadas nas tabelas acima, e na maioria das vezes funcionavam apenas com uma sala de aula. Enquanto que na área urbana de Dourados o número de escolas fosse menor, estas eram instituições que tinham maior representatividade que as escolas rurais mistas, pois eram instituições com maior estrutura física e podiam atender a um maior número de alunos.

¹² É necessário, em pesquisas futuras, explorar as potencialidades e constituição histórica das escolas rurais do município, pois algumas não fizeram parte do projeto de colonização da CAND.

CAPITULO II

A IMPRENSA COMO FONTE PARA A PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: OS JORNAIS “O DOURADENSE” E “O PROGRESSO” DO MUNICÍPIO DE DOURADOS

Este capítulo, inicialmente, aborda a imprensa de circulação geral como fonte de pesquisa em História da Educação. Para num segundo momento, apresentar os dois jornais pesquisados que circularam em Dourados, neste caso, “O Douradense” e “O Progresso”.

2.1 O Jornal como fonte de pesquisa da História da Educação

Para estudos dos periódicos como fontes de pesquisa, Luca (2005) aponta que “até a década de 70 eram raros os trabalhos que se valiam de jornais e revistas como fonte para o conhecimento da História no Brasil” (p. 111). No caso da História da Educação, a imprensa tem se tornado frequentemente fonte e objeto de estudo na pesquisa, por meio da análise de seções dos impressos, de seus editoriais, das cartas dirigidas aos leitores, entre outros.

A presença do jornal como fonte para o trabalho historiográfico é parte das mudanças que se processaram no que tange a compreensão do documento (LE GOFF, 2003; BLOCH, 2001) e do que pode ser considerado como fonte para o trabalho do historiador. Na produção historiográfica, a imprensa tomada como base é registrada de modo mais evidente a partir das décadas de 1960 e 1970.

No entendimento de Vieira (2007, p. 14), para realizar pesquisas com jornais e utilizá-los como fonte, é necessário “explorar suas potencialidades como documento, suporte de sentidos” e compreender que, para essa abordagem, é necessário situar as fontes como “feixes de relações, como resultado de conflitos e negociações que tornam visíveis ou invisíveis certas questões, acontecimentos e formas de pensar”.

A dimensão representativa da imprensa, ou seja, sua legitimação em representar os acontecimentos ocorridos na sociedade, assim como de reconstruir os fenômenos culturais e os estereótipos sociais, faz dos jornais um potencializador e guardador de memórias locais ou mesmo nacionais. Esses apontamentos demonstram que os jornais propiciam ligações dos sujeitos, sejam elas nos planos políticos, educacionais e sociais, e se integram na História pela manifestação da imprensa.

A utilização dos jornais para Vieira (2007, p. 12) sinaliza que a “crítica empreendida no plano dos usos e dos tipos de documento atingiu o cerne da operação historiográfica, uma vez que o método de perquirição do passado tem sua definição”, e ainda, para o mesmo autor “os tipos de documentos e os modos de inquiri-los alteraram-se substantivamente” (p.12), o que permite dizer, que ocorre conforme Le Goff (2003), no tratamento do documento, uma verdadeira “revolução documental”.

Apesar da riqueza de dados dos jornais, o pesquisador precisa ficar atento, pois o documento não é inócuo. É antes de tudo, “resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que os produziram” (LE GOFF, 2003, p. 538). Os jornais são produções humanas, e para tal compreensão é necessário realizar uma análise crítica, Luca (2010) enfoca a importância desse empreendimento nas fontes impressas e os procedimentos críticos,

A importância crucial de se inquirir a respeito das fontes de informação de uma dada publicação, sua tiragem, área de difusão, relações com instituições políticas, grupos econômicos e financeiros, aspectos que continuavam negligenciados seja pelos historiadores que recorriam à imprensa, seja pelos que se dedicavam a escrever sua História (p.116).

Assim, no entendimento de Luca (2010), historicizar a fonte requer ter as condições técnicas de produção vigentes. Contudo, cabe ao pesquisador o trabalho de conferir validade, coerência, lógica e unidade, nesses jornais, estabelecendo relações com outros documentos e acervos, para compreender as possibilidades e os limites desta fonte documental.

Campos (2012) aponta que os jornais precisam ser submetidos à operação de crítica interna e externa como qualquer outro documento. Pois, há uma intencionalidade no que é produzido nos jornais. Assim, trabalhar com fontes documentais ligadas a imprensa, como é o caso desse trabalho exige minuciosa atenção por parte do pesquisador. É preciso delimitar, por meio da crítica, a fonte, precisamente, a ação dos elementos que estão presentes nos jornais, a posição política, o corpo editorial, o proprietário. E, ainda, a análise do corpo editorial e a linguagem veiculada são importantes para compreender a estratégia pela qual o jornal publica suas notícias.

Nesse sentido, o jornal pode ser pesquisado como um meio de expressão que demonstra diferentes vivências do cotidiano. Torna-se claro, porém, que com esse modelo documental a visão é sempre parcial e subjetiva da realidade, e interesses ao qual o jornal está vinculado. A particularidade do historiador baseia-se em uma reflexão teórica sobre o lugar

social, a partir do qual, o pesquisador de história atua e escreve, relatando práticas, técnicas, métodos e procedimentos utilizados no trabalho histórico.

No caso do jornal impresso, ele se constitui em uma fonte riquíssima de pesquisa, por não ser neutro e imparcial, e nem sempre retrata as diversas faces dos fatos, visto para tal como realidade histórica. Formador e regulador de opinião pública vinculam análises a respeito da vida política, educacional, moral, cultural (SANT'ANA, 2010). Porém, não uma ideia de opinião que não se impõe, mas que em sua atuação delimitam espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos (CRUZ; PEIXOTO, 2007). Esses consensos estão no âmbito das diferentes relações que se estabelecem no campo social.

No que diz respeito às significações Pinto (2013) assevera,

o papel da imprensa periódica como importante aliada na produção do conhecimento histórico em educação, mesmo quando tomada como fonte secundária, e possibilita o cotejamento das informações de cunho político, ou ainda, a validação de discursos proferidos por personalidades, intelectuais ou pessoas comuns (p. 25).

Em se tratando de um veículo informativo o jornal, cujo esforço de “recuperação, sistematização e síntese das matérias é significativamente distinto daqueles empreendidos com relação a revistas de ensino” (PINTO, 2013, p. 27), e supõe fontes e objetos diferentes, no que diz respeito ao fornecimento de indicações sobre a circulação do discurso educacional especializado e sua utilização, permite escrever a história da educação de outra maneira.

Dessa forma, ao tomar a imprensa não pedagógica como fonte, como é o caso dos jornais se tornará essencial para conhecer o conteúdo veiculado sobre o cenário educacional, pois a imprensa é significativa para conhecermos a organização da educação em determinados períodos históricos.

O jornal amplia e contribui na compreensão sobre o universo escolar, pois nele está presente princípios, os interesses de um grupo ou até mesmo de um indivíduo, uma vez esse não “divulga as informações de forma parcial, ao contrário, propaga aspirações, concepções políticas, ideológicas, apresenta necessidades e objetivos específicos do grupo que compõem sua editoração e garante sua circulação” (RODRIGUES, 2012, p. 22).

Na verdade, pode-se dizer que os jornais contribuem para o estudo de questões educacionais que são estratégias de veiculação de notícias. Há que se considerar ainda que a noção do jornal como veículo educativo, é reconhecer sua importância para a História da Educação, como fonte diferenciada, um espaço público utilizado por diferentes grupos sociais, o rigor no manuseio é essencial.

No entendimento de Campos (2012, p. 66), “trabalhar com jornais para a escrita da história da educação significa compreendê-los, portanto, muito mais como fragmentos verossímeis da cultura de um tempo e de um espaço do que pensá-los como verdades absolutas”. Dessa forma, quando essa opinião se reflete em torno da educação, torna-se mais complexa, é nesses termos que precisamos explorar os impressos, e reconhecer as diversas facetas que representam esses veículos informativos. Envolve muito mais que uma simples notícia, está envolto em concepções, opiniões tanto de quem escreve o jornal quanto de quem lê.

Para Campos (2009), além de “perscrutar e cotejar os periódicos com outras fontes é preciso, ao mesmo tempo, desvendar os caminhos imponderáveis que levam o pesquisador até a descoberta ou redescoberta da materialidade do jornal” (p. 15). Compreender o jornal como fonte e objeto para as pesquisas em História da Educação é um desvelar dos espaços sociais, políticos e econômicos que estão inseridos, já que esses elementos fazem parte de grupos sociais que se organizam por esses meios de expressão. Portanto, o jornal como um “produto cultural” (DIAS, 1999) é produzido por sujeitos histórico os determinados e inseridos em um dado momento histórico.

2.2 Imprensa de Circulação Geral no Sul de Mato Grosso: os jornais “O Douradense” e “O Progresso” do município de Dourados

Para compreender o papel e a participação de um jornal na história, é necessário que se faça alguns questionamentos como: quem são os seus proprietários? Quais os objetivos do jornal? Que público leitor pretende atingir? Que tipos de recursos esses jornais utilizavam? Dessa maneira, é possível estabelecer o perfil dos periódicos escolhidos do município de Dourados como fonte desta pesquisa.

2.2.1 O Jornal “O Douradense”

O Jornal “O Douradense” foi fundado em 1948, por Armando da Silva Carmelo, que era seu editor. Armando da Silva Carmello, nasceu em 18 de outubro de 1904, em Cuiabá, Mato Grosso. Foi jornalista profissional e Oficial da Reserva do Exército. Em maio de 1948, mudou-se para Dourados, onde fundou esse periódico. A impressão desse jornal era realizada

em Campo Grande, por isso, não havia uma regularização em sua periodicidade, tanto que foram apenas 16 edições do jornal lançadas no período de sua existência. Sua circulação era quinzenal, as terças e quintas-feiras. Suas edições contavam com até 6 páginas.

A experiência jornalística de Armando Carmelo se deu partir da literatura. Em 1944, ele publicou com o poeta Mário Feitosa Rodrigues, o livro “Relvas Rimadas”, que foi lido por vários intelectuais mato-grossenses. Entretanto, obteve ajuda para realizar as publicações do jornal e tinha a colaboração de redatores como João Capilé Júnior e Ulysses Serra.

O jornal “O Douradense” tinha como característica ser um órgão independente, e buscava noticiar sobre questões importantes que fossem para o benefício do povo. A primeira edição do jornal trouxe um artigo sobre o aparecimento do jornal de Armando Carmelo registrando que:

O “Douradense” tem o propósito de propugnar pelos interesses da comunidade, onde uma população ordeira e laboriosa vive e com o seu trabalho fecundo fará de Dourados, que possui todas as possibilidades para um rápido desenvolvimento, acima de tudo, um imenso celeiro na terra mato-grossense. Aqui, pois, Douradense o teu primeiro jornal (O DOURADENSE, 1948 n. 1, p.1).

Um dos objetivos principais do jornal “O Douradense” mencionado na primeira edição em, 11 de maio de 1948, era fazer de “tudo” para que a “florescente” e “hospitaleira” terra douradense fosse, de fato, um centro de “real e positiva grandeza”. Para tanto, o órgão se valeria da norma do Direito e da Justiça, para apoiar todas as iniciativas de caráter progressistas e honestas, justificando este fato a partir da afirmação de que “a imprensa sempre foi à orientadora segura e serena da população, tendo como norma o direito e a justiça” (ERNANDES, 2009, p. 43).

Assim, o Jornal “O Douradense” pode ser visto como um periódico que foi produzido por um grupo pequeno, com públicos específicos, trazendo interesses como a questão da identidade douradense, dando visibilidade e materializando em suas notícias esses elementos. Para Ernandes (2009), o jornal “O Douradense” era dedicado, segundo seu slogan, aos interesses do município e viera para propugnar apelos da comunidade, onde uma população ordeira e laboriosa vivia. Encontram-se “mitos fundadores, campanhas pró-progresso e civilização, ampla política de valorização da cidade, do solo, do clima, das possibilidades para o futuro e de suas gentes” (ERNANDES, 2009, p. 20).

Por ser um periódico quinzenal abriu espaço para discutir questões como Dourados como a “Nova Canãa” no texto do editor Ulysses Serram enaltecendo as características da

cidade. Além disso, a primeira edição do jornal trouxe na primeira capa como demonstrado abaixo artigo sobre a construção da usina elétrica, uma poesia do editor e proprietário do jornal sobre a cidade de Dourados.

Embora Armando da Silva Carmelo sempre reafirmasse que o jornal, era voltado para o povo, há uma notícia que se refere as “boas obras” do prefeito Antônio de Carvalho¹³, como o cuidado com as estradas e que isso implica no bom desenvolvimento da cidade.

Figura 1: Jornal “O Douradense” n. 1, 1948



Fonte: CDR-UFMG.

Essa imagem permite entrever que a discussão sobre identidade pode ser encontrada no jornal o “Douradense” em seu primeiro número, que publicaram a Monografia Histórico-Corográfica do Município de Dourados, de João A. Capilé Júnior, reforçando a identidade

¹³ Antônio da Costa Carvalho, conhecido como Carvalhozinho do Partido UDN (União Democrática Nacional). Devido aos contatos políticos posteriormente trabalhou como encarregado na Usina Filinto Muller em Dourados.

cultural douradense. Nesse sentido, a imprensa como uma força social ativa, mais propriamente uma linguagem que se constitui social, mas que utiliza uma historicidade própria, “sendo compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa e sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe”. (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 261).

No Jornal “O Douradense”, consta que as notícias nele veiculadas deveriam refletir uma cidade educada e saudável, ocupado por indivíduos trabalhadores e honestos (O DOURADENSE, 1948). A preocupação com a educação dos colonos foi manifestada a partir de um artigo na segunda edição de “O Douradense” intitulado “Educação de Adultos” com autoria de João A. Capilé Junior. Dizia que era notável a grande campanha de educação de adultos desenvolvida em todo o território nacional, citando que “a educação vem de berço é na infância que deve ser cultivada”. A intensidade da propaganda em cima da campanha chamou atenção do autor ressaltando para a importância da educação para as crianças e que na vida adulta reflete o que foi negado na infância.

A educação aparece então como um dos critérios de participação na vida social. Para Ernandes (2009) há uma ligação direta entre alfabetização e disposição para a civilidade nas publicações do “Douradense” que representam as tentativas de uma elite letrada em unificar sentimentos e estabelecer modos de vida e comportamentos tidos como necessários para o sucesso agrícola da cidade e da colônia. Essa elite letrada solicitou para si e para os políticos lugares de destaque nesse grupo majoritário de onde emanaram discursos (ERNANDES, 2009, p.79).

No jornal foram publicadas muitas notícias vinculadas a ideia de Progresso de Durados, a “Nova Canã”, exaltando o lugar sempre em prol da população que ali vivia.

Na organização interna do jornal “O Douradense”, observou-se regularidades na disposição das seções temáticas. Nas primeiras páginas, os artigos vistos como importantes estavam voltadas para a cidade de Durados, suas características, e anúncios privados. O conjunto de ideias expostas até aqui se apresenta como elementos de uma identidade almejada pelo jornal “O Douradense”, responsável por sintetizar em suas páginas uma realidade vivida e desejada para o município de Durados.

2.2.2 O Jornal “O Progresso”

No caso específico do jornal “O Progresso”, a sua fundação deu-se a partir de 21 de abril de 1951. A impressão, no início, se realizava na tipografia Nossa Senhora Aparecida, de propriedade do Sr. Naurestides Brandão. O nome do jornal foi escolhido pelo diretor, Weimar Gonçalves Torres, que o batizou com o mesmo nome daquele que havia circulado na vizinha Ponta Porã, cujo proprietário era seu pai, o advogado paraibano José dos Passos Rangel Torres. O fundador do jornal “O Progresso” Weimar Torres chega em Dourados no ano de 1948, vindo da cidade de Ponta Porã. Com sua chegada Weimar tem destaque na cidade, e busca influência no âmbito político. Militante do PSD, em seu primeiro pleito eleitoral se elegeu vereador no ano de 1950, reelegendo-se em 1954 (ALÉM, 2011).

É oportuno lembrar aqui que, Weimar Torres já tinha experiência no trabalho com jornal, pois já havia trabalhando com o seu pai em Ponta Porã. Além disso, ele já havia trabalhado no semanário “A Fronteira”, de propriedade de Mendes Brandão Ltda, exercendo a função de diretor (ALÉM, 2011).

Na fundação do jornal, o proprietário Weimar Gonçalves Torres estabeleceu relações com os políticos douradenses, forjando a partir daí alianças e interesses mútuos. Segundo Além (2011), o surgimento do jornal “O Progresso” deve ser pensado também como elemento integrante do conjunto de mudanças ocorridas na cidade no período, quando da intensa migração de indivíduos oriundos, principalmente, do nordeste brasileiro no início da década de 1950, momento em que ocorreu a doação dos primeiros lotes da CAND (Colônia Agrícola Nacional de Dourados), conforme tratado no capítulo anterior. A CAND propiciou um grande crescimento populacional, favorecendo, inclusive a criação do jornal “O Progresso”, pois nesse momento não tinha outro periódico em Dourados.

A questão para Schwengber (2005) é que Weimar pôs em funcionamento o periódico em virtude de seus interesses políticos. Afirmando que

As vinculações políticas, partidárias e ideológicas não foram abandonadas: apenas passaram a se mostrar menos explícitas, mas não menos comprometidas. *O Progresso* surgiu exatamente no início do primeiro cargo eletivo de Weimar, o que sugere que suas pretensões com o jornal eram muito mais políticas e eleitorais do que financeiras ou jornalísticas (SCHWENGBER, 2005, p. 49).

A posição de Weimar Gonçalves Torres, enquanto editor do Jornal “O Progresso” acabam por reafirmar os dizeres de Capelato (1988), de que o editor do jornal está em uma posição que privilegia uma abordagem opinativa, particular, manifestando a sua opinião também no noticiário e até mesmo na forma pela qual o periódico se apresenta.

Nessa perspectiva, pode-se dizer que o jornal “O Progresso” estabeleceu representações sobre Dourados, e também colocou em xeque a concepção ideológica da modernidade e o progresso consequência na expansão territorial com a implantação da CAND. Como observa Arakaki (2003, p. 111), “a imprensa jornalística circula formas simbólicas e essas formas podem ser ideológicas, mantendo relações de poder em contextos específicos, então ao estudar jornais entendemos como o sentido das mensagens pode estar a serviço do poder”.

Foi no contexto das transformações ocorridas em Dourados, mais precisamente, na política local na década de 1950, com Weimar Torres “político e vinculado ao PSD, que o noticiário político era pauta essencial do Jornal “O Progresso” (ALÉM, 2011, p. 49). Como estratégia o jornal “O Progresso” com o seguinte slogan “O progresso, pensamento e ação por uma vida melhor”, expressa a crença e a ideologia de seus proprietários, muito presente na cidade, na medida em que essa imprensa serviu de instrumento para “conquistar corações e mentes” (ARAKAKI, 2008).

O jornal era impresso duas vezes por semana, as quartas e sábados, com 4 páginas. Já na segunda semana de circulação o jornal aumenta de 4 para 6 páginas. “Nota: Devido à grande quantidade de editais que devem ser publicados, este jornal pasará (sic) a circular, a partir do próximo número, com seis páginas” (O PROGRESSO, 1951, n.7, p.1). Assim, a partir do dia 03 de junho de 1951 o número 7 do jornal tem 6 páginas.

Em 1962, “O Progresso” ficou 18 meses sem circular, com a aquisição de um novo motor, como consta no diário de Weimar, reinaugurado em 11 de fevereiro de 1962.

Com a morte de Weimar em 1969, por causa de um acidente aéreo, Wlademiro do Amaral, o sogro, assume a direção do jornal, iniciando a modernização do jornal, conforme assinala Schwengber (2005), “se o periódico não se modernizasse não teria permanecido em circulação, mas teria deixado lugar para a concorrência se instalar, concorrendo com a *Folha de Dourados*, o primeiro periódico de Dourados a imprimir edições diárias” (p. 62).

Esse jornal no início era semanário, e só em 1976, tornou-se diário, como esclarece Borges (2014).

As dificuldades de se manter um jornal com periodicidade semanal foram superadas. Na época, os exemplares do jornal eram impressos letra por letra no sistema de linotipo. As matérias sobre os acontecimentos e eventos sociais de Dourados eram divulgadas apenas em forma de textos noticiosos e só foi possível publicar fotografias em 1954 (BORGES, 2014, p. 46).

Desde a primeira edição, o jornal se revelou um incentivador do desenvolvimento da região, especialmente na cidade de Dourados (ARAKAKI, 2008). A primeira edição do jornal "O Progresso" aparece representada, na imagem n.1. Os noticiários da primeira capa acabam por demonstrar a marca do jornal, a perspectiva que o periódico pretendia com suas notícias, como, por exemplo, evidenciar o desenvolvimento da cidade de Dourados, nesse período da década de 1950, como se pode observar na Figura 2:

Figura 2: Jornal "O Progresso" Ano 1, Edição 1 (1951)



Fonte: CDR-UFGD.

Ainda cabe registrar que nessa edição é descrito sobre a rádio emissora, e como notícia principal intitulada “VERTIGINOSA! A marcha de Dourados para o Progresso”, com ênfase na chegada de migrantes, crescimento populacional, a construção de comércios resultado do grande contingente populacional nesse momento.

Na segunda página do jornal dessa primeira edição, o dono do jornal Weimar Torres faz uma apresentação do jornal e sua inserção na cidade de Dourados. Porém, é notório sua enfática explicação em um pequeno artigo que diz: “NOSSAS DIRETRIZES”:

Pensamento e ação por uma vida melhor, que escorrerá destas colunas, sincero e puro, nobre e transparente, para levar a todos as que lerem, a todas as camadas sociais, a ricos e pobres, a nossa idéia, nossas opiniões e a opinião do povo que é antes de ninguém aquele que mais merece e, mais precisa (O PROGRESSO, 1951, n. 1, p. 2).

Essa apresentação de Weimar Torres, nesse período, trouxe uma ideia de que o jornal atenderia a população douradense sem distinção. No entanto, a opinião nos noticiários do jornal traz ideias de um grupo específico. Afinal, os jornais propiciam ligações dos sujeitos, sejam elas nos planos políticos, educacionais e sociais, e se integram na História pela manifestação da imprensa.

Ainda, na terceira página dessa primeira edição Weimar Torres, editor e dono do jornal procurou enfatizar que:

“O Progresso” é um jornal independente e avizamos com antecipação aos que desejarem nele colaborar que não aceitamos matéria de política partidária ou que contenha ataques pessoais a pessoas, firmas e autoridades constituídas, a não ser como matéria paga, sob a responsabilidade do seu signatário, devendo o original vindos com firma reconhecida por notário público (O PROGRESSO, 1951, n.1 p. 3).

Percebe-se, assim, que o jornal não é independente, sempre está ligado a algo, não é imparcial. E, a intenção de Weimar ao criar o jornal “O Progresso” não estava voltada apenas para um desejo familiar ou pessoal, mas a relação com a política local, pois para a fundação desse periódico, Weimar contou até mesmo com o auxílio da prefeitura de Dourados. Até mesmo, os recursos financeiros provenientes da prefeitura local serviram para o transporte de máquinas de São Paulo para Dourados.

Agradecimento: Tendo recebido, Cr\$ 8.000,00 da prefeitura de Dourados, para o transporte da minha tipografia, para esta cidade tenho agradecer e aqueles que trabalharam para conseguir a aprovação daquela verba, e, mui especialmente, ao s Snrs. Vlademiro Muller do Amaral, Weimar Gonçalves

Torres, Antônio de Carvalho e Nelson de Araújo, bem como a todos os vereadores da legislatura anterior que votaram o orçamento (O PROGRESSO, 1951, n.8 p. 3).

O próprio dono do jornal agradece pelo valor recebido da prefeitura de Dourados para a tipografia doado para o jornal. Ainda cabe mencionar que o Jornal "O Progresso" apresenta algumas particularidades, é um jornal de longa duração e desde sua inauguração em 1951 circula até os dias atuais. Um jornal que toda sua existência está sob a direção e responsabilidade da família de Weimar Torres. Ocorrendo um aumento nas notícias e principalmente das publicações. Até mesmo na época ditatorial não deixou de funcionar com alianças e uma forte ligação partidária entre PTB e PSD, conforme se pode observar na figura 3:

Figura 3: Jornal "O Progresso" n. 1379 (1972)

Fonte: CDR-UFGD. (Figura ilustrativa)

Como bem mostra o noticiário de 17 de novembro de 1972, a organização e configuração das notícias durante muito tempo no jornal "O Progresso" não foi alterado.

Nota-se que nas páginas iniciais continham o foco nas notícias propagandistas. Importante destacar que a criação desse periódico foi devido aos interesses políticos do proprietário, e até os dias atuais possui vínculos com a política local e regional. Contudo, as mudanças no jornal ocorreram gradualmente, com a utilização de sumários, posteriormente a divisão das notícias por seções informativas como: classificados, colunas A e B, editoriais, colunas, esportes e polícia.

Um olhar aprofundado sobre as edições do Jornal “O Progresso” permite registrar que os editores desse impresso tinham o interesse de pôr em circulação publicações com os mais variados temas, conforme poderá ser observado no capítulo terceiro. Pinto (2013) discute sobre essas questões, bem como a equipe de editores, assinam ou não suas matérias e que envolve diversas questões e conflitos no interior do jornal. Dessa maneira, o jornal publicava noticiários com assinatura do autor e outros sem assinatura dos autores. Fato esse que de certa maneira, chama atenção ao pesquisar e analisar o jornal. Afinal, por que apenas alguns noticiários eram assinados e outros não? Será que a assinatura dos autores nos noticiários tinha relações com o lugar que eles mantinham no cenário do município de Dourados? Há indícios que as posições políticas dos autores não permitiam que assinassem os artigos, no entanto, era possível publicar sem autoria.

No noticiário intitulado, “O deslocamento de colonos nacionais para entrada de japoneses” de autoria de João A. Capilé Junior¹⁴, o Jornal “O Progresso” registra que a vinda dos japoneses para Dourados não deixou os colonos contentes. Os japoneses foram um dos primeiros imigrantes a chegarem em Dourados durante a colonização, contribuindo para o desenvolvimento econômico e cultural da cidade. A imigração japonesa iniciou no Brasil no ano de 1908. No município de Dourados, um acordo entre governo em 1953 encaminhou ao município 60 famílias japonesas, onde já estava a colônia Matsubara, atualmente está localizado na cidade de Vicentina, que pertencia ao município de Dourados, na época. Após a chegada, os orientais começaram a trabalhar no campo, principalmente no cultivo do café, arroz, milho e algodão, influenciando também na música, cultura, educação e economia do município.

É notável a expressão do jornal em publicar questões políticas e relacionadas ao PSD como exemplo, o artigo intitulado Política em Desfile noticiando a vinda de Juscelino Kubischek a Campo Grande para o encerramento da VII Convenção Estadual do PSD,

¹⁴ João A. Capilé Junior foi Prefeito Municipal e Vereador de Dourados. Morou em Cuiabá. Além, de escrever notícias para o jornal *O Progresso*, assessorou na Prefeitura de Dourados, na Câmara Municipal de Cuiabá, na Assembléia Legislativa de Mato Grosso e na Câmara Federal.

candidato do PSD a suprema magistratura da Nação. Percebe-se o envolvimento do jornal na legitimação de seus interesses financeiros e políticos na cidade.

No jornal foram publicadas muitas notícias vinculadas a CAND, a Empresa da Erva Matte Laranjeira, e muitas vezes sobre a ideia de “progresso”. Ideia essa vinculada ao próprio nome do periódico. Diante de tais noticiários do jornal “O Progresso”, pode-se confirmar o que diz Capelato (1988, p. 24), de que “a imprensa, ao invés de espelho da realidade passou a ser concebida como espaço de representação do real, ou melhor, de momentos particulares da realidade”. Afinal, o Jornal “O Progresso” em seus noticiários trazia informações sobre particularidades do município de Dourados e região, como a questão da CAND, da imigração Japonesa, das relações políticas locais, conforme se observa pelos aspectos relatados anteriormente.

Assim, como aponta Além (2011),

Transformou-se em agente importante na caminhada a um futuro radiante que, através de *lutas heróicas*, buscava dar sentido à chegada de uma nova era vivida pela comunidade local. Havia a tentativa de materializar um imaginário no qual Dourados era vislumbrada como uma espécie de *Nova Canaã*, o *El Dorado*, capaz de dar dias melhores a todos que nela se encontrassem e para ela viessem (p. 41).

Esse discurso vinculado ao progresso e ao desenvolvimento da cidade foi utilizado como propaganda para atrair a migração, justificando assim, o poder político e econômico nas mãos de um determinado grupo de interesses.

Em 1955 tinha uma coluna religiosa no jornal que ficava na segunda parte do periódico, escrita pelo Vigário e Frei Teodardo. Foi dado como importante na primeira página do jornal de 1955, a chegada das irmãs franciscanas em Dourados e a criação do Patronato de Menores. Durante o mês de fevereiro foi realizada uma homenagem as irmãs recém-chegadas e noticiado no jornal na primeira página do dia 20 de fevereiro de 1955, junto com toda a propaganda do carnaval que acontecia no mesmo mês. Referi-me a essa questão, pois essa notícia não foi colocada na página da coluna religiosa, e sim na primeira página com as questões importantes do momento.

Na organização interna do jornal “O Progresso”, observou-se regularidades na disposição das seções temáticas. Nas primeiras páginas, os artigos tidos como importantes, na segunda esporte, a coluna religiosa e em todas as páginas muitos anúncios privados como mostra a figura 4.

Figura 4: Jornal O Progresso Ano 19. Edição 1108, 1970 (Ilustrativa)



Fonte: CDR-UFGD (Figura ilustrativa)

Essa imagem do Jornal “O Progresso” permite entrever uma seção constituída quase em sua totalidade, por anúncios propagandísticos. Uma seção composta por propagandas variadas, desde anúncios de médicos, dentistas e advogados até anúncios de bares e hotéis. Apesar das propagandas serem predominantes nessa seção, havia ainda uma coluna religiosa e notícias da Câmara Municipal de Dourados. As notícias sociais também constituíam essa seção.

Pode-se dizer que a impressão que a leitura dos exemplares do Jornal “O Progresso” possibilita, é que esse periódico veiculou notícias para divulgar os diferentes momentos em que Dourados vivia, produzindo, assim, representações desses momentos históricos. Enquanto a leitura dos exemplares do Jornal “O Douradense” permite entender que esse periódico procurava noticiar em suas páginas questões que fosse de interesse da comunidade e também de importante para o benefício do povo do município de Dourados.

CAPÍTULO III

O ENSINO PRIMÁRIO RURAL E SUAS REPRESENTAÇÕES NA IMPRENSA DE CIRCULAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO DE DOURADOS: OS JORNAIS “O DOURADENSE” E “O PROGRESSO”

Este capítulo direcionou esforços no sentido de analisar as representações do ensino primário rural veiculado na imprensa de Dourados-MT, que circulou entre o final da década de 1940 e início da década de 1970. O ensino primário rural foi analisado mais precisamente, pela ótica dos Jornais “O Douradense” e “O Progresso”.

Embora houvesse circulado em Dourados-MT, outros jornais no período em estudo, mais precisamente, a partir da década de 1950, a opção em utilizar os jornais “O Douradense” e “O Progresso” esteve relacionada, ao fato do primeiro periódico ter um ciclo de vida pequeno, com apenas 16 edições publicadas. E, o segundo periódico se constituir no impresso de maior circulação no município. Assim, a pesquisa privilegiou a análise de um impresso de maior e outro de menor circulação em Dourados.

3.1 O ensino primário rural na ótica dos jornais do município de Dourados

O levantamento realizado nos exemplares do Jornal “O Douradense” e o Jornal “O Progresso” pertencentes ao acervo do Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados, evidenciou que, entre o final da década de 1940 e início da década de 1970, ou mais precisamente entre os anos de 1948 a 1974, circularam nesses dois jornais de Dourados, noticiários sobre diferentes temáticas ligadas a educação, desde informações sobre a criação de escolas primárias em áreas urbanas e rurais, até fechamento de escolas e curso de férias para professores.

É importante esclarecer aqui que, o levantamento das temáticas predominantes nesses dois jornais de Dourados tomou como base o modelo de análise de jornais adotado na tese de Pinto (2013), conforme já tratado na introdução desta dissertação nos procedimentos metodológicos. Esse levantamento possibilitou a elaboração de um quadro adaptado a essa pesquisa de mestrado, contendo o nome do jornal analisado, a sua edição, data de sua

publicação, página do noticiário e os assuntos predominantes, conforme pôde se observar no quadro n. 3:

Quadro 3 – Levantamento das Temáticas predominantes nos jornais de Dourados

Jornal	Edição	Data	Página	Assuntos Predominantes
O Douradense	1	11/05/1948	4	Escolas primárias foram criadas e outras e serão ainda em breve tempo.
O Douradense	1	11/05/1948	4	Um prédio para o grupo escolar é de inadiável necessidade.
O Douradense	2	27/05/1948	4	Educação de adultos
O Douradense	3	12/06/1948	4	
O Douradense	4	24/06/1948	3	Idealistas pela causa do ensino em Dourados.
O Douradense	4	24/06/1948	3	Abre concorrência pública para a construção do grupo escolar de Dourados, por parte do estado.
O Douradense	5	10/07/1948	3	Melhoramentos escolares para Dourados, além do grupo escolar serão construídas duas escolas rurais.
O Douradense	6	24/07/1948	3	
O Douradense	7	10/08/1948	4	
O Douradense	8	17/08/1948	3	
O Douradense	9	11/09/1948	3	
O Douradense	10	02/10/1948	3	
O Douradense	11	14/10/1948	3	
O Douradense	12	13/11/1948	3	
O Douradense	13	02/12/1948	3	
O Douradense	14	29/01/1949	3	Funcionamento do Grupo Escolar e escolas na Colônia Agrícola Nacional de Dourados.
O Douradense	15	27/06/1950	3	
O Douradense	16	01/08/1950	3	
O Progresso	1	21/04/1951	4	
O Progresso	2	29/04/1951	4	
O Progresso	3	06/05/1951		
O Progresso	4	13/05/1951		Está aberta a concorrência (sic) pública para a construção do Grupo Escolar desta cidade.
O Progresso	5	20/05/1951	4	
O Progresso	6	27/05/1951	4	
O Progresso	7	03/06/1951	6	
O Progresso	8	10/06/1951	6	
O Progresso	9	17/06/1951	6	
O Progresso	10	24/06/1951	6	
O Progresso	11	01/07/1951	6	
O Progresso	12	08/07/1951	6	
O Progresso	13	15/07/1951	6	
O Progresso	14	22/07/1951	6	
O Progresso	15	29/07/1951	6	
O Progresso	16	05/08/1951	6	
O Progresso	17	12/08/1951	6	
O Progresso	18	19/08/1951	6	
O Progresso	19	26/08/1951	6	
O Progresso	20	02/09/1951	6	Lançamento da pedra fundamental do Grupo Escolar.

O Progresso	21	09/09/1951	6	
O Progresso	22	16/09/1951	6	
O Progresso	23	23/09/1951	6	
O Progresso	24	30/09/1951	6	
O Progresso	25	07/10/1951	6	
O Progresso	26	14/10/1951	6	
O Progresso	27	21/10/1951	6	Lei Orgânica do Ensino Primário
O Progresso	28	28/10/1951	6	
O Progresso	29	04/1/1951	6	
O Progresso	30	11/11/1951	6	
O Progresso	31	18/11/1951	6	
O Progresso	32	25/11/1951	6	
O Progresso	33	02/12/1951	6	
O Progresso	34	16/12/1951	6	Ensino Primário: Sacrifício das professoras primárias.
O Progresso	35	23/12/1951	6	
O Progresso	36	30/12/1951	6	
O Progresso	37	06/01/1952	6	
O Progresso	38	13/01/1952	6	
O Progresso	39	20/01/1952	6	
O Progresso	41	03/02/1952	5	
O Progresso	42	10/02/1952	6	
O Progresso	43	17/02/1952	6	
O Progresso	44	24/02/1952	6	Suspensão no corrente ano o concurso de remoção do magistério primário.
O Progresso	45	02/03/1952	6	
O Progresso	46	09/03/1952	6	
O Progresso	47	16/03/1952	6	
O Progresso	48	23/03/1952	6	
O Progresso	49	30/03/1952	6	
O Progresso	50	06/04/1952	6	
O Progresso	51	21/04/1952	8	Disponibilidade nas funções de professores primários.
O Progresso	52	27/04/1952	5	
O Progresso	53	04/05/1952	6	
O Progresso	54	11/05/1952	6	
O Progresso	55	18/05/1952	6	
O Progresso	56	25/05/1952	6	
O Progresso	57	01/06/1952	6	
O Progresso	58	08/06/1952	6	
O Progresso	77	19/10/1952	6	Aumento para o magistério primário no Estado.
O Progresso	103	21/04/1953	12	Instrução: Relatório anual da administração do prefeito Nelson de Araújo.
O Progresso	104	26/04/1953	4	
O Progresso	105	03/05/1953	6	
O Progresso	106	10/05/1953	6	
O Progresso	107	17/05/1953	6	
O Progresso	108	24/05/1953	4	
O Progresso	109	31/05/1953	4	
O Progresso	110	07/06/1953	7	
O Progresso	111	14/06/1953	4	
O Progresso	112	21/06/1953	4	

O Progresso	113	28/06/1953	4	
O Progresso	114	05/07/1953	4	
O Progresso	115	12/07/1953	4	
O Progresso	116	19/07/1953	4	
O Progresso	117	26/07/1953	4	
O Progresso	118	02/08/1953	4	
O Progresso	119	09/08/1953	4	
O Progresso	120	16/08/1953	4	
O Progresso	121	23/08/1953	4	
O Progresso	122	30/08/1953	4	
O Progresso	123	06/09/1953	4	
O Progresso	124	13/09/1953	6	
O Progresso	125	20/09/1953	4	
O Progresso	126	27/09/1953	4	
O Progresso	127	04/10/1953	4	
O Progresso	128	04/10/1953	4	
O Progresso	129	11/10/1953	4	
O Progresso	130	18/10/1953	6	
O Progresso	131	25/10/1953	6	
O Progresso	132	01/11/1953	4	
O Progresso	133	08/11/1953	4	
O Progresso	134	15/11/1953	6	
O Progresso	135	22/11/1953	6	
O Progresso	136	29/11/1953	6	
O Progresso	137	06/12/1953	4	
O Progresso	138	13/12/1953	6	
O Progresso	139	20/12/1953	6	
O Progresso	140	27/12/1953	6	
O Progresso	141	03/01/1954	6	
O Progresso	142	10/01/1954	6	
O Progresso	143	17/01/1954	6	
O Progresso	144	24/01/1954	4	
O Progresso	145	31/01/1954	4	
O Progresso	146	07/02/1954	4	
O Progresso	147	14/02/1954	4	
O Progresso	148	21/02/1954	6	
O Progresso	149	28/02/1954	4	
O Progresso	150	07/03/1954	4	
O Progresso	151	14/03/1954	6	
O Progresso	152	21/03/1954	4	
O Progresso	153	04/04/1954	4	
O Progresso	154	11/04/1954	6	
O Progresso	155	21/04/1954	6	Criação de diversas (28) escolas rurais.
O Progresso	156	25/04/1954	4	
O Progresso	157	02/05/1954	4	
O Progresso	158	09/05/1954	5	
O Progresso	159	16/05/1954	4	
O Progresso	160	23/05/1954	4	
O Progresso	161	30/05/1954	4	
O Progresso	162	06/06/1954	4	
O Progresso	163	13/06/1954	4	Efetivação para o magistério primário.
O Progresso	164	20/06/1954	4	O que Dourados precisa
O Progresso	165	27/06/1954	4	

O Progresso	166	04/07/1954	4	
O Progresso	167	11/07/1954	4	
O Progresso	168	18/07/1954	4	
O Progresso	169	25/07/1954	4	
O Progresso	170	01/08/1954	4	Relatório da CAND
O Progresso	171	08/08/1954	4	
O Progresso	172	15/08/1954	4	
O Progresso	173	29/08/1954	4	
O Progresso	174	05/09/1954	4	
O Progresso	176	12/09/195	4	Dados de votação
O Progresso	177	10/10/1954	4	
O Progresso	178	17/10/1954	4	
O Progresso	179	24/10/1954	4	
O Progresso	180	31/10/1954	4	
O Progresso	181	07/11/1954	4	Verba para uma escola rural na Picadinha.
O Progresso	182	14/11/1954	4	
O Progresso	183	21/11/1954	4	
O Progresso	184	28/11/1954	4	
O Progresso	185	05/12/1954	4	
O Progresso	186	12/12/1954	4	
O Progresso	187	19/12/1954	4	
O Progresso	188	02/01/1955	4	
O Progresso	189	09/01/1955	4	
O Progresso	190	16/01/1955	5	
O Progresso	191	23/01/1955	4	
O Progresso	192	30/01/195	4	
O Progresso	193	06/02/1955	4	
O Progresso	194	13/02/1955	4	
O Progresso	195	20/02/1955	4	
O Progresso	196	27/02/1955	4	
O Progresso	197	06/03/1955	4	
O Progresso	198	13/03/1955	4	
O Progresso	199	20/03/1955	4	
O Progresso	200	27/03/1955	4	
O Progresso	201	03/04/1955	4	
O Progresso	202	10/04/1955	4	
O Progresso	204	24/04/1955	8	Ensino e Educação.
O Progresso	205	01/05/1955	6	
O Progresso	206	08/05/1955	6	
O Progresso	207	15/05/1955	6	
O Progresso	208	29/05/1955	6	
O Progresso	210	05/06/1955	6	
O Progresso	211	12/06/1955	6	
O Progresso	212	19/06/1955	5	
O Progresso	213	26/06/1955	4	
O Progresso	214	03/07/1955	4	
O Progresso	215	10/07/1955	4	
O Progresso	216	17/07/1955	6	
O Progresso	217	24/07/1955	4	
O Progresso	218	07/08/1955	6	
O Progresso	219	12/08/1955	6	
O Progresso	220	21/08/1955	6	
O Progresso	221	28/08/1955	6	

O Progresso	222	04/09/1955	6	
O Progresso	223	11/09/1955	4	
O Progresso	224	18/09/1955	6	
O Progresso	225	25/09/1955	6	
O Progresso	226	02/10/1955	4	
O Progresso	227	09/10/1955	4	
O Progresso	228	16/10/1955	4	
O Progresso	229	23/10/1955	4	
O Progresso	231	06/11/1955	6	
O Progresso	232	13/11/1955	4	
O Progresso	233	20/11/1955	6	
O Progresso	234	27/11/1955	4	Cresce o descaso pelo ensino em Itaporã.
O Progresso	235	04/12/1955	4	
O Progresso	236	11/12/1955	4	
O Progresso	237	18/12/1955	4	
O Progresso	238	25/12/1955	4	
O Progresso	239	01/01/1956	4	
O Progresso	240	08/01/1956	4	
O Progresso	241	15/01/1956	4	
O Progresso	242	22/01/1956	4	
O Progresso	243	29/01/1956	4	
O Progresso	244	12/02/1956	4	
O Progresso	245	19/02/1956	4	
O Progresso	246	04/03/1956	4	
O Progresso	247	04/03/1956	4	Novas professoras do grupo escolar.
O Progresso	248	18/03/1956	4	Autorização de nomeação de professores primários.
O Progresso	249	25/03/1956	4	
O Progresso	250	08/04/1956	4	
O Progresso	251	22/04/1956	4	
O Progresso	252	29/04/1956	4	
O Progresso	253	06/05/1956	4	
O Progresso	254	13/05/1956	4	
O Progresso	255	20/05/1956	4	
O Progresso	256	03/06/1956	4	
O Progresso	259	10/06/1956	4	Com vistas ao Sr. Inspetor escolar.
O Progresso	260	17/06/1956	4	
O Progresso	261	24/06/1956	4	
O Progresso	262	01/07/1956	4	
O Progresso	263	08/07/1956	4	
O Progresso	264	15/07/1956	4	
O Progresso	265	22/07/1956	4	
O Progresso	266	29/07/1956	4	
O Progresso	267	05/08/1956	4	
O Progresso	268	12/08/1956	4	Construção das escolas dos Italianos.
O Progresso	269	19/08/1956	4	
O Progresso	270	26/08/1956	4	Cinco escolas novas para Dourados.
O Progresso	271	02/09/1956	4	
O Progresso	272	09/09/1956	4	
O Progresso	273	16/09/1956	4	
O Progresso	274	29/09/1956	4	
O Progresso	275	07/10/1956	4	

O Progresso	276	14/10/1956	4	
O Progresso	277	21/10/1956	4	
O Progresso	278	28/10/1956	4	
O Progresso	279	04/11/1956	4	
O Progresso	280	11/11/1956	4	
O Progresso	281	18/11/1956	4	
O Progresso	282	25/11/1956	4	
O Progresso	283	02/12/1956	4	
O Progresso	284	16/12/1956	4	
O Progresso	285	23/12/1956	4	
O Progresso	287	30/12/1956	4	Construção de escolas na colônia.
O Progresso	489 ¹⁵	06/01/1963	6	Curso de férias para professoras primárias.
O Progresso	490	13/01/1963	4	
O Progresso	491	20/01/1963	4	
O Progresso	492	27/01/1963	4	
O Progresso	493	03/02/1963	4	
O Progresso	494	10/02/1963	4	
O Progresso	495	17/02/1963	4	
O Progresso	496	24/02/1963	4	
O Progresso	497	03/03/1963	6	
O Progresso	498	10/03/1963	4	
O Progresso	499	17/03/1963	6	Fecharam a escola da Figueira que funcionava há 14 anos.
O Progresso	500	24/03/1963	6	
O Progresso	501	31/03/1963	6	
O Progresso	502	07/04/1963	6	Nomeação de professoras.
O Progresso	503	14/04/1963		
O Progresso	504	21/04/1963	6	Nomeação de professor em escola rural.
O Progresso	505	28/04/1963	6	
O Progresso	506	5/05/1963	6	Nomeação de professor.
O Progresso	507	12/05/1963	10	
O Progresso	508	19/05/1963	6	Edital de concorrência pública para obtenção de carteiras escolares para escolas primárias.
O Progresso	509	26/05/1963	6	
O Progresso	510	02/06/1963	6	
O Progresso	511	09/06/1963	8	Nomeação de professoras de escolas rurais.
O Progresso	512	16/06/1963	6	
O Progresso	513	23/06/1963	6	
O Progresso	514	30/06/1963	6	
O Progresso	515	07/07/1963	6	
O Progresso	516	14/07/1963	6	
O Progresso	517	21/07/1963	16	Professores e fome.
O Progresso	518	28/07/1963	6	
O Progresso	519	04/08/1963	6	
O Progresso	520	11/08/1963	6	
O Progresso	521	18/08/1963	4	
O Progresso	522	25/08/1963	6	
O Progresso	523	01/09/1963	6	
O Progresso	524	08/09/1963	6	
O Progresso	525	15/09/1963	10	

¹⁵ No período de 1957 a 1961 não foram encontrados os exemplares. No ano de 1962 o jornal O Progresso não circulou, retornado em 1963 a periodicidade normal.

O Progresso	526	22/09/1963	6	
O Progresso	527	29/09/1963	6	
O Progresso	528	06/10/1963	8	
O Progresso	529	13/10/1963	6	
O Progresso	530	20/10/1963	6	
O Progresso	531	27/10/1963	6	
O Progresso	532	03/11/1963	6	
O Progresso	533	10/11/1963	6	
O Progresso	534	24/11/1963	6	
O Progresso	535	08/12/1963	8	
O Progresso	537	20/12/1963	20	
O Progresso	538	29/12/1963	6	
O Progresso	539	05/01/1964	6	
O Progresso	540	12/01/1964	6	
O Progresso	541	19/01/1964	6	
O Progresso	542	26/01/1964	6	
O Progresso	543	02/02/1964	6	
O Progresso	544	09/02/1964	6	
O Progresso	545	16/02/1964	6	
O Progresso	546	23/02/1964	6	
O Progresso	547	01/03/1964	6	
O Progresso	548	08/03/1964	6	
O Progresso	549	15/03/1964	6	
O Progresso	550	22/03/1964	6	
O Progresso	551	29/03/1964	6	
O Progresso	552	05/04/1964	6	
O Progresso	553	12/04/1964	6	
O Progresso	554	19/04/1964	6	
O Progresso	555	26/04/1964	6	
O Progresso	556	03/05/1964	6	
O Progresso	557	10/05/1964	6	
O Progresso	558	17/05/1964	6	
O Progresso	559	24/05/1964	6	
O Progresso	560	31/05/1964	6	
O Progresso	561	07/06/1964	6	
O Progresso	562	21/06/1964	6	
O Progresso	563	28/06/1964	6	
O Progresso	564	05/07/1964	6	
O Progresso	565	12/07/1964	6	
O Progresso	566	19/07/1964	6	
O Progresso	567	23/07/1964	6	
O Progresso	568	29/07/1964 ¹⁶	6	
O Progresso	569	30/07/1964	6	
O Progresso	570	02/08/1964	6	
O Progresso	571	09/08/1964	6	
O Progresso	573	15/08/1964	4	Vila Vargas, alvo de emoção.
O Progresso	574	19/08/1964	4	
O Progresso	575	22/08/1964	4	
O Progresso	576	26/08/1964	4	
O Progresso	577	29/08/1964	4	

¹⁶ A partir do dia 26 de julho de 1964 o jornal *O Progresso* torna-se bissemanal.

O Progresso	578	02/09/1964	4	
O Progresso	579	05/09/1964	4	
O Progresso	580	09/09/1964	6	
O Progresso	581	12/09/1964	6	
O Progresso	582	16/09/1964	6	
O Progresso	583	19/09/1964	6	
O Progresso	584	23/09/1964	6	
O Progresso	585	30/09/1964	6	
O Progresso	586	07/10/1964	6	
O Progresso	587	10/10/1964	6	
O Progresso	588	14/10/1964	6	
O Progresso	589	17/10/1964	6	
O Progresso	590	21/10/1964	6	
O Progresso	591	24/10/1964	6	
O Progresso	592	28/10/1964	6	
O Progresso	593	31/10/1964	6	
O Progresso	594	04/11/1964	6	
O Progresso	595	07/11/1964	6	
O Progresso	596	11/11/1964	6	
O Progresso	597	14/11/1964	6	
O Progresso	598	18/11/1964	6	
O Progresso	599	21/11/1964	6	
O Progresso	600	25/11/1964	6	
O Progresso	601	28/11/1964	6	
O Progresso	602	02/12/1964	4	
O Progresso	603	05/12/1964	6	
O Progresso	604	10/12/1964	6	
O Progresso	605	12/12/1964	6	
O Progresso	606	16/12/1964	6	
O Progresso	607	20/12/1964	6	
O Progresso	608	26/12/1964	4	
O Progresso	609	30/12/1964	6	
O Progresso	913	16/02/1968	6	Ensino: Toque de Ternura da administração Totó Câmara.
O Progresso	946 ¹⁷	02/12/1968	6	Merenda escolar também esteve presente no Panambi.
O Progresso	965	21/08/1968	6	Amplia-se o ensino primário na zona rural: Vila Vargas e Douradina.
O Progresso	966	24/08/1968	6	
O Progresso	967	28/08/1968	6	
O Progresso	968	31/08/1968	6	
O Progresso	969	04/09/1968	6	
O Progresso	970	07/09/1968	6	
O Progresso	971	11/09/1968	6	
O Progresso	972	14/09/1968	6	
O Progresso	973	18/09/1968	6	
O Progresso	974	21/09/1968	6	
O Progresso	975	25/09/1968	6	
O Progresso	976	28/09/1968	6	
O Progresso	977	02/10/1968	6	
O Progresso	978	05/10/1968	6	

¹⁷ Não foram encontradas notícias sobre a escola primária rural nos anos de 1965, 1966, 1967.

O Progresso	979	09/10/1968	6	
O Progresso	980	12/10/1968	6	
O Progresso	981	16/10/1968	6	
O Progresso	982	19/10/1968	6	
O Progresso	983	23/10/1968	6	
O Progresso	984	26/10/1968	6	
O Progresso	985	30/10/1968	6	
O Progresso	986	02/11/1968	6	
O Progresso	987	06/11/1968	6	
O Progresso	988	09/11/1968	6	
O Progresso	989	13/11/1968	6	
O Progresso	990	16/11/1968	6	
O Progresso	991	20/11/1968	6	
O Progresso	992	23/11/1968	6	
O Progresso	993	27/11/1968	6	
O Progresso	994	30/11/1968	6	
O Progresso	995	04/12/1968	6	
O Progresso	996	07/12/1968	6	
O Progresso	997	10/12/1968	6	
O Progresso	998	14/12/1968	6	
O Progresso	999	18/12/1968	6	
O Progresso	1000	20/12/1968	6	
O Progresso	1001	24/12/1968	6	
O Progresso	1002	28/12/1968	6	
O Progresso	1003	31/12/1968	6	
O Progresso	1006	07/01/1970	4	
O Progresso	1007	10/01/1970	4	
O Progresso	1008	14/01/1970	4	
O Progresso	1009	17/01/1970	4	
O Progresso	1010	21/01/1970	4	
O Progresso	1012	28/01/1970	4	
O Progresso	1014	04/02/1970	4	
O Progresso	1016	14/02/1970	4	
O Progresso	1017	18/02/1970	4	
O Progresso	1119	25/02/1970	4	
O Progresso	1120	28/02/1970	4	
O Progresso	1121	04/03/1970	4	
O Progresso	1122	07/03/1970	4	
O Progresso	1123	11/03/1970	4	
O Progresso	1124	14/03/1970	4	
O Progresso	1125	18/03/1970	4	
O Progresso	1126	21/03/1970	4	
O Progresso	1127	25/03/1970	4	
O Progresso	1128	01/04/1970	4	
O Progresso	1129	04/04/1970	4	
O Progresso	1130	08/04/1970	4	
O Progresso	1131	11/04/1970	4	
O Progresso	1132	15/04/1970	4	
O Progresso	1134	25/04/1970	4	
O Progresso	1135	29/04/1970	4	
O Progresso	1136	02/05/1970	4	
O Progresso	1137	06/05/1970	4	

O Progresso	1138	09/05/1970	4	
O Progresso	1139	13/05/1970	4	
O Progresso	1140	16/05/1970	4	
O Progresso	1141	20/05/1970	4	
O Progresso	1142	23/05/1970	4	
O Progresso	1143	27/05/1970	4	
O Progresso	1144	30/05/1970	4	
O Progresso	1145	03/06/1970	4	
O Progresso	1146	06/06/1970	6	
O Progresso	1147	13/06/1970	6	
O Progresso	1148	17/06/1970	6	
O Progresso	1149	20/06/1970	6	
O Progresso	1150	24/06/1970	6	
O Progresso	1151	01/07/1970	6	
O Progresso	1152	08/07/1970	6	
O Progresso	1153	11/07/1970	6	
O Progresso	1154	15/07/1970	6	
O Progresso	1155	18/07/1970	6	
O Progresso	1156	25/07/1970	6	
O Progresso	1157	27/07/1970	6	
O Progresso	1158	01/08/1970	6	
O Progresso	1159	05/08/1970	6	
O Progresso	1160	08/08/1970	6	
O Progresso	1161	12/08/1970	6	
O Progresso	1162	15/08/1970	5	
O Progresso	1163	19/08/1970	6	
O Progresso	1164	22/08/1970	6	
O Progresso	1165	26/08/1970	6	
O Progresso	1166	29/08/1970	6	
O Progresso	1167	07/09/1970	6	
O Progresso	1168	12/09/1970	6	
O Progresso	1169	19/09/1970	6	
O Progresso	1170	23/09/1970	6	
O Progresso	1171	26/09/1970	6	
O Progresso	1172	30/09/1970	6	
O Progresso	1173	03/10/1970	6	
O Progresso	1174	07/10/1970	5	
O Progresso	1175	14/10/1970	4	
O Progresso	1176	17/10/1970	4	
O Progresso	1177	28/10/1970	4	
O Progresso	1178	03/11/1970	6	
O Progresso	1179	07/11/1970	6	
O Progresso	1180	11/11/1970	6	
O Progresso	1181	14/11/1970	6	
O Progresso	1182	18/11/1970	6	
O Progresso	1183	21/11/1970	6	
O Progresso	1184	25/11/1970	6	
O Progresso	1185	28/11/1970	6	
O Progresso	1186	02/12/1970	6	
O Progresso	1189	09/12/1970	6	
O Progresso	1190	12/12/1970	6	
O Progresso	1194	23/12/1970	6	
O Progresso	1200	30/12/1970	6	

O Progresso	1201	02/01/1971	6	
O Progresso	1202	06/01/1971	6	
O Progresso	1203	09/01/1971	6	
O Progresso	1204	13/01/1971	6	
O Progresso	1205	16/01/1971	6	
O Progresso	1206	20/01/1971	6	
O Progresso	1207	23/01/1971	6	
O Progresso	1208	27/01/1971	6	
O Progresso	1209	30/01/1971	6	
O Progresso	1210	03/02/1971	6	
O Progresso	1211	06/02/1971	6	
O Progresso	1212	10/02/1971	6	
O Progresso	1213	13/02/1971	6	
O Progresso	1214	17/02/1971	6	
O Progresso	1215	20/02/1971	6	
O Progresso	1216	24/02/1971	6	
O Progresso	1217	27/02/1971	6	
O Progresso	1218	03/03/1971	6	
O Progresso	1219	06/03/1971	6	
O Progresso	1220	13/03/1971	6	
O Progresso	1221	17/03/1971	6	
O Progresso	1222	20/03/1971	6	
O Progresso	1123	24/03/1971	4	
O Progresso	1224	27/03/1971	4	
O Progresso	1225	31/03/1971	4	
O Progresso	1226	03/04/1971	4	
O Progresso	1227	10/04/1971	4	
O Progresso	1228	14/04/1971	4	
O Progresso	1230	24/04/1971	4	
O Progresso	1231	28/04/1971	4	
O Progresso	1232	01/05/1971	4	
O Progresso	1234	08/05/1971	4	
O Progresso	1235	12/05/1971	4	
O Progresso	1237	19/05/1971	4	
O Progresso	1238	22/05/1971	4	
O Progresso	1239	26/05/1971	4	
O Progresso	1240	29/05/1971	4	
O Progresso	1241	02/06/1971	4	
O Progresso	1242	05/06/1971	4	
O Progresso	1243	09/06/1971	4	
O Progresso	1244	12/06/1971	4	
O Progresso	1243	16/06/1971	4	
O Progresso	1244	19/06/1971	4	
O Progresso	1245	23/06/1971	4	
O Progresso	1246	26/06/1971	4	
O Progresso	1249	30/06/1971	4	
O Progresso	1250	03/07/1971	6	Educação 70.
O Progresso	1251	07/07/1971	6	
O Progresso	1252	10/07/1971	6	
O Progresso	1253	14/07/1971	6	
O Progresso	1256	24/07/1971	6	
O Progresso	1257	28/07/1971	6	
O Progresso	1258	31/07/1971	6	

O Progresso	1259	04/08/1971	6	
O Progresso	1261	07/08/1971	6	
O Progresso	1262	11/08/1971	6	
O Progresso	1263	14/08/1971	6	
O Progresso	1264	18/08/1971	6	
O Progresso	1265	21/08/1971	6	
O Progresso	1266	25/08/1971	6	
O Progresso	1267	28/08/1971	6	
O Progresso	1268	01/09/1971	4	
O Progresso	1269	07/09/1971	4	
O Progresso	1270	11/09/1971	4	
O Progresso	1271	15/09/1971	4	
O Progresso	1272	18/09/1971	4	
O Progresso	1273	22/09/1971	4	
O Progresso	1274	25/09/1971	4	
O Progresso	1275	29/09/1971	4	
O Progresso	1276	02/10/1971	4	
O Progresso	1277	06/10/1971	4	
O Progresso	1278	09/10/1971	4	
O Progresso	1279	16/10/1971	4	
O Progresso	1280	20/10/1971	4	
O Progresso	1281	23/10/1971	4	
O Progresso	1282	27/10/1971	4	
O Progresso	1283	30/10/1971	4	
O Progresso	1284	06/11/1971	4	
O Progresso	1285	10/11/1971	4	
O Progresso	1286	13/11/1971	4	
O Progresso	1287	20/11/1971	4	
O Progresso	1288	24/11/1971	4	
O Progresso	1289	27/11/1971	4	
O Progresso	1290	01/12/1971	4	
O Progresso	1291	04/12/1971	4	
O Progresso	1292	11/12/1971	4	
O Progresso	1293	20/12/1971	4	
O Progresso	1294	24/12/1971	4	
O Progresso	1295	31/12/1971	4	
O Progresso	1296	05/01/1972	8	
O Progresso	1298	12/01/1972	4	
O Progresso	1300	19/01/1972	4	
O Progresso	1301	22/01/1972	4	
O Progresso	1304	26/01/1972	4	
O Progresso	1305	29/01/1972	4	
O Progresso	1306	02/02/1972	4	
O Progresso	1307	05/02/1972	4	
O Progresso	1308	09/02/1972	4	
O Progresso	1309	12/02/1972	4	
O Progresso	1310	19/02/1972	4	
O Progresso	1311	23/02/1972	4	
O Progresso	1312	26/02/1972	4	
O Progresso	1314	01/03/1972	4	
O Progresso	1315	04/03/1972	6	
O Progresso	1316	08/03/1972	6	
O Progresso	1317	11/03/1972	6	

O Progresso	1318	15/03/1972	6	
O Progresso	1319	18/03/1972	6	
O Progresso	1320	22/03/1972	6	
O Progresso	1321	25/03/1972	6	
O Progresso	1322	05/04/1972	6	
O Progresso	1323	08/04/1972	6	
O Progresso	1324	12/04/1972	6	
O Progresso	1325	15/04/1972	6	
O Progresso	1326	21/04/1972	6	
O Progresso	1327	26/04/1972	6	
O Progresso	1328	29/04/1972	6	
O Progresso	1329	03/05/1972	6	
O Progresso	1330	06/05/1972	6	
O Progresso	1331	10/05/1972	6	
O Progresso	1332	13/05/1972	6	
O Progresso	1333	17/05/1972	6	
O Progresso	1334	20/05/1972	6	
O Progresso	1335	24/05/1972	6	
O Progresso	1336	27/05/1972	6	
O Progresso	1337	31/05/1972	6	
O Progresso	1338	03/06/1972	6	
O Progresso	1339	07/06/1972	6	
O Progresso	1340	10/06/1972	6	
O Progresso	1341	17/06/1972	6	
O Progresso	1342	21/06/1972	6	
O Progresso	1343	24/06/1972	6	
O Progresso	1344	28/06/1972	6	
O Progresso	1345	01/07/1972	6	
O Progresso	1346	05/07/1972	6	
O Progresso	1347	08/07/1972	6	
O Progresso	1348	12/07/1972	6	
O Progresso	1349	15/07/1972	6	
O Progresso	1350	19/07/1972	6	
O Progresso	1351	22/07/1972	6	
O Progresso	1352	26/07/1972	6	
O Progresso	1353	29/07/1972	6	
O Progresso	1354	02/08/1972	6	
O Progresso	1355	05/08/1972	6	
O Progresso	1356	09/08/1972	6	
O Progresso	1357	12/08/1972	6	
O Progresso	1358	16/08/1972	6	
O Progresso	1359	19/08/1972	4	
O Progresso	1360	26/08/1972	4	
O Progresso	1361	30/08/1972	4	
O Progresso	1362	07/09/1972	6	
O Progresso	1363	13/09/1972	6	
O Progresso	1364	16/09/1972	6	
O Progresso	1365	20/09/1972	6	
O Progresso	1366	23/09/1972	6	
O Progresso	1367	27/09/1972	6	
O Progresso	1368	30/09/1972	6	
O Progresso	1369	04/10/1972	6	
O Progresso	1370	07/10/1972	6	

O Progresso	1371	11/10/1972	6	
O Progresso	1372	14/10/1972	6	
O Progresso	1373	18/10/1972	6	
O Progresso	1374	21/10/1972	6	
O Progresso	1375	25/10/1972	6	
O Progresso	1376	28/10/1972	4	
O Progresso	1377	01/11/1972	4	
O Progresso	1378	04/11/1972	4	
O Progresso	1379	11/11/1972	6	Plano de Governo.
O Progresso	1380	15/11/1972	4	
O Progresso	1381	22/11/1972	6	
O Progresso	1382	25/11/1972	6	
O Progresso	1383	29/11/1972	6	
O Progresso	1384	02/12/1972	6	
O Progresso	1385	06/12/1972	6	
O Progresso	1386	09/12/1972	6	
O Progresso	1387	13/12/1972	6	
O Progresso	1388	23/12/1972	6	
O Progresso	1389	30/12/1972	6	

Fonte: Elaborado pela autora com base nos exemplares do Jornal “O Progresso” coletados no Centro de Documentação Regional - CDR/UFGD, inspirado no modelo de análise de jornais da tese de Pinto (2013).

Do universo deste quadro, 789 exemplares dos jornais “O Douradense” e “O Progresso” foram consultados e lidos, desses 16 exemplares eram do Jornal “O Douradense” e 773 exemplares do Jornal “O Progresso”.

Contudo, do total de 789 exemplares consultados, apenas 43 títulos versam sobre educação/instrução. Esses 43 títulos descrevem a respeito da criação de escolas primárias em áreas urbanas e rurais, educação de adultos, melhoramentos em grupos escolares, lançamento de pedra fundamental de grupos escolares, lei orgânica do ensino primário, concurso de remoção de professores, aumento para o magistério primário, relatório anual de instrução, autorização e nomeação de professores, visita de inspetores, verbas para escolas rurais, descaso no ensino, merenda escolar, ampliação do ensino rural nas Vilas do Município de Dourados, edital de concorrência para obtenção de carteiras para as escolas primárias, fechamento de escola, curso de férias para professores, construção de escolas na colônia, entre outras. No entanto, não se pode deixar de mencionar aqui que, essas temáticas selecionadas nos jornais versam mais sobre instrução do que propriamente educação, uma vez que em sua maioria se referem ao ensino, a formação de professores, a construção, ampliação e o funcionamento de estabelecimentos escolares.

Do total de 43 noticiários que versam sobre educação/instrução, desse total apenas 14 são específicas sobre o ensino primário rural, então 32% das notícias sobre educação/instrução refere-se ao ensino primário rural. Isso acaba por demonstrar a falta de

interesse pelo ensino rural primário na imprensa de circulação geral no município de Dourados, o que pode ser reflexo também da falta de uma política pública em Mato Grosso, capaz de amenizar os problemas pelos quais essa modalidade de ensino passava no Estado, no período entre as décadas de 1940 a 1970.

Desses 14 noticiários específicos sobre o ensino primário rural, foi possível verificar que os títulos publicados versavam sobre criação de escolas rurais, funcionamento de escolas na CAND, visita de padres para construção de escolas em áreas rurais, relatório das escolas da CAND, verba para a escola da Picadinha, construção de escolas dos italianos, construção de escolas na colônia, curso aperfeiçoamento e de férias para professores, nomeação de professor para escola rural, grupo escolar rural, merenda escolar na escola rural do Panambi, ampliação do ensino rural primário na zona rural de Vila Vargas e Douradina, entre outros.

Em uma análise dos noticiários publicados nos dois jornais de Dourados estudados, conforme o quadro permite compreender, no Jornal “O Douradense”, foram apresentados 7 noticiários sobre educação/instrução, das quais, 3 tratam do ensino primário rural, representando 42% do total. Enquanto que, no Jornal “O Progresso”, dos 36 noticiários sobre educação/instrução, apenas 11 deles trataram especificamente do ensino primário rural, representando 30% do total, ou seja, proporcionalmente o Jornal “O Douradense” abordou mais o tema em estudo, do que Jornal “O Progresso”.

O levantamento realizado nos noticiários do Jornal “O Douradense” e o Jornal “O Progresso” evidenciaram que, entre os anos de 1948 e 1974, algumas preocupações com o ensino primário rural podem ser observadas nas páginas dos jornais escolhidos. Porém, o trabalho de localização, mapeamento dos periódicos selecionados revelou muitas ausências por parte dos impressos de circulação geral de Dourados, no que diz a respeito a essa temática e até mesmo à educação, tendo em vista, o número pequeno de noticiários estampados nestes jornais focalizando questões relacionadas à educação nesse município. Isso parece demonstrar que esses dois jornais quase não tinham interesse em noticiar as questões educacionais do município

Apesar dessas ausências do tema em estudo nesses periódicos, pode-se dizer que esses dois jornais douradenses, ao longo do período examinado, contribuíram para a construção de uma representação de como configurou o ensino primário rural na imprensa do município de Dourados. Afinal, o silêncio e as lacunas nos noticiários sobre o ensino primário rural no município de Dourados são indicativos e reveladores de determinados modos de ver, produzir e representar a sociedade do município em que eles inscreveram, na realidade, pode-se dizer

que a sociedade douradense estava pouco preocupada e interessada pelas questões da educação rural, que era predominante no período estudado, entre as décadas de 1940 a 1970.

Contudo, pode-se dizer que analisar o ensino primário rural pela ótica de dois jornais impressos de Dourados nos possibilita delinear as representações de um tempo passado, registradas num objeto cultural construído por noticiários suscitados por debates que envolviam aspectos culturais, políticos, econômicos e educacionais do final da década de 1940 ao início da década de 1970, conforme, também, poderão ser compreendidos nos próximos dois itens deste capítulo.

3.2 As representações do ensino primário rural no Jornal “O Douradense”

Para dar forma às discussões e análises sobre o ensino primário rural, no que se refere ao Jornal “O Douradense”, tornou-se necessário aqui retomar aqui os noticiários selecionados que circularam entre os anos de 1948 a 1950. Para tanto, foi elaborado um quadro apenas com os noticiários ligados a educação, contendo o nome do periódico, a edição, a data da publicação e os títulos dos noticiários, conforme mostra o quadro n. 4.

Quadro 4 - Descrição das notícias encontradas no jornal “O Douradense”

Periódico	Edição	Data	Títulos
O Douradense -1948	1	11/05/1948	Prefeito Antônio de Carvalho
O Douradense -1948	4	24/06/1948	Idealistas pela causa do ensino em Dourados.
O Douradense -1948	5	10/07/1948	Melhoramentos escolares para Dourados.

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos exemplares do Jornal “O Douradense” coletados no CDR/UFGD.

Ainda que o Jornal “O Douradense” tenha tido um pequeno ciclo de vida, marcado especificamente entre os anos de 1948 a 1950, nesse impresso de circulação geral foi possível localizar noticiários que abordassem o ensino primário rural no município de Dourados. Como é possível observar neste quadro, apenas três noticiários publicados em 1948, no início da circulação desse jornal versaram sobre essa temática em estudo. Além disso, pelos títulos dos noticiários selecionados, não é possível identificar que eles trataram da educação rural, pois, ela aparece nesses noticiários relacionados a outras abordagens ligadas a educação.

Na primeira edição do jornal “O Douradense” de 1 de maio de 1948, foi publicado um noticiário intitulado “Prefeito Antônio de Carvalho”, abordando a gestão deste prefeito no município de Dourados, relatando a “maneira correta” como vem conduzindo a cidade. E, enfatizado que “muitas escolas primárias foram criadas e outras serão ainda em tempo breve”

(O DOURADENSE, 1948, n.1, p. 1). Importa dizer aqui que o ensino primário rural, embora não apareça de modo explícito, aparece neste noticiário, relacionado à criação de escolas primárias no município de Dourados.

Em outro noticiário publicado por esse jornal, intitulado “Idealistas pela Causa do Ensino em Dourados” publicado em primeira página, no dia 24 de junho de 1948, o ensino primário rural, também é referenciado em meio às discussões realizadas pelos idealistas nas abordagens feitas em torno do ensino primário em Dourados. No caso deste noticiário, os Padres Franciscanos, que eram tidos por esse jornal, como os idealistas pela causa do ensino em Dourados advertiam “que as implantações de escolas ajudariam as pessoas que moravam nos sítios. Pretendem os reverendos construir um colégio para o ensino primário em Dourados” (O DOURADENSE, 1948, n. 1, p. 1).

No noticiário publicado pelo Jornal “O Douradense”, no ano de 1948, mais especificamente, em 10 de julho, menos de um mês após a publicação do texto sobre “Idealistas pela Causa do Ensino em Dourados”, o enfoque direcionou-se, também, a implantação e construção de escolas primárias no município de Dourados, e o ensino primário rural apareceu em meio a essas abordagens. Neste noticiário, intitulado “Melhoramentos escolares para Dourados” foi relatado:

Em palestra com o Sr. Campos Belo¹⁸, competente e laborioso inspetor escolar desta cidade, ouvimos as agradáveis notícias de que além do prédio para o Grupo Escolar da cidade, serão construídos dois outros para as escolas rurais do município (O DOURADENSE, 1948, n. 5, p.1).

Acredita-se que, o fato do jornal “O Douradense” privilegiar noticiários no ano de 1948, com temas ligados à implantação e à construção de escolas primárias estivesse relacionada à questão do município de Dourados, neste período, ser relativamente novo. Município esse, conforme abordado no primeiro capítulo, emancipado de Ponta Porã, em 1935. O que permite dizer que nesse período esse município ainda estava passando por estruturação, em termos de população, urbanização e escolarização, aspectos esses que ficaram bem evidenciados, no papel exercido pela CAND, no município de Dourados, conforme tratado na introdução e no primeiro capítulo desta dissertação.

É oportuno registrar aqui que, embora o Jornal “O Douradense” tenha circulado até o ano de 1950, não foi encontrado nenhum noticiário que versasse sobre a educação para além do ano de 1948. Do mesmo modo, não foi localizado também nenhum noticiário que

¹⁸ Armando Campos Belo era professor e inspetor de ensino de Dourados, além de exercer amizades com políticos também participou ativamente nas discussões para a Divisão do Estado de Mato Grosso.

trouxesse em suas abordagens acerca da educação, discussões especificamente, em torno do ensino primário rural no município de Dourados.

Face ao exposto, fica evidente que o ensino primário rural era uma temática que pouco circulou nos noticiários do Jornal “O Douradense”, entre os anos de 1948 a 1950. E, que quando essa temática aparecia nos noticiários estava sempre relacionada a outras discussões sobre a educação no município de Dourados. Apesar do município de Dourados, nessa época, apresentar mais características rurais e ter a sua população vivendo nessas áreas não urbanas, verifica-se que a imprensa de circulação geral, no caso, esse jornal pouco se ocupava em abordá-la ou discuti-la.

No item subsequente, será realizada uma incursão acerca do ensino primário rural, tomando como fonte o Jornal “O Progresso”.

3.3 As representações do ensino primário rural no Jornal “O Progresso”

O Jornal “O Progresso”, como teve uma maior circulação no município de Dourados do que o Jornal “O Douradense”, em suas edições foi possível localizar um volume maior de noticiários, que versaram especificamente sobre o ensino primário rural ou que abordaram essa temática em discussões sobre a educação.

Para dar forma às discussões e análises sobre o ensino primário rural, no que se refere ao Jornal “O Progresso”, tornou-se necessário aqui retomar os noticiários selecionados que circularam entre os anos de 1951 a 1972. Para tanto, foi elaborado um quadro com a relação dos noticiários selecionados ligados tanto a educação quanto especificamente ao ensino primário rural, contendo o nome do periódico, a edição, a data de publicação e o título dos noticiários, conforme mostra o quadro n. 5

Quadro 5 - Relação dos noticiários selecionados do Jornal “O Progresso” de Dourados-MT (1951-1972)

Periódico	Edição	Data	Títulos
O Progresso	27	21/10/1951	Lei Orgânica do ensino primário
O Progresso	34	16/12/1951	Ensino primário: sacrifício das professoras primárias.
O Progresso	44	24/02/1952	Suspensão concurso de remoção do magistério primário.
O Progresso	51	21/04/1952	Funções de professores primários.
O Progresso	77	19/10/1952	Aumento para o magistério primário no Estado.
O Progresso	103	21/04/1953	Instrução.
O Progresso	155	21/04/1954	Criação de diversas escolas rurais.
O Progresso	163	13/06/1954	Efativação para o magistério primário.
O Progresso	164	20/06/1954	O que Dourados precisa?

O Progresso	170	01/08/1054	Relatório da CAND
O Progresso	181	07/11/1954	Verba para uma escola rural na Picadinha.
O Progresso	204	24/04/1954	Ensino e educação.
O Progresso	234	27/11/1955	Cresce o descaso pelo ensino em Itaporã.
O Progresso	247	04/03/1956	Novas professoras do grupo escolar.
O Progresso	248	18/03/1956	Autorização de nomeação de professores primários.
O Progresso	259	10/06/1956	Com vistas ao Sr. Inspetor.
O Progresso	268	12/08/1956	Construção das escolas dos Italianos.
O Progresso	270	26/08/1956	Cinco escolas novas para Dourados.
O Progresso	287	30/12/1956	Construção de escola na Colônia.
O Progresso	489	06/01/1963	Curso de férias para professoras primárias.
O Progresso	502	07/04/1963	Nomeação de professoras.
O Progresso	504	21/04/1963	Nomeação de professor em escola rural
O Progresso	506	05/05/1963	Nomeação de professor.
O Progresso	508	19/05/1963	Edital de concorrência pública para obtenção de carteiras escolares para escolas primárias.
O Progresso	511	09/06/1963	Nomeação de professoras de escolas rurais.
O Progresso	517	21/07/1963	Professores e fome.
O Progresso	573	15/08/1964	Vila Vargas, alvo de emoção.
O Progresso	913	16/02/1968	Ensino: toque de ternura da administração Totó Camâra.
O Progresso	946	02/12/1968	Merenda escolar também esteve presente no Panambi.
O Progresso	965	21/08/1968	Amplia-se o ensino primário na zona rural: Vila Vargas e Douradina.
O Progresso	1158	01/08/1970	MEC USAID.
O Progresso	1250	03/07/1971	Educação -70
O Progresso	1379	11/11/1972	Plano de Governo

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos exemplares do Jornal “O Progresso” coletados no CDR - Centro de Documentação Regional.

A leitura desses noticiários expostos no quadro revelou, em primeira instância, que temas distintos foram privilegiados acerca do ensino primário rural no Jornal “O Progresso”, como, por exemplo, a criação e a construção de escolas primárias rurais, verba para uma escola rural, ampliação do ensino rural em vilas e distritos da localidade, merenda escolar, nomeação de professores em escolas rurais, entre outros. Assim era possível saber, em certa medida, o que estava acontecendo no ensino primário rural no município de Dourados.

Neste Jornal, como o quadro permite, ainda, visualizar o ensino primário rural apareceu representado em alguns noticiários, que não focalizaram especificamente a temática, mas que de certa maneira, apresentava em seus conteúdos discussões em torno desse assunto. No noticiário intitulado “Instrução”, publicado em 21 de abril de 1953, o ensino primário rural, por exemplo, apareceu no conteúdo na discussão em torno da dificuldade da administração municipal enviar professoras para as escolas da zona rural.

Instrução

Constitui um dos problemas mais sérios a serem enfrentando pela Administração Municipal. Município vastíssimo com quase 20.000 kms² e

com população muito espalhada, há grande dificuldade de localizar escolas e também conseguir professoras para as mesmas. Todas as escolas municipais são na zona rural, para onde poucas professoras se conformam em ir, pois preferem ficar na cidade, o que ainda dificulta a solução do problema. Aliás, os vencimentos do professorado devem ser aumentados para merecerem atenção e o interesse dos candidatos. No ano de 1951, esta administração organizou um curso de Férias para os professores municipais, extensivo também ao professorado estadual, sendo apreciados os resultados. Infelizmente não foi possível repetir o curso no ano passado, o que vamos tentar no corrente ano. Funcionaram no ano passado as seguintes escolas: a) na Colônia Municipal Patrimônio Panambi, uma escola com 3 professores e mais tarde, quatro. b) Colônia Municipal Zona do Panambi, 1 escola c) Zona do Itaquiry-1 escola d) Zona do Baixo Sardinha 1 escola e) São Domingos Serrito-1 escola f) Missão Caiuá para os chacareiros e-1 escola g) Potreirito-1 escola h) M bopey- Distrito de Caarapó - 1 escola i) Curralito — Distrito de Caarapó — 1 escola j) São Domingos— Distrito de Caarapó —1 escola k) São Lourenço-Distrito de Caarapó — 1 escola, que funcionou por pouco tempo por falta de professor (O PROGRESSO, 1953, n. 103, p. 2).

Outro noticiário que abordava em seus conteúdos, as dificuldades vivenciadas pelo ensino primário rural no município de Dourados, foi publicado no dia 20 de junho de 1954, intitulado “O que Dourados precisa?” Neste noticiário, a ótica da abordagem não voltou para a questão do professor, mas para a instalação de um maior número de escolas no município, sobretudo, na área da CAND, devido à necessidade de alfabetização das crianças.

O que Dourados precisa? Instalação de Maior Número de Escolas, Convenientemente Aparelhadas, Para uma população estimada em 25 mil habitantes. De conformidade com o art. 8o do Decreto lei 3059, acima mencionado nas Colônias Agrícolas Nacionais; serão mui ti das ainda escolas primárias para alfabetização de todas as crianças em idade escolar Presentemente, porém, funcionam na Colônia apenas 10 escolas, Cogita a atual administração da Cand construir mais 10 prédios no corrente exercício sendo possível, assim, a instalação de 20 escolas para 1.400 crianças. O govêrno mato-grossense promete, também, fornecer professoras sem ônus para União, ou seja, para a Colônia, que pagar CR\$ 900,00 às professoras e CR\$ 1.800,00 á diretora. Segundo estudos já feitos — informam os técnicos — cada escola está orçada em CR\$ 50 000,00. Não é preciso ressaltar a urgência da execução dessa importante medida em prol da alfabetização de numerosas crianças que vivem peio sertão, J preciosos elementos em formação. Deixá-los á sua própria sorte seria impatriótico, humano. Contempla-se a Colônia com um sistema de ensino primário eficiente, convenientemente aparelhado (O PROGRESSO, 1954, n. 170, p. 2).

Esse noticiário acaba por nos remeter aos dados apresentados no primeiro capítulo desta dissertação, acerca do crescimento de escolas primárias rurais em Dourados, ocorrido em 1955, pois as informações da Mensagem de Governador do Estado de Mato Grosso deste mesmo ano, referenciada no capítulo anterior, comprovam que essas solicitações, que circularam no noticiário do Jornal “O Progresso”, de abertura de novas escolas primárias na

colônia, para atender na alfabetização das crianças em idade escolar, de uma certa maneira, foram levadas em consideração pelo poder público estadual, que no ano de 1955, instalou 65 escolas primárias rurais no município de Dourados, na verdade, perdendo em termos números de instalação dessas escolas apenas para Rosário Oeste, que recebeu a 73¹⁹.

Ainda que o poder público demonstrasse por meio das Mensagens de Governadores do Estado, interesse pela situação das escolas primárias rurais, conforme evidenciado no primeiro capítulo desta dissertação. Os noticiários do Jornal “O Progresso” não deixaram de relatar em seus conteúdos, também, o descaso pelo ensino rural primário, em localidades pertencentes ao município de Dourados, como foi o caso do noticiário “Cresce o descaso pelo ensino em Itaporã”, publicado em 27 de novembro de 1955:

Cresce o descaso pelo ensino em Itaporã.

Toda a nossa atenção foi sempre voltada para o problema do ensino em nossa terra. E não é sem razão que vimos hoje focalizar, destas colunas. o que é a Escola Rural Mista «Panambi» e o abandono em que a mesma Escola se encontra por parte dos poderes públicos de Itaporã, muito especialmente pelo Inspetor do Ensino, do Estado naquele Município, o qual, segundo depoimento das professoras e dos habitantes da zona, nunca deu prever da sua visita à referida Escola (O PROGRESSO, 1955, n. 234, p. 2).

O noticiário “Com vistas ao Sr. Inspetor”, publicado em 10 de junho de 1956, na primeira página do Jornal “O Progresso”, chama a atenção, pelo fato, sobretudo, de registrar a falta de interesse do poder público do município de Dourados, mas do poder público matogrossense pelo ensino rural. Embora as Mensagens de Governadores do Estado, que circularam nos anos de 1940 e 1950, registrassem em suas páginas a preocupação do governo com essa modalidade de escola em Mato Grosso, conforme assinalado em discussão do primeiro capítulo desta dissertação, o que se verifica neste noticiário, é uma situação contrária por parte do poder público estadual.

“Com vistas ao Sr. Inspetor”

Moradores da Região de Guassu C.A.N.D. têm constantemente visitado esta Redação alegando a incúria do poder público com relação à parte escolar. Dizem os citados colonos que a escola instalada no lote de Pedro Barros naquela região está fuchada há mais de 6 meses, sem que seja dada nenhuma satisfação, em prejuízo de mais de 50 alunos cujos pais se sentem em situação aflitiva. Como um dos principais objetivos do gov. br- no deve ser o combate ao analfabetismo, vemos que para as bandas do Guassú C.A.N.D, essa medida vem sendo relegada a uma posição secundária, influenciando assim

¹⁹ Fonte: Esses dados apresentados foram extraídos da Mensagem de Governador de Estado de Mato Grosso, do ano de 1955.

no aumento do analfabetismo já tão considerável em todo o Brasil. E como êsse, muitos casos existem pelo município, clamando por um maior interesse do Governo do Estado. Apelamos destas colunas ao Sr. Inspetor Escolar para que volte suas vistas em favor daqueles que no Guassú estão desprovidos da escola tão necessária aos moradores daquela região (O PROGRESSO, 1956, n. 259, p. 1).

Esse noticiário permite entender que as dificuldades do poder público estadual e também municipal em relação ao ensino primário rural no município de Dourados, estendiam-se, conforme assinala a Mensagem de Governador de Mato Grosso deste mesmo ano de 1956, as questões de dificuldades de organização do ensino no Estado.

Apesar dos noticiários do Jornal “O Progresso” registrarem a falta de interesse do poder público estadual pelo ensino primário rural em suas páginas. Não se pode deixar de mencionar aqui que, foram localizados noticiários meses depois desta publicação direcionada ao “Sr. Inspetor”, que de uma certa maneira, parecia ter a intenção de amenizar tal situação vivenciada pelo governador matogrossense frente ao ensino rural no município de Dourados, como se pode notar no noticiário de “Cinco escolas novas para Dourados”, publicado em primeira página, no dia 26 de agosto de 1956:

Cinco escolas novas para Dourados

Na visita que realizou a Dourados, o Governador Ponce de Arruda, trouxe as plantas de cinco unidades escolares que pretende construir no município, autorizando o recebimento de propostas para a construção das mesmas, tendo ficado estabelecido que uma delas será construída no Bairro Novo para funcionamento da Escola Reunida Oeste (O PROGRESSO, 1956, n. 270, p. 1).

Outro noticiário publicado nesse mesmo jornal, em edições posteriores, intitulado “Construção de escola na Colônia”, do dia 30 de dezembro de 1956, parece que também tinha o propósito de amenizar a situação do governo de Mato Grosso frente ao ensino primário rural no município de Dourados.

“Construção de escola na Colônia”

Do deputado Aberto Monteiro, recebemos a carta abaixo escrita:
Cuiabá, 8 de Dezembro 1956 Ilmo. Sr. Dr. Weimar Gonçalves Torres. Tenho a honra de informar que conversando ontem com o governador do estado foi feito a ordem de pagamento no valor de C:\$ 50000000 (quinhentos mil cruzeiros para o para o adiantamento sob a responsabilidade do Inspetor Escolar desse Município, ocorrer as despesas com o serviço de reconstrução de escolas primárias rurais no Núcleo Colonial de Dourados em Colaboração com a administração daquele Núcleo. A Vossa Senhoria oh meus protestos de elevado estima e distinta consideração (O PROGRESSO, 1956, n. 287, p. 4).

Mesmo que o governo de Mato Grosso tentasse amenizar a sua situação frente ao problema do ensino primário rural no município de Dourados, na década de 1950, não pode deixar de se registrar aqui que o problema se estendeu também para a década de 1960, conforme revelou o noticiário de 1963, publicado em primeira página, intitulado “Fecharam a Escola da Figueira que funciona há 14 anos”:

FECHARAM A ESCOLA DA FIGUEIRA QUE FUNCIONA HÁ 14 ANOS
Esteve em nossa redação o Snr. Tiburcio Olau de Almeida, um dos primeiros moradores do Núcleo Colonial de Dourados. Manifestou-nos sua indignação e de todos os moradores da Figueira, pelo fato de ter sido fechada a Escola da Figueira, construída pelos colonos, com material fornecido pela Colônia na administração do Dr. Aguirre. Há quatorze anos vinha essa escola funcionando normalmente. Agora, retiraram os móveis, arrancaram até portas da casa e fecharam sumariamente a Escola. Tenha a palavra o sr. Inspetor do Ensino! (O PROGRESSO, 1963, n. 499, p. 1).

O Jornal “O Progresso” representou o ensino primário rural sob uma perspectiva diferenciada de outros noticiários já estampados em outras edições do mesmo periódico, embora o descaso com a escola primária rural já tenha sido objeto de outro noticiário, com vistas às considerações de Chartier (1990), a respeito de representação, pode-se dizer que neste noticiário do ano de 1963, foram construídas representações da realidade do contexto educacional do município de Dourados, marcada pelo fechamento de uma escola rural, edificada na época da Colônia e que funcionava a 14 anos no município.

Outro noticiário publicado no início da década de 1960, mais precisamente em 1964, quase um ano depois do noticiário sobre o fechamento da Escola Figueira, ainda relatava a situação difícil do ensino primário rural no município de Dourados. O noticiário “Vila Vargas, alvo de emoção”, publicado em 15 de agosto de 1964, abordava em primeira página:

Vila Vargas, alvo de emoção

Nosso serviço de reportagem constatou esta semana «n loco», as dificuldades que há em relação ao ensino no Distrito de Vila Vargas, bem como o estado precário de aprendizado e alfabetização na região de Laranja Doce. Em palestra amistosa mantida na residência do casal Fradique Corrêa Ferreira (Delico) e sua amável espôsa, senhora Lindalva Marques Ferreira, tendo compare- o para um almoço entre amigos, várias pessoas da sociedade douradense, surgiram proposições de grandes interesses em relação a construção de um prédio de Alvenaria destinado a comportar os alunos do curso primário de Vila Vargas.

Uma comitiva composta dos senhores: Dr. Antonio Alves Duarte, Tenente João Batista, Oswaldo Wolf, Durvalino Martins, Antonio Gualberto e outros, visitando as escolas daquela região, estremeceu-se ante a situação das pobres crianças. Segundo informações de membros da mesma comitiva prestadas ao Repórter, o prédio da Escola Municipal se encontra com as portas cerradas

desde há muito tempo, estando assim, funcionando uma outra escola em prédio de propriedade particular do sr. Delico, cedido para tal fim (O PROGRESSO, 1964, n. 573, p. 1).

O ensino primário rural não foi apenas noticiado nas edições do Jornal “O Progresso” somente sob a ótica das dificuldades que passava no município de Dourados, mas, também foi relatada por meio de noticiários que tratavam da construção de escolas rurais primárias, de verba para a melhoria de escolas já existentes, nomeação de novos professores para o exercício do magistério, cursos de aperfeiçoamento e de férias para qualificação e formação dos professores das escolas rurais, entre outros.

Os noticiários do Jornal “O Progresso”, ao privilegiar em suas edições títulos tanto mostrando as dificuldades do ensino primário rural quanto os benefícios por ele recebido, ora por meio do poder público estadual, ora por meio do poder público municipal. Desse modo, os responsáveis pelo Jornal “O Progresso” acabaram construindo representações em seus noticiários, determinadas pelos interesses de um grupo que as forjam, conforme assinala Chartier (1990).

O Jornal “O Progresso” não deixou de publicar em seus noticiários, também os benefícios trazidos pelo poder público ao ensino primário rural no município de Dourados, conforme se pôde observar no noticiário “Verba para uma escola rural na Picadinha, publicado em 7 de novembro de 1954, em primeira página:

Verba para uma escola na Picadinha

A Câmara Municipal está discutindo o orçamento financeiro para o ano de 1.955, cuja receita está prevista em dois milhões e oitocentos e cinquenta mil cruzeiros. Os vereadores propuseram diversas emendas dentre as quais figura a emenda do vereador Weimar Torres, fixando uma verba de quarenta mil cruzeiros para a construção de uma Escola na Picadinha. Justificando essa emenda, o referido vereador salientou que a escola existente naquela localidade se torna insuficiente para as crianças ali existentes principalmente para atender a população escolar das chácaras e pequenas propriedades distantes do núcleo povoado (O PROGRESSO, 1954, n. 181, p. 1).

Outro noticiário publicado no Jornal “O Progresso”, intitulado “Instrução e Educação”, chamou atenção pelo fato de exaltar a participação efetiva do então governador de Mato Grosso, Dr. Fernando Corrêa da Costa, nos benefícios ao ensino e a educação do município de Dourados, inclusive com a criação de inúmeras escolas rurais, conforme revelou o noticiário:

Instrução e Educação

Há em Dourados, 1 Ginázio, 1 Grupo Escolar, 1 Patronato de Menores, 5 escolas reunidas, 2 escolas particulares e 28 escolas rurais, com 98 professores e 4.570 alunos. O dr. Fernando Corrêa da Costa, muito tem feito pelo Ensino e Educação nêste Município, criou inúmeras Escolas Rurais, construiu o Grupo Escolar Joaquim Murtinho, Grupo Escolar de Caarapó que funcionará este ano e diversas Escolas Rurais. O Inspetor Escolar do Município é o Sr. Heitor Antunes Marques e a Diretora do Grupo Escolar a Snra. Dna. Neuza Carvalho do Amaral, pessoas que muito têm trabalhado pela organização do Ensino no Município (O PROGRESSO, 1954, n. 155, p. 06).

A construção de escolas primárias rurais, demonstrado a participação do governo de Mato Grosso nesse processo, também esteve representada nos noticiários do Jornal “O Progresso”. O noticiário intitulado “A Construção da Escola dos Italianos”, publicado em 12 de agosto de 1956, evidenciou a contribuição do governo estadual na construção de escolas em áreas coloniais do município de Dourados:

Construção da Escola dos Italianos

Em cumprimento à auxilio de Cr\$ 10.000,00 promessas feitas por seu partido, na última campanha eleitoral, o Snr. Ruy Gomes²⁰ vem de providenciar a construção de uma escola rural, no lugar denominado Italianos, no Núcleo Colonial de Dourados, cuja construção está sendo financiada por aquele prócer político. O Governo estadual por sua vez, tendo conhecimento do assunto deliberou conceder um para o equipamento dessa escola, tendo já sido autorizada a Coletoria Estadual a fazer o pagamento da aludida quantia (O PROGRESSO, 1956, n. 268, p. 1).

O noticiário intitulado “Ensino e Educação”, publicado em 1955, representa o ensino primário rural no município de Dourados, por outra perspectiva. Nesse caso, o noticiário chama atenção, sobretudo, pelo alto número de escolas primárias existentes nas áreas rurais, o grande número de professores atuando nesses espaços escolares e o número elevado de alunos por elas atendidos, dados esses bem superiores aos das escolas da área urbana do município de Dourados, conforme se observa:

Ensino e educação

Na cidade de Dourados, funcionam os seguintes estabelecimentos de ensino: Ginásio Osvaldo Cruz Patronato de Menores, Grupo Escolar Joaquim Murtinho, Erasmo Braga, Escola Reunidas Cabeceira Alegre, Escola Reunidas «Oeste», Escola Primária Adventista e Escola Municipal Duque de Caxias B também conhecida pelo nome Orfanato Nhanderoa. Estudam atualmente nesses Estabelecimentos, 1.567 alunos. Lecionam 43 Professores. Nos demais distritos, Povoados, Colônias o Zona Rural, funcionam 54 Escolas, com um

²⁰O Snr. Ruy Gomes foi prefeito nomeado do município de Dourados, no de 1947 a 1948.

total de 7.130 alunos e 125 Professores. Não foi possível discriminar as Escolas, dando nomes, Professores e número de alunos, em vista de já estar o presente artigo grande para o jornal (O PROGRESSO, 1955, n.204, p. 6).

Certamente, o alto número de escolas primárias rurais e o elevado número de alunos por elas atendidos em Dourados, explica-se pelo fato desse município ainda ser predominantemente rural, na década de 1950, ter uma população rural bem maior que a população urbana. Isso pode ser confirmado pelos dados do Censo Demográfico de Mato Grosso, de 1950, que registrou que dos 22834 habitantes do município de Dourados, 18.104 moravam em áreas rurais e apenas 4.730, em áreas urbanas.

Noticiários sobre “Curso de férias para professoras primárias” também estiveram representados nas edições do Jornal “O Progresso”, conforme mostra a matéria publicada em 1963.

Curso de Férias para professoras primárias

Já por sua vez, a Secretaria de Educação e Cultura do Estado, por todo o mês de fevereiro próximo vindouro, até março, irá manter em Dourados, um Curso de Férias para as professoras primárias do Estado. Esse Curso será ministrado por um grupo de professoras normalistas, em número de três, que darão orientação pedagógica às demais professoras leigas, as quais serão consideradas bolsistas nesse período. O Sr. Mário Brandolt da Costa está arregimentando e orientando as professoras, não só as que irão lecionar como as que receberão instruções no referido Curso (O PROGRESSO, 1963, n. 489, p. 2).

É oportuno explicar aqui que tal noticiário se direcionava, principalmente, aos professores leigos que atuavam em escolas primárias rurais do município de Dourados, pois eram nessas áreas, que eles atuavam, pois, as normalistas formadas pela Escola Normal, geralmente, não aceitavam atuar nas escolas primárias rurais da localidade, nem mesmo dobrando o salário, conforme aponta a pesquisa realizada na dissertação de Piacentini (2012).

O noticiário de 1968 registrava a questão de um curso intensivo de aperfeiçoamento especificamente destinado ao professor rural, conforme se pode observar:

Sob a inigualável desde sua chegada à reação da Professora Dourados vem inovando ELDA DE MELLO os arcaicos métodos educacionais, está se realizando no prédio das Escolas Reunidas Marechal Rondon e Palácio do Ensino Rural, no coração do Laranja Lima, o Curso Intensivo para Aperfeiçoamento do Professor Rural. Sessenta professores rurais, mais ou menos. Estão tomando conhecimento dos novos métodos de ensino. O Curso terminará no dia quinze de fevereiro. Pelo que se nota a Administração do Jovem Câmara está se preocupando e muito merecidamente também com o ensino e principalmente com o ensino primário da nossa extensa zona rural, que, antigamente, vivia verdadeiramente abandonada. Chegou, pois, final

mente o tempo de todos viverem por um porque um governante está vivendo por todos e para todas (O PROGRESSO, 1968, n. 913, p. 1).

Acredita-se que a circulação desses noticiários sobre cursos de férias e aperfeiçoamento para professores leigos, sobretudo, aqueles que atuavam nas áreas rurais do município de Dourados, estivesse relacionado com as políticas do governo federal nos anos de 1960, para a habilitação dos professores leigos brasileiros.

Desse modo, é importante esclarecer aqui que no Brasil, nos anos de 1960, ocorreu a implantação de políticas para habilitação dos professores leigos, em nível pedagógico, por meio de metodologia de ensino direto, no período de férias, e indireto, oferecido em período letivo. E, que em Mato Grosso, a implantação aconteceu por meio da criação do Centro de Treinamento do Magistério de Cuiabá.

O Centro de Treinamento do Magistério de Cuiabá foi criado no contexto da Reforma do Ensino Primário promovida pelo Governo João Goulart, no período de 1963 a 1964. O Plano Trienal de Educação, de João Goulart, “além de estabelecer objetivos para o ensino primário, médio e superior, previa os recursos financeiros e a assistência técnica necessários à implantação de programas de construções de prédios escolares e de recuperação e aperfeiçoamento do magistério” (BRASIL, 1963 apud. FERREIRA, 2010, p: 149). Nesse contexto, o Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário (PAMP) foi criado em 1963, pelo governo federal, com o objetivo de subsidiar os cursos já mencionados, voltados para a habilitação de professores leigos. A partir deste Programa, os recursos se multiplicaram (RODRIGUES, 1985).

A instalação do Centro de Treinamento do Magistério de Cuiabá fez-se em um período de extrema necessidade e urgência para o Estado. A esse respeito, o ex-secretário estadual de Educação e Saúde do Mato Grosso, Humberto Marcílio, anunciava que “em 1963, mais de 60% dos professores primários que atuavam no Estado não tinham formação adequada” (MARCÍLIO, 1963, p. 214). Hermes Rodrigues de Alcântara, titular da pasta de Educação e Saúde de Mato Grosso, em 1963, também manifestava a sua preocupação com a questão.

Ao iniciarmos a nossa gestão, um dos problemas que nos desafiava, relativamente ao Ensino, era o grande número de professores leigos, efetivados por concurso. [...] O trato diário com os problemas educacionais evidenciou, desde cedo, a necessidade da recuperação daqueles professores que, embora efetivados, não possuem, contudo, um grau suficiente de conhecimentos e de capacidade profissional. (MARCÍLIO, 1963, p. 215).

Neste Centro eram oferecidos cursos de especialização em supervisão escolar para professoras normalistas e cursos de aperfeiçoamento para professoras qualificadas como “leigas” (FERREIRA, 2010). A autora, ainda, ressalta: “Nesses cursos, oferecidos para professoras de diversas partes do Estado, a ênfase recaía sobre a introdução de novas técnicas e métodos de ensino, além de procedimentos de planejamento educacional e supervisão escolar, considerados inovadores à época” (FERREIRA, 2010, p. 146).

O Centro de Cuiabá, no início de seu funcionamento deparou-se com a dificuldade de contratação de pessoal habilitado. No entanto, para resolver essa situação, foram convocados docentes para realizar cursos de “especialização em matérias do currículo primário e de especialização em supervisão, oferecidos pelo Centro de Treinamento de Belo Horizonte, que funcionava junto ao PABAE (Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar)” (PINHO, 1964, p. 6).

O PABAE (Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar) ficou conhecido por contribuir para consolidar, no campo educacional brasileiro nos anos de 1960, a *perspectiva tecnicista* na análise das questões educacionais. Ao todo, portanto, quase 90 professoras mato-grossenses iniciaram, em 1963, cursos de especialização promovidos pelo “Programa de Recuperação e Aperfeiçoamento do Magistério”, do governo Goulart (PINHO, 1964).

Mesmo com a saída de João Goulart, em virtude do Golpe Militar de 1964, o Centro de Treinamento do Magistério manteve o seu funcionamento, respeitando as determinações dos dispositivos relativos à educação, presentes no Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), elaborado sob a coordenação do economista Roberto Campos. Porém, a partir deste período de 1964, o Centro de Treinamento do Magistério de Cuiabá passou a concentrar-se mais nas atividades de oferta de cursos de férias a professoras “leigas” e cursos de difusão de novos métodos pedagógicos. Os cursos de férias eram cursos intensivos de aperfeiçoamento do professorado leigo, realizados em Cuiabá. Já os cursos de difusão de novos métodos pedagógicos, com duração de 15 dias, eram oferecidos por uma equipe de professoras especialistas, para professoras de Escolas Normais, Ginásios e Escolas Primárias públicas e privadas, em seus municípios de origem (FERREIRA, 2010).

Essa questão dos cursos de formação de professores leigos rurais atingia tanto os professores do estado de Mato Grosso, e, sobretudo, os da parte Sul do Estado, onde se situava o município de Dourados, que foi possível localizar um noticiário do jornal “O Progresso”, de 1971, que publicava em sua quarta página, uma matéria explicando sobre o Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário e sua organização:

A EDUCAÇÃO - 70 podem ser ainda capturadas na melhoria dos níveis de remuneração dos professores primários, secundários e superiores. A má remuneração e o mau ensino sempre andaram de mãos dadas. A partir de 70, busca-se inverter os termos do processo: fazer com que a boa educação e o bom ensino dêem-se as mãos. Assim, em 1970 foram incorporados ao sistema educacional, em tempo integral e regime de 24 horas semanais, oito mil docentes. Já este ano integram-se ao processo de renovação do ensino quatro mil estudantes (monitores), isto é, universitários que participam de magistério superior, mediante retribuição. Foi ainda 1970 o ano do Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário: oito mil e duzentos e sessenta professores foram treinados em cursos de férias, sob regime de tempo integral; o programa prossegue este ano de maneira intensiva. Essa ampliação das possibilidades de aperfeiçoamento do magistério é igualmente notável no nível superior, em cursos de mestrado e doutorado, - no Brasil e no exterior (O PROGRESSO, 1971, n. 1250, p. 4).

Esse noticiário permite entrever que o Jornal “O Progresso” representava a Educação em 1970, como um ano de melhorias para o sistema educacional brasileiro, um ano capaz de reverter a má remuneração dos professores e o mau ensino. E, pode-se observar que é, nessa perspectiva de melhorias para o ensino, que este noticiário abordava o Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário, registrando que neste ano de 1970, foram treinados em curso de férias oito mil e duzentos e sessenta professores sob regime de tempo integral e que o programa prossegue este ano de maneira intensiva.

Embora o ensino primário rural tenha sido uma temática pouco abordada nas páginas dos dois jornais do município de Dourados, no período de 1948 a 1974. Não se pode deixar de mencionar aqui que, nos poucos noticiários que circularam a respeito desse assunto, não permitiu apenas mostrar o ensino primário rural, sob a ótica das dificuldades que passava no município de Dourados, mas, também revelar por meio de alguns noticiários os benefícios a ele direcionados, como a destinação de verbas para a melhoria de escolas primárias rurais já existentes, construção de novas escolas, nomeação de novos professores para o exercício do magistério nesses estabelecimentos, cursos de aperfeiçoamento e de férias para a qualificação e a formação dos professores dessas escolas, entre outros.

E, ao considerar que para Chartier (1990, p.17), as “representações são práticas culturais, isto é, elas são estratégias de pensar a realidade e construí-la”, pode-se mencionar que tanto os noticiários do Jornal “O Douradense” quanto do “O Progresso”, embora tenham representado pouco em suas páginas, o ensino primário rural, no período pesquisado, parece que os responsáveis por cada um dos jornais, utilizaram estratégias para pensar e construir a realidade da educação rural em Dourados, em seus noticiários, valorizando temas e abordagens que envolviam tanto as dificuldades quanto os benefícios recebidos pelo ensino

primário rural, e, que de certa maneira, não deixava de retratar a situação vivenciada por essa modalidade de ensino.

Apoiando-se nos dizeres de Chartier (1990), pode-se mencionar que o jornal “O Progresso” estampou em seus noticiários representações sobre o ensino primário rural no município de Dourados, que foram estrategicamente pensadas e construídas pelos responsáveis por esse periódico, com base em uma realidade marcada pela falta do interesse poder público estadual e municipal nas escolas rurais, dificuldade de professores para lecionar nas escolas rurais e de dificuldade de atender a demanda de crianças em áreas rurais, com a com a alfabetização.

Ao mesmo tempo, que os responsáveis pelo Jornal “O Progresso” estampava esses noticiários, em outros eles construíam representações do ensino primário rural noticiando a construção de novas escolas primárias rurais, a destinação de verbas para essas escolas, a realização de cursos de férias para capacitação dos professores que atuavam nessas escolas sem a formação docente.

Em linhas gerais, pode-se dizer que os responsáveis pelo Jornal “O Progresso” forjavam representações do ensino primário rural em seus noticiários tentando mostrar a realidade da escola primária rural no município de Dourados, marcada por descaso do poder público estadual e municipal, mas também procurando amenizar essa questão mostrando os benefícios que o poder público trazia a elas com a destinação de verbas para o seu funcionamento e a construção de novas escolas para atender a demanda de alunos que necessitavam da alfabetização.

Por fim, é oportuno mencionar aqui que mesmo que o Jornal “O Progresso” tenha estampado em suas edições noticiários diretamente relacionados ao ensino primário rural e o Jornal “O Douradense” não tenha estampado noticiários específicos sobre essa modalidade de ensino, é inegável que ambos com suas contribuições diferenciadas trouxeram representações do ensino primário rural em suas páginas, noticiando a educação rural no município de Dourados, em uma área marcada pela Colonização desencadeada pela Marcha para o Oeste, no Sul de Mato Grosso. Na realidade, um ensino primário rural caracterizado por dificuldades em seu funcionamento, devido à falta de professores habilitados, falta de escolas suficientes para atender a demanda de crianças em fase de alfabetização, falta de material didático e pedagógico, falta de estrutura física das escolas. Mas, um ensino que também recebia verbas públicas para a sua melhoria, sobretudo, para construção de novas escolas e cursos de férias para a qualificação de seus professores, um ensino que em nada se diferenciava da realidade da escola primária rural de outros lugares do estado de Mato Grosso, como se pode observar

pelas Mensagens de Governadores de Estado analisadas no primeiro capítulo desta dissertação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo analisar como a imprensa de circulação geral, mais especificamente, os jornais “O Douradense” e “O Progresso” do município de Dourados, localidade situada no Sul de Mato Grosso, entre os anos de 1948 a 1974, representou o ensino primário rural em suas páginas. Assim, buscou-se responder a seguinte questão, em que medida as representações dessa modalidade de ensino foram materializadas e veiculadas pelos jornais editados e publicados em Dourados-MT, durante o período delimitado.

O intuito e o desafio norteador deste trabalho foi contribuir, também, com uma temática ainda pouca pesquisada na produção acadêmica em história da educação em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Na história da educação brasileira, pesquisas de temas ligados à educação rural têm se intensificado nos últimos anos, permitindo assim, adentrar em um campo de estudos que permaneceu por muito tempo, como bem diz Bastos (1997), a margem da historiografia educacional brasileira. Apesar disso, nesta dissertação foi possível notar que na produção acadêmica em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a educação rural ainda carece de estudos, pois é evidente que a produção historiográfica educacional está em um processo crescente sobre a temática nestes dois Estados da região Centro-Oeste do Brasil.

O Distrito de Paz de Dourados foi criado no dia 15 de junho de 1914, pela lei nº 658. Esse Distrito ficou subordinado a Ponta Porã até 20 de dezembro de 1935, quando ocorreu a sua emancipação político-administrativa por meio do decreto nº 30, assinado pelo governador Mário Corrêa, tornando-se município. No entanto, o crescimento do município de Dourados, no início, foi lento, em virtude das dificuldades de acesso, comunicação e transporte, assim, sofria com a baixa densidade demográfica e também com as disputas políticas internas.

Contudo, foi possível verificar que somente após a instalação da CAND, no final da década de 1940, ocorreram mudanças nas estruturas políticas, social, cultural, educacional e econômica do município de Dourados. O processo de criação e a instalação da CAND estiveram relacionados à política da Marcha para o Oeste, que surgiu durante o período do Estado Novo (1937-1945). No entanto, essa colônia somente foi implantada no governo Eurico Gaspar Dutra no período de 1945- 1950.

No que diz respeito à área da educação escolar, a instalação da CAND, permitiu constatar que ocorreu incentivo a oferta de instrução e a atuação federal na região de Dourados na construção de escolas, e, conseqüentemente, a expansão das escolas primárias rurais.

Ainda que o número de escolas primárias rurais se expandisse no município de Dourados, com a instalação da CAND. Não se pode dizer que a situação do ensino primário rural nesse município, vivenciada antes mesmo da instalação da Colônia tenha melhorado, pois, as escolas primárias rurais ainda sofriam com vários problemas, marcados, sobretudo, pela falta de estrutura física dos estabelecimentos e pela falta de formação dos professores, que nelas atuavam sem nenhum tipo de habilitação específica.

A análise dos jornais “O Douradense” e “O Progresso”, no período de 1948 a 1974 permitiram reafirmar essa situação do ensino primário rural vivenciada no município de Dourados, uma vez que em seus noticiários circularam matérias sobre a falta de formação dos professores dessas, o descaso do poder público com relação a esses espaços escolares, o fechamento de escolas primárias rurais, as reivindicações da população local, devido ao estado precário do processo de aprendizagem e alfabetização em escolas situadas no meio rural.

Para dar forma as análises das representações do ensino primário rural veiculado no Jornal “O Douradense” e no Jornal “O Progresso”, que circulou entre o final da década de 1940 e início da década de 1970, foi necessário recorrer aos procedimentos metodológicos adotados por Pinto (2013), em sua tese de doutorado sobre a análise de jornais matogrossenses. Neste trabalho, foram selecionados noticiários, objetivando identificar o discurso sobre a educação e o ensino primário rural presentes nesses dois jornais de Dourados.

No processo de busca pelas notícias sobre o ensino primário rural procedeu-se à leitura praticamente integral dos textos publicados no Jornal “O Douradense” e o Jornal “O Progresso. Desse exercício, três aspectos emergiram e, posteriormente, orientaram o trabalho com as fontes coletadas: Num primeiro momento, para esse processo de seleção levou-se em consideração o tema; em um segundo momento, levou-se em consideração a periodização dos jornais e, por fim, para a seleção desses noticiários foi necessário realizar um recenseamento dos textos publicados sobre a educação no município de Dourados, que aparentemente não mantinham relação direta com o tema em estudo.

Após a seleção dos noticiários que estamparam os temas relacionados ao estudo em questão, foram selecionados aqueles que apresentaram alguma matéria relativa à educação, para posteriormente, utilizar o ensino primário rural. Para fins de análise, o corpus documental foi separado por temáticas e categorias, previamente estabelecidas: estrutura física da escola, organização pedagógica e formação do professor, sendo problematizadas e inseridas na análise de acordo com os referenciais teóricos.

No que se refere ao ensino primário rural, dos 789 exemplares lidos e consultados desses dois jornais, apenas 14 assuntos versam sobre o tema, o que representa um percentual de quase 1,8% dos exemplares de jornais. Isso acaba por demonstrar a falta de interesse pelo ensino rural primário na imprensa de circulação geral no município de Dourados, bem como a falta de uma boa política pública no estado de Mato Grosso, para essa modalidade de ensino.

Dos 14 títulos ou assuntos? localizados sobre o ensino primário rural no município de Dourados, foi possível verificar que os noticiários publicaram sobre criação de escolas rurais, funcionamento de escolas na CAND, visita de padres para construção de escolas em áreas rurais, relatório das escolas da CAND, verba para a escola da Picadinha, construção de escolas dos italianos, construção de escolas na colônia, curso aperfeiçoamento e de férias para professores, nomeação de professor para escola rural, grupo escolar rural, merenda escolar na escola rural do Panambi, ampliação do ensino rural primário na zona rural de Vila Vargas e Douradina, entre outros.

A análise desses dois jornais não permitiu apenas mostrar o ensino primário rural, sob a ótica das dificuldades que passava no município de Dourados, mas, também revelar por meio de alguns noticiários os benefícios a ele direcionado, como a destinação de verbas para a melhoria de escolas primárias rurais já existentes, construção de novas escolas, nomeação de novos professores para o exercício do magistério nesses estabelecimentos, cursos de aperfeiçoamento e de férias para a qualificação e a formação dos professores dessas escolas, entre outros.

De um modo geral, pode-se dizer que as análises das edições dos dois jornais do município de Dourados, permitiram compreender que o ensino primário rural aparecia nos noticiários representados tanto pela ótica das dificuldades vivenciadas pela escola primária no meio rural quanto pela perspectiva dos benefícios por ela recebidos. Assim, essas análises possibilitaram delinear as representações de um tempo passado, registradas num objeto cultural construído por noticiários suscitados por debates que envolviam aspectos culturais, políticos, econômicos e educacionais do final da década de 1940 ao início da década de 1970.

Ainda que as ausências sobre o tema em estudo nesses periódicos se fizessem presentes, não se pode-se deixar de mencionar que esses dois jornais douradenses, ao longo do período examinado, contribuíram para a construção de uma representação de como configurou o ensino primário rural na imprensa do município de Dourados. Afinal, o silêncio e as lacunas nos noticiários sobre o ensino primário rural no município de Dourados são indicativos e reveladores de determinados modos de ver, produzir e representar a sociedade do município em que eles inscreveram, na realidade, pode-se dizer que a sociedade

douradense estava pouco preocupada e interessada pelas questões da educação rural, que era predominante no período estudado, entre as décadas de 1940 a 1970.

Contudo, ainda há muito que se discutir e pesquisar sobre o ensino primário rural no município de Dourados. Desse modo, espera-se que um trabalho como este aqui desenvolvido, que versa sobre uma temática ainda pouca estudada tanto na historiografia educacional brasileira quanto na historiografia educacional mato-grossense e sul-mato-grossense, e que utiliza os jornais como fonte de análise, contribua para ampliar a produção em História da Educação, sobretudo, na produção do município de Dourados e região.

REFERÊNCIAS

FONTES

BRASIL. **Constituição (1946) Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm>. Acesso em 01 out. 2015.

_____. **Constituição (1967) Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1967. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao67.htm>. Acesso em 01 out. 2015.

O Douradense. Edições de 1948 a 1950. Dourados. Centro de Documentação Regional-UFGD.

O Progresso. Edições de 1951 a 1970. Dourados. Centro de Documentação Regional-UFGD.

BIBLIOGRAFIA

ABRÃO, J. C. **O educador a caminho da roça: notas introdutórias para uma conceituação de educação rural**. Campo Grande-MS, EdUFMS, 1986.

ALÉM, F. C. **O Jornal O Progresso e a dinâmica política e eleitoral em Dourados (1954, 1958 e 1962)**. 2011. 170p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade da Grande Dourados, Dourados-MS.

ALMEIDA, D. B. A educação rural como processo civilizador. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). **Histórias e Memórias da educação no Brasil**. Volume III, séc. XX. Petrópolis: RJ: Vozes, 2005.

ALVES, L. M. A. **Nas trilhas do ensino (1910-1946)**. Cuiabá: EdUFMT, 1998.

AMARILHA, C. M. M. **Os intelectuais e o poder: História, divisionismo e identidade em Mato Grosso do Sul**. 255 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS. 2006.

ARAKAKI, S. **Dourados: memórias e representações de 1964**. Dourados, MS. Editora UEMS, 2008.

ÁVILA, V. P. S. **História do ensino primário rural em São Paulo e Santa Catarina (1921-1952): uma abordagem comparada**. 216 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Araraquara-SP, 2013.

AZEVEDO, F. **A reconstrução educacional no Brasil ao povo e ao governo: Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1932.

BARROS, J. D. A Nova História Cultural: considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v.12, n. 16, p. 38-63, nov. 2011.

_____. **Teorias da História: a escola dos Annales e a Nova História**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BASTOS, M. H. C. As revistas pedagógicas e a atualização do professor – A revista do ensino no Rio Grande do Sul (1951-1992). In: CATANI, D. B.; BASTOS, M. H. C. (org.). **Educação e revista: a imprensa periódica e a história da educação**. São Paulo: Escrituras, 1997, p. 47-74.

BECK, K.M. **Vivências e memórias: a cultura escolar da escola rural mista municipal Santo Antonio em Tangará da serra -MT (1965-1983)**. 2013. Dissertação (Mestrado em EDUCAÇÃO) - Universidade Federal de Mato Grosso, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso. Orientador: Elizabeth Figueiredo de Sá.

BARREIRO, I. M. F. **Cidadania e educação rural no Brasil: um estudo sobre a Campanha Nacional de Educação Rural (1952-1963)**. 223 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

BERLOFFA, V. O; MACHADO, M. C. G. A Constituição dos grupos escolares no período republicano: perspectivas de modernização da sociedade brasileira. In: **Seminário de Pesquisa do PPE**, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2012.

BERTOLETTI, E.N. M; FURTADO, A. C; MOREIRA, K. H.. (Orgs.) **História da Educação Escolar: múltiplas fontes; múltiplos olhares**. São Carlos: Pedro e João Henrique editores, 2012.

BESERRA, B; DAMASCENO, M. N. Estudos sobre a educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.1, p.73-89, jan./abril.2004.

BEZERRA NETO, L. **Avanços e retrocessos da educação rural no Brasil**. 233f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003.

BICCAS, M. S; FREITAS, M. C. **História Social da educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Ed. Cortez, 2009.

BLOCH, M. **Apologia a história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2001

BORGES, E. V. **Adolescentes e jovens nas manchetes dos jornais impressos de Dourados/MS**. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados-MS, 2014.

BURKE, P. **A Escrita a história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CAMPOS, R. D. No rastro de velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação. **Rev. Bras. hist. educ.**, Campinas-SP, v. 12, n. 1 (28), p. 45-70, Jan. /abr. 2012.

_____. **Mulheres e Crianças na imprensa paulista, 1920-1940: educação e história**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

CAMARGO, A. M. A. A imprensa periódica como fonte para a História do Brasil. **Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História – ANPUH**. Campinas, setembro 1969. p. 225-239

CAPELATO, M. H. R. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto-EDUSP, 1988.

_____. **O controle da opinião e os limites da liberdade. In: Os interpretes das luzes, liberalismo e imprensa paulista (1920-1945)**. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1986. p. 55-75.

CAMPESTRINI, H; GUIMARÃES, A. V. **História do Mato Grosso do Sul**. Edição Histórica Campo Grande: [s.n.], 1991.

CARVALHO, C. H. Das “Educações” do urbano ao rural: o projeto modernizador mineiro nos anos iniciais do século XX. **Revista Teoria e Prática da Educação**, v. 14, n. 2, p. 75-88, maio. /ago. 2011

_____. **República e imprensa: as influências do positivismo na concepção de educação do professor Honório Guimaraes**. Uberlândia: Edufu, 2004.

CARVALHO, M. M. C. Por uma História Cultural dos Saberes Pedagógicos. In: SOUSA, C. P. *et al.* **Práticas Educativas, Culturas Escolares, Profissão Docente**. São Paulo: Escrituras, 1998, p. 31-40.

CARLI, M. A. F. **Dourados e a democratização da terra: povoamento e colonização da Colônia Agrícola Municipal de Dourados (1946-1956)**. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2008.

CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CATANI, D. SOUSA, C. P. (orgs.). **Imprensa periódica educacional paulista (1890-1996)**: Catálogo. São Paulo: Plêiade, 1999.

CHARTIER, R. **História cultural: entre práticas e representações**. Trad. M. M. G. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. (Memória e Sociedade), 1990.

CRUZ, H. F; PEIXOTO, M. R. C.. Na Oficina do Historiador: Conversas sobre História e Imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.

_____. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana 1890-1915.** São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013.

DIAS, M. H. O diário de São Paulo como fonte. VIDAL, D. G; SOUZA, M. C. C. C. (Orgs). **A memória e a sombra: a escola brasileira entre o Império e a República.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

ERNANDES, M. A. **A construção da identidade douradense: (1920 a 1990).** 117 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS, 2009.

FERNANDES, M. D. E; FREITAS, D. N. T. Percursos e desafios da municipalização do ensino fundamental em Dourados-MS. **Inter-Ação: Rev. Fac. Educ. UFG**, 29 (1): 43-62, jan./jun. 2004.

FERREIRA, M. D. S. **O Centro de Treinamento do Magistério de Cuiabá e a profissionalização docente em Mato Grosso.** Revista de Educação Pública, Cuiabá, v.19. n. 30, p.145-161, jan./abr., 2010

FREITAS, W. A; MELLO, M. A colônia agrícola nacional de Goiás e a redefinição nos usos do território. **Revista Soc. & Nat.**, Uberlândia, 26 (3): 471-482, set/dez/2014.

FURTADO, A. C; PINTO, A. A. A escola rural primária e o seu processo de institucionalização no antigo sul de Mato Grosso (1930- 1961). In: **Congresso Brasileiro de História da Educação - SBHE 7º.** Cuiabá-MT. Anais. 2013.

FURTADO, A. C.; CAVALCANTE, A. N. . **Organização e Digitalização de Documentos sobre a Formação e Profissionalização de Professores das Escolas Rurais de Dourados e Região (1988-1996).** Interfaces da Educação, v. 4, p. 20-33, 2014.

GALVÃO, M. E. C.G. Marcha para o Oeste na Experiência da Expedição Roncador-Xingu. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH.** São Paulo, julho 2011.

GREIVE, C; FONSECA, T. N. L. (Orgs) **História e Historiografia da Educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica/CNPQ, 2008. p. 49-75.

GRESSLER, L. A.; SWENSSON, L. J. **Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul: destaque especial ao município de Dourados.** Dourados: L.A, 1998.

IRALA, C. **Educação Rural em Dourados: a escola Geraldino Neves Correa (1942-1982).** 2014. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados-MS, 2014.

KARNAL, L.; TATSCH, F. G. A Memória Evanescente. In: PINSKY, C.B. LUCA, T. R. (orgs.). **O Historiador e suas fontes.** 1.ed, 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011.

LEITE, S. C. **Escola Rural: urbanização e políticas educacionais.** 2. ed. São Paulo, Cortez, 2002.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 2003.

LUCA, T. R. História dos nos e por meio dos periódicos. In: PINKY, C. B. (org). **Fontes Históricas**. 2. ed. 2º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.

MARCÍLIO, H. **História do ensino em Mato Grosso**. Cuiabá: Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, 1963.

MATIAS, C. P. P. **A ópera do Estado Novo (1937-1945): Villa –Lobos e a sua relação com o Ministério Capanema**. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Extremo Sul Catarinense-UNESC. Criciúma-SC, 2009.

MARQUES, I. V. **Ensino Secundário no Sul do Antigo Mato Grosso: o Colégio Estadual Presidente Vargas de Dourados (1951-1974)**. 133f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS, 2014.

MELO, P. B. Um passeio pela História da Imprensa: O espaço público dos grunhidos ao ciberespaço. **Revista Comunicação e informação da Faculdade de Comunicação e biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás**. v.8, nº1, jan-jun,2005.

MENDES, C. M. M. **A importância da pesquisa de fontes para os estudos históricos**. Departamento de Pós-graduação. Maringá, v. 33, n. 2, p. 205-209, 2011.

MATO GROSSO, **Regulamento da Instrução Pública**, 1927. Arquivo Público de Mato Grosso. Arquivo Público de Mato Grosso - APMT.

MATO GROSSO. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo Presidente do Estado Dr. Annibal Toledo, em 1930**. Imprensa Oficial. Arquivo Público de Mato Grosso Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados. Cuiabá, 1930.

MATO GROSSO, **Mensagem apresentada pelo Interventor Federal Júlio Strubing Muller ao Excelentíssimo Presidente da República Sr. Dr. Getúlio Vargas, em 1942**. Imprensa Oficial. Arquivo Público de Mato Grosso Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados. Cuiabá, 1942.

NAGLIS, S. G. B. **Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto: Os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND (1943-1960)**. 118 f. Dissertação (mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS, 2008.

OLIVEIRA, B. C. **A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945)**. 1999. 255f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Assis-SP, 1999.

_____. (Org.). **Histórias que (re) contam história: análise do povoamento, colonização e reforma agrária do sul de Mato Grosso do Sul**. Dourados: Ed. UFGD, 2013.

PAES, A. B. **A escola primária rural em Mato Grosso/Mato Grosso do Sul no período republicano (1889-1942)**. 268 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista. Araraquara, São Paulo-SP, 2011.

PIACENTINI, A. P. F. **História da Formação para Professores Leigos rurais: O curso de Magistério Rural em Dourados, na década de 1970**. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados-MS, 2012.

PIACENTINE, A. P. F. S. ; FURTADO, A. C. História da Implantação do Curso de Magistério Rural em Dourados, no Sul de Mato Grosso, na década de 1970. In: SANTOS, R; FURTADO, A. C. (Org.). **História da Educação, Memória e Sociedade**. 1ed.Dourados - MS: Editora da UFGD, 2015, v. 1, p. 59-84.

PINTO, A. A. **Nas Páginas da Imprensa: A instrução/educação nos jornais em Mato Grosso (1880-1910)**. Tese (Doutorado em Educação Escolar). Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista. Araraquara-SP, 2013.

PINHO, P. M. **INEP: Súmula das atividades desenvolvidas em 1963**. Boletim Informativo CBPE, n. 79, p.01-09, fev. /1964.

PRADO, A. A. **Os conceitos de Homem e de Educação no período do Estado Novo (1937-1945)**. 182 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

_____. **Ruralismo pedagógico no Brasil do Estado Novo**. Disponível em:<<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quatro/adonia4.htm>>. Acesso em 10 out. 2015.

QUEIROZ, P. R. C. Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX). In: LAMOSO, Lisandra Pereira (org.). **Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul**. Ed. UFGD. Dourados, 2008.

RAMOS, A. C. P. A. **O homem “novo” para um novo Pernambuco: as práticas educacionais na construção do Estado Novo em Pernambuco**. 170f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, 2014.

ROCHA, M. I. A. Da educação rural à educação do Campo: construindo caminhos. In: CARVALHO, C. H.; (Org.). **Educação Rural e do Campo**. Uberlândia: EDUFU, 2014.

RODRIGUES, E. A **(re) invenção da Educação no Paraná: apropriações do discurso democrático (1980-1990)**. Maringá: Eduem, 2012.

RODRIGUES, J. R. T. **Magistério Leigo Rural do Piauí: Concepções e Práticas**. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 1985.

SANT´ANA, A. M. **Imprensa, Educação e Sociedade no interior paulista: Ribeirão Preto (1948-1959)**. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar). Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista, Araraquara-SP, 2010.

SANTANA JUNIOR, J. R. Formação territorial da região da Grande Dourados: colonização e dinâmica produtiva. In: **Revista de Geografia –Universidade Estadual de Londrina-PR**.v. 18, n. 02. 2009. p. 89-107.

SÁ, E. F. **De Criança a aluno:** as representações da escolarização da infância no Mato Grosso (1910-1927). Cuiabá: EdUFMT, 2007.

_____.; SILVA, M. O. O Ruralismo Pedagógico: uma proposta para organização da escola primária rural. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**. V. 11, n. 23, p. 61-83, jan/abril. 2013.

_____. **O Ruralismo pedagógico: uma proposta para organização da escola primária rural**. Educação e Cultura Contemporânea, v. 11, p. 61-83, 2014

_____. A escola rural mato-grossense no olhar de Gervásio Leite. **Revista Eletrônica Documento/Monumento**, v. 10, p. 267-278, 2013.

_____. **De Escola isolada a Escola Rural : um desenhar da educação primária em Mato Grosso**. Revista Eletrônica Documento/Monumento, v. 14, p. 234-255, 2015.

SAVIANI, D. **A nova lei da educação:** trajetória, limites e perspectivas. 5 ed. Campinas Autores Associados, 1999.

_____. **Educação:** do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez. Ed: Autores Associados, 1989.

SCHELBAUER, A. R.; NETO, W. G. Ensino Primário no meio rural paranaense: em foco as escolas de trabalhadores rurais e de pescadores entre as décadas de 30 e 50 do século XX. **Cadernos de História da Educação**. Uberlândia, v. 12, n. 1, p.83-107 – jan./jun. 2013.

SCHWENGBER, I. F. **Representações do MST na imprensa do Mato Grosso do Sul (1995 a 2000)**. 160 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Educação. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados-MS, 2005.

SILVA, M. O. O Ensino Rural em Mato Grosso (1910-1945). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, julho 2011.

_____. **Escola rural Matogrossense como objeto de pesquisa**. In. Revista Diálogos: Linguagens em movimento. Ano 1, n. 1. p. 103-116. 2013.

_____. **Escola Primária Rural:** Trilhar caminhos e transpor barreiras na educação em Mato Grosso (1927-1945). Cuiabá: EdUFMT, 2014.

SOUZA, R. F. A “educação Rural no México” como referência para o Brasil. In: **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 45, n. 31, p. 61-81, jan. /Abr. 2013.

TANURI, L. M. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, n.14, p. 61-88, maio/jun./jul./ago. 2000.

VIDAL, D. G. **Escola Nova e Processo Educativo**. In: 500 anos de Educação no Brasil. Belo Horizonte: Autentica, 2000.

VIEIRA, C. E. Jornal Diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. In: OLIVEIRA, M. A. T. (org). **Cinco estudos em História e Historiografia da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

_____. **Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor**. Ijuí: Editora Unijuí, 2007.

WERLE, F. O. C. (Org.). **Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor**. Editora Unijuí: Ijuí, 2007